

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2026

NÚMERO 23.063 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Flávio Bolsonaro pediu R\$ 134 milhões a Vorcaro

“O que aconteceu foi um filho, procurando patrocínio privado para um filme privado sobre a história do próprio pai”, argumentou Flávio Bolsonaro

(PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, ao defender a instalação da CPI do Banco Master. No diálogo divulgado pelo site Intercept Brasil,

o senador cobra um montante de R\$ 134 milhões do banqueiro Daniel Vorcado, dono do Master. O dinheiro seria para a produção do filme sobre Jair

Bolsonaro. Num trecho da conversa, Flávio afirma: “Irmão, estou e estarei contigo sempre, não tem meia conversa entre a gente.”

PÁGINAS 2 E 3

COMBUSTÍVEIS

Governo edita MP contra aumento abusivo da gasolina

PÁGINA 6

CNI protesta e quer isonomia

O fim da chamada taxa das blusinhas, que passou a vigorar a partir de ontem, provocou uma onda de críticas do setor produtivo brasileiro e pedidos de equalização para a indústria local. Segundo o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Ricardo Alba, a isenção para produtos importados gera uma concorrência desigual com a produção nacional.

Ed Alves/CB/D.A Press



“Um balde de água fria”

Ao CB.Poder, o presidente do Sindivarejista-DF, Sebastião Abritta, criticou a decisão do governo Lula de suspender o imposto de importação para compras de até US\$ 50. “A isenção trará um impacto muito grande para a economia de Brasília e de todo o Brasil”, lamentou. PÁGINA 7

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Mais qualidade de vida

Especialistas da Rede Sarah desenvolvem técnicas menos invasivas para corrigir o desalinhamento de joelhos em crianças.

PÁGINA 17

Cinema mambembe



Filme que tem o brasileiro Murilo Grossi como um dos protagonistas, destaca a vida no circo. PÁGINA 22



Um encontro histórico

Ao lado de CEOs das principais empresas de tecnologia dos Estados Unidos, o presidente Donald Trump tem uma intensa agenda de dois dias com o líder chinês Xi Jinping para discutir temas delicados, como a guerra no Irã e o controle de Taiwan, além de conversas ligadas ao comércio e à troca de tecnologia de ponta, como inteligência artificial.

PÁGINA 9

Flá dá tapa no sonho do Brasília

Os Extraterrestres vão ter de esperar até amanhã para confirmar (ou não) a volta às semi do NBB. Ontem, o Flamengo calou 11.637 torcedores no Nilson Nelson, público recorde da liga nacional no ano. A série está empatada em 2 x 2.



Copa do Mundo

Passamos a limpo o ciclo dos zagueiros da Seleção

PÁGINAS 19 E 20

Brasil reage a veto europeu à carne

PÁGINA 8

Saúde pública

Alerta ao avanço do hantavírus

Com três casos suspeitos no DF, órgãos da saúde emitiram orientações quanto aos cuidados que devem ser tomados, mas afirmam que o vírus não tem potencial de virar pandemia. No Brasil, apenas uma pessoa morreu.

PÁGINAS 5 E 15

Suspensa compra de câmeras corporais

De acordo com a PMDF, a medida foi adotada para que se analise questionamentos e pedidos de impugnação da licitação. Equipamento será acoplado ao uniforme dos policiais militares durante ações.

PÁGINA 14

Justiça libera 60% dos presos em audiência

Mesmo assim, levantamento do TJDF em 2026 destaca o endurecimento do Judiciário em relação às punições. Especialistas contestam a ideia de impunidade.

PÁGINA 13

Violência contra a mulher

A cada 49 segundos, Justiça recebe novo processo relacionado a crimes envolvendo abuso familiar. Em 10 anos, mais de 6,4 milhões ações foram protocoladas.

Direito & Justiça

Data Venia

Supremo já recebeu quatro questionamentos sobre Lei da Dosimetria.



ISSN 1808-2661 9771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br

GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



PODER

Flávio pediu milhões ao dono do Master

Pré-candidato à Presidência cobrou R\$ 134 milhões de Vorcaro, para, supostamente, a produção de filme sobre Jair Bolsonaro. Pelo menos parte do montante teria sido repassada pelo banqueiro. Parlamentar confirma conversa, mas nega irregularidades

» RENATO SOUZA

Em um áudio de 1 minuto e 30 segundos, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, pede milhões de reais para o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, principal investigado, até o momento, da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal. O dinheiro seria para a produção de um filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. Na conversa, Flávio chama o executivo de “irmão” e diz que estará sempre com ele.

A conversa, publicada pelo portal Intercept Brasil, ocorreu em novembro do ano passado, um dia antes de Vorcaro ser preso pela Polícia Federal por envolvimento em um megasquema de corrupção que envolve pagamento de propina, lavagem de dinheiro e lobby no setor político, de mídia e econômico. O empresário foi detido tentando fugir do país.

Parte do dinheiro, supostamente destinada ao filme, teria sido paga por meio de transferências da Entre Investimentos e Participações — que atuava em parceria com empresas de Vorcaro — para o fundo Havengate Development Fund LP, sediado no Texas, nos Estados Unidos, e controlado por aliados do deputado cassado Eduardo Bolsonaro, de acordo com a reportagem.

“Irmão, estou e estarei contigo sempre, não tem meia conversa entre a gente. Só preciso que me dê uma luz! Abs!”, afirmou Flávio, em um trecho da conversa. O senador ainda afirma que sabe que Vorcaro está “passando por um momento difícil”. “E você também, eu sei que você está passando por um momento difícil também, essa confusão toda, né? Sem saber exatamente como é que vai caminhar isso tudo. E apesar de você ter dado liberdade, Daniel, de a gente te cobrar, eu fico sem graça de ficar te cobrando, tá?”, afirmou o parlamentar.

Em seguida, ele completou: “É porque está num momento muito decisivo aqui do filme e, como tem muita parcela para trás, cara, está todo mundo tenso. E fico preocupado aqui com o efeito ao contrário do que a gente sonhou para o filme, né? Imagina a gente dando calote num Jim Caviezel, num Cyrus (Nowrasth, diretor)”, disse. “Pô, ia ser muito ruim, né? Todo efeito positivo que a gente tem certeza que vai vir com esse filme pode ter o efeito elevado a menos um aí, cara.”

Ao receber as mensagens de Flávio, Vorcaro responde que fará os pagamentos. “Deixa comigo, irmão. Vou ver agora”, afirma ele. Em outra conversa, com o dono de uma agência, o dono do Master pergunta para quem paga e recebe como resposta que se trata de um fundo. Em seguida, marca um encontro com Flávio e representantes do filme, na casa do executivo, em São Paulo.

Pelo menos R\$ 61 milhões teriam sido pagos entre fevereiro e maio do ano passado por meio de seis operações. A produção do filme seria nos Estados Unidos,

Andressa Anhoiete/Agência Senado



Flávio para Vorcaro: “Irmão, estou e estarei contigo sempre, não tem meia conversa entre a gente. Só preciso que me dê uma luz”

Reprodução/Redes Sociais



Memória

Conversa após fraudes

A conversa entre Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro aconteceu três meses após as investigações sobre as fraudes do Master virem à tona. Em 20 de agosto de 2025, uma investigação da CVM apontou pela primeira vez a suspeita de crimes financeiros na gestão do Master, por meio de investimentos milionários fraudulentos que inflaram o patrimônio da instituição e permitiram o aporte de recursos em empresas vinculadas à família de Vorcaro.

Em 30 de setembro de 2025, a Polícia Federal abriu um inquérito para apurar suspeitas de crimes envolvendo a gestão do Banco e a tentativa de compra pelo Banco de Brasília (BRB) — que já havia sido rejeitada pelo Banco Central no início do mês. O tema foi noticiado pela mídia nacional.

Cerca de dois meses depois, Flávio contactou Vorcaro para “cobrar” os pagamentos para a produção do filme. No dia seguinte a essa conversa, em 17 de novembro de 2025, Vorcaro foi preso por suspeita de operações fraudulentas envolvendo o banco. O Master foi liquidado no dia 18 de novembro de 2025.

As mensagens

Em 8 de setembro de 2025

Flávio Bolsonaro: “Irmão, preferi te mandar o áudio aqui para você ouvir com calma. Bom, aqui a gente está passando por um dos momentos mais difíceis da nossa vida, né? Não sei como é que vai ser daqui para frente, como é que isso tudo vai acabar, mas está na mão de Deus aí. E você também, eu sei que você está passando por um momento difícil também, essa confusão toda, né? Se você... sem saber exatamente como é que vai caminhar isso tudo. E apesar de você ter dado liberdade, Daniel, de a gente te cobrar, eu fico sem graça de ficar te cobrando, tá? Mas, enfim, não... é porque está num momento muito decisivo aqui do filme e, como tem muita parcela para trás, cara, está todo mundo tenso. E fico preocupado aqui com o efeito ao contrário do que a gente sonhou para o filme, né? Imagina a gente dando calote num Jim Caviezel, num Cyrus (Nowrasth, diretor do filme)... os caras, pô, renomadíssimos lá no cinema americano, mundial. Pô, ia ser muito ruim, né? Todo efeito positivo que a gente tem certeza que vai vir com esse filme pode ter o efeito elevado a menos um aí, cara. Então, se você puder me dar um toque, uma posição aí, Daniel, porque a gente precisa saber o que é que faz, cara, da vida. Porque tem muita... já tem muita conta para pagar esse mês e o mês seguinte também. E agora que é a reta final, que a gente não pode vacilar, não pode não honrar com os compromissos aqui, porque senão a gente perde tudo, cara. Tudo. Contrato perde, ator perde, diretor perde, equipe perde, perde tudo. Pode me dar um toque aí, irmão? Desculpa o áudio longo aí, tá? Um abraço, fica com Deus, cara.”

16 novembro de 2025

Flávio Bolsonaro: “Irmão, estou e estarei contigo sempre, não tem meia conversa entre a gente. Só preciso que me dê uma luz! Abs!”

coordenada por Eduardo Bolsonaro.

De acordo com informações obtidas pelo **Correio** junto a fontes na Polícia Federal, o fato apontado no áudio ainda

não está sendo investigado pela corporação, mas deve entrar no rol de diligências a serem incluídas no âmbito da Operação Compliance Zero. Os investigadores



Mais do que nunca é fundamental a instalação da CPI do Banco Master. É preciso separar os inocentes, dos bandidos. No nosso caso, o que aconteceu foi um filho, procurando patrocínio privado para um filme privado sobre a história do próprio pai. Zero de dinheiro público. Zero de Lei Rouanet”

Flávio Bolsonaro (PL-RJ), senador e pré-candidato à Presidência

devem se debruçar sobre o caso ainda nesta semana e avaliam pedir a quebra de sigilo de Flávio Bolsonaro, além de busca e apreensão em endereços ligados a ele.

Defesa

Em nota e vídeo, Flávio confirmou ter recebido dinheiro de Vorcaro. No entanto, negou ter oferecido contrapartidas. “Mais do que nunca é fundamental a instalação da CPI do Banco Master. É preciso separar os inocentes, dos bandidos. No nosso caso, o que aconteceu foi um filho, procurando patrocínio privado para um filme privado sobre a história do próprio pai. Zero de dinheiro público. Zero de Lei Rouanet”, frisou.

O parlamentar disse ter conhecido Vorcaro em dezembro de 2024 e que cobrou os valores quando ocorreu atraso no pagamento do filme. “O contato é retomado quando há atraso no pagamento das parcelas de patrocínio necessárias para a conclusão do filme”, afirmou.

“Não ofereci vantagens em troca. Não promovi encontros privados fora da agenda. Não intermediei negócios com o governo. Não recebi dinheiro ou qualquer vantagem. Isso é muito diferente das relações espúrias do governo Lula e seus representantes com Vorcaro”, acrescentou.

Apesar das declarações, horas antes, Flávio havia desmentido o diálogo com Vorcaro. “De onde você tirou essa informação? É mentira”, disse ele, ao ser questionado por um jornalista após visita ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin.

Produtora e deputado contradizem senador

O deputado Mário Frias (PL-SP) e a produtora responsável pelo filme que retrata a carreira política de Jair Bolsonaro divulgaram nota para negar que o banqueiro Daniel Vorcaro tenha contribuído com recursos para a produção cinematográfica. As explicações de Frias, que é produtor executivo do filme, e da Goup Entertainment contradizem o conteúdo da nota divulgada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Flagrado em conversa com Vorcaro, o senador aparece pedindo dinheiro ao banqueiro no final do ano passado, como noticiado pelo site Intercept Brasil. Na nota, Flávio Bolsonaro confirma que pediu dinheiro e que o pleito foi feito porque havia “atraso no pagamento das parcelas de patrocínio necessárias para a conclusão do filme”. Ou seja, o senador dá a entender que Vorcaro já tinha feito contribuições e que parte dos compromissos financeiros estavam atrasados.

Já Frias e a produtora Goup asseguram que não há recursos do banqueiro na produção. Em nota, o deputado bolsonarista diz que “não há um único centavo do sr. Daniel Vorcaro em *Dark Horse*”, título do filme sobre Jair Bolsonaro que será lançado em setembro deste ano. “E, ainda que houvesse (dinheiro de Vorcaro), não haveria problema algum: trata-se de relação estritamente privada, entre adultos capazes, sem um único real de dinheiro público envolvido. E, na época, não havia qualquer suspeita a ele e seu banco”, sustenta o deputado.

A empresa responsável pela produção do filme *Dark Horse* repetiu o argumento de que não recebeu dinheiro de Vorcaro. “A Goup Entertainment afirma categoricamente que, dentre os mais de uma dezena de investidores que compõem o quadro de financiadores do longa-metragem *Dark Horse*, não consta um único centavo proveniente

do sr. Daniel Vorcaro, do Banco Master ou de qualquer outra empresa sob o seu controle societário.”

As notas revelam uma outra contradição. Apesar de Flávio e Frias sustentarem que na época do pedido de recursos não havia nada contra o dono do Banco Master, já era de conhecimento público que a Polícia Federal investigava o banqueiro. Em áudio divulgado pelo site Intercept Brasil de mensagem enviada a Vorcaro, o próprio Flávio Bolsonaro menciona o fato de o banqueiro estar passando por dificuldades naqueles momento. O áudio é do final de 2025.

Dinheiro de emendas

Roteirista do filme, Frias enviou R\$ 2 milhões em emendas parlamentares a uma organização não governamental (ONG) da

produtora do longa-metragem. Em 2024, Frias destinou recursos do Orçamento da União ao Instituto Conhecer Brasil, presidido por Karina Ferreira da Gama. Karina é dona da Go Up Entertainment, responsável pela produção de *Dark Horse*.

Os R\$ 56 milhões supostamente repassados por Vorcaro para “patrocinar” a produção do filme superam o orçamento total de *Ainda Estou Aqui* (R\$ 45 milhões) e de *O Agente Secreto* (R\$ 28 milhões), dois sucessos brasileiros que chegaram, inclusive, ao Oscar, maior premiação do cinema mundial.

De acordo com as mensagens, Vorcaro iria repassar o equivalente a US\$ 24 milhões (cerca de R\$ 134,4 milhões na conversão do câmbio da época) e que já teriam sido feitos pagamentos até 2025 no valor de US\$ 10 milhões (R\$ 56 milhões).

Reprodução/Instagram @therealjmcaviezel



O filme é protagonizado por Jim Caviezel e deve ser lançado em setembro



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Gravação de conversa com Vorcaro abala candidatura de Flávio Bolsonaro

A divulgação do áudio da conversa entre o senador Flávio Bolsonaro e o banqueiro Daniel Vorcaro pode representar o início de um processo de desconstrução da imagem do principal candidato da oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que busca a reeleição. Independente da natureza jurídica do caso, que ainda não é investigado formalmente pela Polícia Federal, o episódio abre uma guerra de narrativas entre lulistas e bolsonaristas com capacidade de alterar o empate técnico entre ambos registrado por sucessivas pesquisas de opinião.

O trecho da conversa divulgado pelo portal Intercept Brasil é devastador porque mostra afetividade entre o candidato opositor e o personagem central do escândalo Master. "Irmão, estou e estarei contigo sempre, não tem meia conversa entre a gente. Só preciso que me dê uma luz! Abs!", afirmou Flávio a Vorcaro. Protagonista de um escândalo de grandes proporções, envolvendo corrupção, lavagem de dinheiro, lobby político e prejuízos bilionários ao BRB, o banqueiro se tornou uma companhia muito tóxica.

Em campanhas altamente polarizadas, a eleição costuma ser decidida não pela adesão apaixonada, mas pela rejeição relativa. É nesse terreno que o caso pode produzir estragos duradouros. A linguagem informal, afetuosa e quase íntima destrói a tentativa inicial de enquadrar o episódio como um contato protocolar de captação privada de recursos culturais. Em marketing político, a forma frequentemente pesa mais do que o conteúdo. O eleitor comum não faz distinções sofisticadas entre financiamento privado, lobby ou tráfico de influência quando percebe proximidade excessiva entre políticos e empresários envolvidos em escândalos.

Verdadeira bomba, a divulgação da conversa pegou Flávio Bolsonaro de surpresa. "De onde você tirou essa informação? É mentira", respondeu a jornalista após visita ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, questionado a veracidade da gravação.

O SINAL DE QUE OS DEMAIS CANDIDATOS SENTIRAM CHEIRO DE ANIMAL FERIDO NA FLORESTA NÃO VEIO DO EX-GOVERNADOR MINEIRO ROMEU ZEMA, O CANDIDATO DO NOVO

Politicamente, contudo, a defesa possui limitações. O problema não é o aspecto jurídico; é a reputação.

Gordura pra queimar

A oposição bolsonarista construiu nos últimos anos um discurso assentado na denúncia das relações promíscuas entre Estado e empresários, que acusa o PT de corrupção sistêmica. Quando Flávio Bolsonaro aparece associado a um banqueiro investigado em escândalos financeiros, o dano simbólico é inevitável; entre outras coisas, exuma também o escândalo das rachadinhas de quando era deputado na Assembleia Legislativa fluminense.

Como consequência prática, a conversa anula a estratégia de "astroturfing" que Flávio Bolsonaro vinha utilizando contra Lula, desde que entrou em empate técnico nas pesquisas. Astroturfing é o termo usado no marketing para criar uma espécie de efeito manada, no qual um movimento de apoio é criado como se fosse um posicionamento espontâneo dos eleitores. O termo vem da grama sintética AstroTurf, simbolizando que o apoio é "fake". Essa estratégia é muito comum nos Estados Unidos.

O sinal de que os demais candidatos sentiram cheiro de animal ferido na floresta não veio do Palácio do Planalto, veio do ex-governador de Minas Romeu Zema, o candidato do Novo à Presidência. "Flávio Bolsonaro, ouvir você cobrando dinheiro do Vorcaro é imperdoável. É um tapa na cara dos brasileiros de bem. Não adianta nada criticar as práticas de Lula e do PT e fazer a mesma coisa", declarou.

Zema inaugura uma disputa aberta dentro do campo opositor pelo eleitor conservador moderado e antipetista fatigado da polarização. O ex-governador Ronaldo Caiado, candidato do PSD, também tirou uma casquinha: "Tudo que envolve Master e cifras milionárias precisa ser tratado com total transparência com a população".

Herdeiro natural do capital político do pai, Flávio Bolsonaro aparece tecnicamente empatado com Lula nas pesquisas de segundo turno. O levantamento da Genial/Quaest, divulgado ontem, mostra Lula com 42% e Flávio com 41%. No primeiro turno, Lula aparece com 39% e Flávio com 33%. Esses números revelam um quadro de polarização extrema, mas existe um grande contingente de eleitores em trânsito.

É justamente nesse segmento que a pesquisa revela, segundo o cientista político Felipe Nunes, que houve melhora significativa da avaliação do governo Lula entre os independentes. O saldo negativo nesse grupo caiu de -16 para -5 pontos percentuais. Em outras palavras: os eleitores menos ideológicos começam a reduzir sua rejeição ao governo Lula. Entretanto, Flávio ainda tem muita gordura para queimar e, mesmo assim, chegar ao segundo turno.

PODER

Candidatos ao Planalto reagem às denúncias

Zema fala em "tapa na cara" de brasileiros no caso Flávio e Vorcaro. Caiado cobra respostas

» ANDREI MEGRE
» IAGO MAC CORD

Pré-candidatos à Presidência da República reagiram ao vazamento das conversas entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, nas quais o parlamentar pede R\$ 134 milhões para bancar o filme sobre a vida de Jair Bolsonaro.

O ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) criticou o senador, que também mira o Palácio do Planalto. "Flávio Bolsonaro, ouvir você cobrando dinheiro do Vorcaro é imperdoável. É um tapa na cara dos brasileiros de bem", disse Zema, em vídeo publicado nas redes sociais.

O pré-candidato à Presidência pode ser beneficiado pelo vazamento e se colocar como opção da direita caso a notícia desidrate a pré-candidatura de Flávio.

No vídeo, ele não mencionou a possibilidade de crescer diante do vazamento, mas afirmou que "é preciso ter credibilidade para mudar o Brasil": "Não adianta nada criticar as práticas de Lula e do PT e fazer a mesma coisa", disparou.

O deputado cassado Eduardo Bolsonaro partiu para cima de Zema após a postagem e disse que o ex-governador "se aproveitou" da situação. "Não sequer ouviu o outro lado, bastou um par de horas para a 'união da direita', o 'potencial vice' se aproveita e larga esta acusação sem fundamentos", escreveu, em post no X (antigo Twitter).

Pedido de prisão

» ROBERTO FONSECA
» FERNANDA STRICKLAND

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou que vai apresentar à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República pedidos de prisão preventiva do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Em postagem nas redes sociais, o congressista disse que é fundamental a investigação sobre a negociação envolvendo recursos para a produção de um filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo Lindbergh, a representação será protocolada tanto na PF quanto na PGR. O parlamentar informou que pedirá o bloqueio total de bens de Flávio. O pedido inclui ainda a extensão da medida ao deputado Eduardo Bolsonaro e ao PL.

Em manifestação pública, o deputado afirmou que a situação "precisa ser investigada" e alegou que o senador, caso permaneça solto e candidato, poderia interferir nas apurações.

Em publicação sobre o caso, Lindbergh declarou: "Vamos entrar na PF com pedido de prisão de Flávio Bolsonaro". O deputado classificou o conteúdo divulgado como "muito grave" e associou os envolvidos ao chamado "escândalo do Master".

Na Câmara, em reunião da comissão especial sobre o fim da escala 6x1, o deputado Rogério Correia (PT-MG) defendeu a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar o caso envolvendo o Banco Master, e fez críticas ao bolsonarismo.

O deputado Alencar Santana (PT-SP) também pediu a instalação. "Nós estávamos insistindo muito na CPMI e agora eu faço aqui um apelo para que o Congresso Nacional a instale", frisou. "Hoje a gente faz uma CPMI, e esse pessoal vai para a cadeia, ou eles vão continuar querendo dar golpe no Brasil, aprovando a anistia ou dosimetria", afirmou.

GIL LEONARDI/Governo de MG



Romeu Zema disse ser "imperdoável" o episódio envolvendo Flávio; Caiado cobrou respostas

Zema foi apontado como possível vice na chapa do senador à Presidência. Perguntado se toparia a composição, o ex-governador tem negado e até brincou com a possibilidade de Flávio ser seu vice.

"Não houve desvio de dinheiro, Lei Rouanet ou recursos públicos. Não seja tão baixo, tão vil, Romeu Zema", disparou Eduardo.

Por sua vez, o também pré-candidato à Presidência Ronaldo Caiado (PSD-GO) ressaltou que Flávio tem o dever de esclarecer o conteúdo das conversas. Ele aproveitou para reforçar a solidez de sua própria carreira política, pontuando que, em 40 anos de vida pública, nunca teve sua

integridade moral questionada e que sua postura atual não deve ser confundida com oportunismo político.

Para o governador goiano, a prioridade máxima do campo político conservador deve ser a manutenção da coesão interna, evitando que polêmicas individuais fragmentem o grupo. Defendeu que a centro-direita brasileira precisa evitar divisões.

"O que nós precisamos, mais do que nunca, é fazer com que a centro-direita brasileira não se divida, não rompa essa unidade, para que possamos, aí sim, aquilo que é o fundamental, derrotar o PT e o Lula nas urnas do auxílio todo.

Este é o compromisso que nós temos", enfatizou.



Segundo ele, a expectativa da população em relação a um presidencial é de que ele mantenha a clareza sobre o objetivo de derrotar o atual governo, tratando questões jurídicas ou pessoais como processos à parte da missão política coletiva.


"Falhas de ordem pessoal devem ser tratadas por cada um que venha amanhã a ser denunciado. Mas o objetivo principal é não mudar o foco. O foco é derrotar. E sem dúvida nenhuma é isso que a maioria da população brasileira espera de um pré-candidato à Presidência da República", comentou.

ONDE TEM PROPÓSITO TEM TRABALHO

O GDF trabalha todos os dias pra você.


7 novas UPAs entregues e outras em construção. 14 UBSS ampliando o atendimento em todo o DF. Os leitos de UTI cresceram 73%. São milhares de profissionais reforçando a rede pública e programas que já reduziram filas e aceleraram cirurgias. Porque, mais do que investir em estrutura, para transformar a saúde do DF é preciso coragem, cuidado e trabalho constante.




MAIS DE 8 MIL

PROFISSIONAIS NOMEADOS



CORAGEM
PARA
MUDAR
PROPÓSITO
PARA
CUIDAR



Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Silêncio na sala

Muitos parlamentares do PL receberam ligações de suas bases eleitorais, preocupadas com os efeitos do vazamento da conversa entre Flávio e Vorcaro. Muitos deles, aliás, deixaram suas antigas legendas e ingressaram na legenda para concorrer a cargos — como governadores — e garantir palanque para o pré-candidato do partido. Agora, estão preocupados com o próprio futuro.

Dê um tempo

O comando do PL pediu aos seus filiados que aguardem um pouco antes de se deixar levar pelo desespero. Afinal, a campanha nem começou e é preciso aguardar todas as explicações de Flávio. O problema, porém, é que os integrantes do partido acreditam que a situação tende a piorar.

As coisas boas...

... a gente fatura. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu enxugar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da 6 x 1. O texto tratará apenas das reduções da escala, para 5 x 2, e da jornada, de 44 horas semanais para 40 horas. Assim, todos os louros da redução serão comemorados numa promulgação da PEC no Congresso.

As coisas ruins...

... a gente empurra para o governo. Tudo que for difícil será tratado no projeto de lei que o governo mandou ao Parlamento. Essa proposta vai incluir, por exemplo, a discussão de compensação, quais setores que precisam de jornadas especiais e tempo de transição. O líder do PT, Pedro Uczai (SC), disse com todas as letras em entrevista à emissora Rede Vida que não apoiará a transição. Ou seja, o projeto do governo vai tratar de coisas que o partido do presidente da Câmara não apoia.

As chances dos outros

Nova York — Os diálogos que indicam que o senador Flávio Bolsonaro (RJ), pré-candidato do PL à Presidência da República, cobrava dinheiro de Daniel Vorcaro, quando o então banqueiro dono do Banco Master já estava em rota de desgaste, assustaram os barões da Faria Lima, centro financeiro de São Paulo. Em Nova York, onde muitos participam da série de eventos da Brazilian Week, vários deixaram claro que o receio de ver o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro queimado no processo eleitoral leva o grupo dos financistas a voltar as atenções especialmente para o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD) — considerado o mais equilibrado dos pré-candidatos da direita. Caiado tem muitos apoios no agronegócio e deixou o governo com aprovação acima de 70%. Além disso, a última pesquisa Genial/ Quaest mostrou que, em Goiás, 76% daqueles que conhecem Caiado votam nele. Esse mesmo índice em relação a Romeu Zema (Novo) ficou em 38%, em Minas Gerais. Há uma avenida aberta para que Caiado consolide apoios entre os representantes do mercado financeiro.



Veja bem/ Até aqui, Flávio disse que não prometeu nada a Vorcaro em troca. Porém, até os mais fiéis aliados do filho 01 de Bolsonaro consideram essa justificativa insuficiente para

reverter o estrago. O pré-candidato do PL terá que dar novas explicações sobre o financiamento do BRB, a juros camaradas, para comprar a mansão em Brasília e o restante de seu patrimônio.

CURTIDAS

Graças a elas/ Cientistas políticos avaliam que recuperação da imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente entre as mulheres, se deve ao Desenrola 2.0. A justificativa é que elas têm sofrido mais pelo aumento do custo de vida.

É cedo para comemorar/ Os especialistas, entretanto, advertem: “Se a inflação de alimentos continuar pressionando o orçamento doméstico, parte desse ganho pode ser rapidamente neutralizado”, comentou Murilo Medeiros, cientista político da Universidade de Brasília (UnB).

Isonomia/ A isenção da taxa das blusinhas por Lula pegou a oposição de surpresa. Mas eles já têm uma estratégia para tentar dar um nó no governo: exigir que o mesmo benefício seja dado a produtos nacionais equivalentes a US\$ 50 (R\$ 250,00), em especial, aqueles que não precisam de frete. Ressaltam que se isentou o internacional, tem que isentar “os de casa”.

Point da vez/ A sede do QG da campanha de Flávio Bolsonaro fica em frente à casa (foto) do senador Ciro Nogueira (PP-PI). Agora, depois do vazamento das mensagens, parlamentares comentam que o endereço “compartilhado” parece ser o lugar do momento em Brasília.

Ed Alves/CB/D.A Press



CONGRESSO

Presidente da Câmara e governistas se acertam para PEC avançar. Planalto remeterá PL detalhando regras e particularidades

Caminho livre para fim da 6 x 1

» ALICIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA
» FERNANDA STRICKLAND

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), fechou acordo, ontem, com a base do governo para avançar na votação das propostas que tratam do fim da escala 6 x 1. A articulação prevê que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) seja analisada primeiro no Plenário da Câmara, ainda neste mês, enquanto um projeto de lei (PL) do Palácio do Planalto regulamentará as regras de transição e as especificidades de cada setor profissional.

A PEC está, atualmente, em debate em uma comissão especial da Câmara e deverá chegar ao Plenário até o fim de maio. O texto é relatado pelo deputado Leo Prates (Republicanos-BA) e

estabelece diretrizes gerais para a redução da jornada de trabalho, incluindo limite de 40 horas semanais e dois dias de descanso remunerado. A proposta também amplia o espaço para negociações coletivas entre empregadores e trabalhadores.

A expectativa do governo e da cúpula da Câmara é de que o projeto de lei complemente a PEC ao detalhar a implementação das mudanças em diferentes categorias profissionais. O texto deve tratar, por exemplo, de modelos alternativos de jornada, como a escala 4 x 3, além de disciplinar regras de adaptação para empresas e trabalhadores.

Motta reuniu-se ontem de manhã com os ministros José Guimarães (Secretaria de Relações Institucionais) e Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), além do relator Leo Prates e do presidente da comissão especial, Alencar Santana

(PT-SP). O encontro consolidou o entendimento de que a PEC terá prioridade na tramitação antes do debate do projeto de regulamentação.

O líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), afirmou que a bancada não pretende apoiar integralmente o texto do governo, mas reconheceu avanços nas negociações conduzidas pelo relator da matéria. “A gente está debatendo com o relator, ele está bem propício a aceitar algumas propostas em relação à transição”, afirmou.

Segundo o parlamentar, a ideia é construir “um texto responsável” que não prejudique trabalhadores nem setor produtivo. O deputado afirmou que o debate sobre a transição gira em torno de um período entre seis e dez anos, embora ajustes ainda possam ocorrer.

O governo federal defende que

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Para Boulos, criar transição para o fim da escala 6 x 1 é uma maneira de postergar a aplicação da nova regra

a transição para o novo modelo ocorra sem compensações fiscais ou financeiras às empresas. Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, criticou propostas de contrapartidas patronais para a redução da jornada e afirmou que a mudança deve ocorrer de forma imediata.

Nos bastidores da Câmara, parlamentares avaliam que parte do

setor produtivo deve pressionar por alternativas de flexibilização das escalas de trabalho, como modelos de 12 horas por 36 de descanso. Apesar disso, líderes governistas apostam em um acordo político para garantir a aprovação da PEC ainda no primeiro semestre e deixar a regulamentação detalhada para discussão posterior no projeto de lei do Executivo.

Em debate na comissão especial da PEC, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, defendeu votação rápida do projeto e rejeitou qualquer regra de transição no regime de trabalho. Isso porque, segundo ele, medidas favoráveis ao setor empresarial costumam entrar em vigor imediatamente. “Isso é uma forma de postergar”, criticou.

Luiz Silveira/STF



Segundo a Anamages, Moraes recebeu do MP R\$ 1 milhão retroativamente

JUDICIÁRIO

Entidade expõe penduricalhos de ministros

A Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) apresentou uma petição em que diz que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de restringir os penduricalhos apresenta “omissões” e “contradições” ao não especificar o alcance da suspensão dos pagamentos de valores retroativos. Para expor as tais contradições, incluiu no pedido uma lista com os valores retroativos recebidos por oito ministros da Corte dos órgãos em que trabalhavam antes

de ascenderem à mais alta instância do Judiciário.

“Vê-se, pois, que tais situações evidenciam que o próprio sistema jurídico reconhece a legitimidade do pagamento integral de verbas pretéritas aos ministros do STF, inclusive com a superação do teto em razão de sua natureza”, argumenta a Anamages, que complementa:

“Nesse contexto, a ausência de enfrentamento dessas questões gera tratamento desigual

injustificado entre magistrados de grau inferior e os membros do STF, em afronta direta à tese de repercussão geral fixada no próprio acórdão, que reafirma a simetria entre os ministros do STF e os demais magistrados”.

O documento foi apresentado ao ministro Alexandre de Moraes, que, segundo a lista da Anamages, recebeu R\$ 1 milhão líquido do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), onde foi promotor de 1991 a 2002. A entidade também

lista vantagens recebidas pelos ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux, Nunes Marques, André Mendonça e Flávio Dino — além dos apontados Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski.

A Anamages pede que Moraes esclareça o alcance da suspensão, explicando o tratamento aplicável aos valores retroativos já reconhecidos, e que detalhe os critérios de pagamento para que o montante devido aos magistrados não deixe de ser corrigido com juros.



SAÚDE PÚBLICA

Hantavírus: 7 casos e uma morte neste ano

Mas a cepa que causou os óbitos no país não é a mesma que infectou os passageiros que estavam em um cruzeiro que saiu de Ushuaia, na Argentina, rumo a Cabo Verde, na África

» RAFAELA BOMFIM*

O registro de casos de hantavírus no navio de cruzeiro MV Hondius, que saiu da Argentina rumo à África, colocou autoridades sanitárias de diversos países em alerta e voltou a direcionar atenção para uma doença pouco conhecida pelo grande público, mas considerada grave por especialistas. Passageiros de mais de 20 nacionalidades estavam a bordo da embarcação e começaram a ser repatriados após a identificação de pessoas infectadas.

O episódio gerou preocupação internacional por envolver uma possível transmissão em ambiente fechado, situação considerada rara para a hantavirose. Até o momento, não há brasileiros entre os casos investigados.

A repercussão do episódio fez crescer o interesse sobre a circulação do vírus no Brasil, onde a doença é considerada endêmica pelo Ministério da Saúde. Dados oficiais apontam que o país registrou sete casos confirmados de hantavirose em 2026, com uma morte contabilizada até 27 de abril, em Carmo do Paranaíba (MG) — a de segunda-feira, no município de Paulo Bento (RS), não foi computada por estar sendo investigada. Entre 1993 e 2025, foram confirmadas 2.429 infecções e 997 mortes.

O ministério informa que os registros se concentram, principalmente, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em áreas rurais e de mata. “A presença da Síndrome Cardiopulmonar por Hantavírus é relatada em 16 unidades da federação”, informou a pasta em boletim epidemiológico.

O infectologista Alexandre Naim Barbosa explicou que o hantavírus é transmitido, principalmente, pela inalação de partículas contaminadas por urina, fezes e saliva de roedores silvestres. “Quando esses resíduos secam, pequenas partículas podem ficar suspensas no ar e serem inaladas durante a limpeza de galpões, celeiros, depósitos e casas fechadas”, afirma.

Segundo ele, a infecção provoca uma resposta inflamatória intensa no organismo, atingindo, principalmente, os pulmões e os vasos sanguíneos. “O vírus aumenta a permeabilidade vascular pulmonar, causando acúmulo de líquido nos pulmões e comprometendo a respiração”, explica.

Os primeiros sintomas costumam ser confundidos com outras doenças virais. “O paciente apresenta febre alta, dor no corpo, mal-estar, dor de cabeça, náusea e vômitos. Em poucos dias, o quadro pode evoluir para falta de ar intensa, queda da pressão arterial e insuficiência respiratória aguda”, adverte.

De acordo com Barbosa, a rapidez da evolução clínica é um dos principais fatores de preocupação. “Sem atendimento em unidade de terapia intensiva, ventilação mecânica e suporte cardiovascular, a chance de morte é muito elevada”, ressalta. A taxa média de letalidade no Brasil é de 46,5%, índice considerado alto pelas autoridades de saúde.

Diferenças

O médico também destacou que os casos registrados no navio

Remédios eficientes

Satanizadas por terem sido prescritas erradamente para o combate à covid-19 — foram incluídas no ineficiente “tratamento precoce” por autoridades de saúde do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro —, a ivermectina e a cloroquina são dois eficientes antibióticos. O primeiro é um medicamento antiparasitário indicado para tratar infecções causadas por vermes e parasitas, como piolho (pediculose), sarna (escabiose), lombriga (ascaridíase), e infecções como estrogiloidíase e filariose. O segundo — assim como seu derivado hidroxicloroquina — é um antimalárico e imunomodulador indicados, principalmente, para o tratamento de doenças infecciosas e autoimunes (como o tratamento de Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) e da artrite reumatoide, pois ajuda a controlar o sistema imunológico).

não têm relação com as infecções identificadas recentemente no Brasil. “Os episódios registrados em Minas Gerais e no Paraná ocorreram em contexto rural e seguem o padrão histórico da doença no país, ligado ao contato com roedores silvestres”, frisa.

Segundo ele, a cepa andina identificada no MV Hondius circula principalmente na Argentina e no Chile e não tem transmissão registrada em território brasileiro. “O evento ganhou grande repercussão porque ocorreu em uma embarcação internacional, em ambiente fechado, logo após o trauma coletivo deixado pela pandemia de covid-19”, observa.

Apesar do alerta internacional, especialistas descartam risco de pandemia. “A transmissão sustentada entre humanos não acontece de forma eficiente como ocorre com influenza ou coronavírus. O caso do navio é considerado excepcional”, diz. Ainda assim, ele reforça que a vigilância epidemiológica precisa ser mantida devido à gravidade da doença.

Entre as orientações preventivas estão evitar varrer ambientes fechados sem ventilação, utilizar máscara, luvas e óculos de proteção durante as limpezas e armazenar alimentos corretamente para impedir a presença de roedores. “Não existe tratamento antiviral específico, nem qualquer comprovação científica de eficácia para medicamentos, como ivermectina ou cloroquina, contra a hantavirose. O tratamento continua sendo baseado em suporte intensivo e diagnóstico precoce”, avisa.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

» Leia mais na página 15

Em comemoração ao aniversário de Taguatinga, o **Correio Braziliense** lança a **1ª edição da Marotinha**.

Corrida infantil para crianças de **3 a 12 anos**, com muita diversão e momentos em família

Data: 07 de junho (domingo)

Horário: a partir das 8h

Local: Pistão Sul em frente ao Taguatinga Shopping

Saiba mais e garanta sua inscrição:

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code

camiseta meramente ilustrativa

Patrocínio:



Apoio:



Promoção:

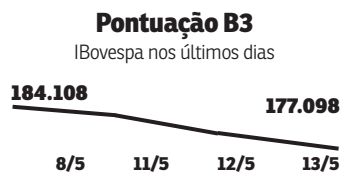
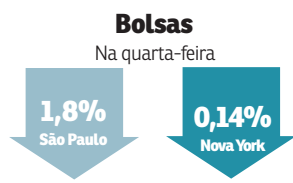


Realização:





6 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 14 de maio de 2026



Na quarta-feira
R\$ 5,008
(+ 2,31%)

Dólar

	Últimos
7/maio	4,923
8/maio	4,893
11/maio	4,891
12/maio	4,895

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R\$ 5,866

CDI
Ao ano
14,40%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,38%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88

COMBUSTÍVEIS

Gov. subsidia preço da gasolina

Por meio da ANP, será criada uma subvenção de até R\$ 0,89 por litro do produto, produzido no Brasil ou importado

» ANDREA MALCHER

O Ministério de Minas e Energia (MME) anunciou, ontem, a edição de uma medida provisória (MP) para tentar frear a alta nos preços dos combustíveis, causada pelo conflito entre Estados Unidos e Irã. O texto cria uma subvenção, isto é, um auxílio de custeio, de até R\$ 0,89 por litro de gasolina, produzida no país ou importada, que será pago com recursos do Orçamento, por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A compensação prevista sairá da alta na arrecadação do petróleo.

Ontem, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, explicou que os R\$ 0,89 representam o valor máximo previsto, mas a tendência é que o subsídio varie entre R\$ 0,40 e R\$ 0,45 por litro. Neste caso, o impacto calculado pelo ministro ficará entre R\$ 1 bilhão a R\$ 1,2 bilhão. A medida deve ter a duração de dois meses, quando, então, passará por uma reavaliação. O objetivo é de que a subvenção se equipare ao imposto pago por litro de gasolina hoje: R\$ 0,89 por litro. Ou, como definiu Moretti, seria uma forma de “devolver para o agente produtor o tributo”.

A MP permite que o mesmo benefício seja aplicado ao diesel, uma vez que, neste mês, perde a validade outra MP, assinada em março, que isentou o diesel do PIS/Cofins. Considerando a projeção da subvenção intermediária da gasolina e a subvenção praticada hoje para o diesel, o governo estima um impacto de R\$ 2,7 bilhões por mês.

Neutralidade

Sobre a obrigação de apontar uma nova fonte de receita a toda nova despesa, como previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Moretti explicou a medida é uma “espécie de cashback” do tributo,

Ricardo Botelho/MME



Na coletiva de imprensa, o ministro Silveira conclamou as distribuidoras a “fazerem a sua parte” para evitar a elevação de preços

já que está associada à maior arrecadação com o petróleo. Portanto, a MP não irá desrespeitar a lei e terá efeito neutro. “A premissa da neutralidade fiscal, a premissa da cautela de sempre, as medidas a serem feitas para um período de tempo, tudo para elas poderem ser reavaliadas”, frisou ele.

“O presidente nos determinou que o Brasil não poderia ser sócio da guerra. Não faria sentido ter um Estado rico e uma sociedade pobre. O que a gente pretende, aqui, fazer é converter uma parcela dessa arrecadação adicional em medidas de mitigação dos impactos de preço e, ao fazê-lo, sempre resguardar a premissa da neutralidade fiscal”, pontuou Moretti, lembrando que o objetivo é neutralizar os efeitos da guerra sobre a economia brasileira. “De modo que todas as nossas metas fiscais, limites, metas de resultados primário

estão preservadas e estão sendo devidamente perseguidas”.

A MP é anunciada após a tentativa frustrada de aprovar rapidamente um projeto de lei complementar (PLP) que busca usar a receita extraordinária do petróleo para reduzir os impostos sobre os combustíveis. A relatora Maruska Boldrin (Republicanos-GO) não avançou com seu parecer a tempo de coincidir com um novo reajuste nos preços, como era a intenção do governo.

Alta dos preços

O último reajuste feito pela Petrobras à gasolina, em janeiro, trouxe uma redução do valor médio nas refinarias de R\$ 0,14, fixando o preço em R\$ 2,57, porém levando em conta um cenário anterior ao do fechamento do estreito de Ormuz.

Com a alta do petróleo, a estatal, que vinha absorvendo o prejuízo nas próprias contas, acabou pressionada a elevar o preço. Na terça-feira, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, sinalizou o aumento iminente.

Alexandre Silveira, não escondeu a urgência do governo para conter os efeitos na bomba e fez um apelo para que as distribuidoras, citando diretamente a Vibra, Ipiranga e Raízen, e os postos de gasolina acelerem o repasse das medidas tomadas pelo governo federal.

“Eu faço, aqui, o chamamento à Vibra, à Ipiranga, à Raízen, aos postos de gasolina, que contribuam com o país — não com governo, com o país. Num momento de guerra, há de se haver esse espírito, o espírito cívico e o espírito da compreensão de que se há um esforço por parte do poder

público, há de se haver também a participação do setor privado para que nós alcancemos esse objetivo”, pontuou Silveira.

Para Paulo Tavares, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), ainda é cedo para avaliar a medida e o impacto real nos preços repassados aos consumidores, mas ele observou que é importante um diálogo mais próximo entre o governo e o setor. “Acho que o governo precisa tentar chamar as distribuidoras; os sindicatos dos postos de combustíveis; o Instituto Combustível Legal; a Abicom (Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis); para uma reunião, uma parceria e tentar convencê-los a aderirem a esse processo. Acho esse o melhor caminho”, opinou.

Petrobras no topo

» ROSANA HESSEL

O conflito no Oriente Médio está fazendo o mercado de petróleo lucrar como nunca e, apesar da defasagem dos preços de combustíveis da Petrobras praticados no mercado doméstico em relação ao externo — estimada entre 70% e 80% —, a estatal brasileira ainda está lucrando como nunca. Conforme levantamento elaborado pela Elos Ayta, a companhia encerrou o primeiro trimestre de 2026 como a petroleira mais lucrativa do mundo entre as companhias do setor, com valor de mercado superior a US\$ 50 bilhões.

De janeiro a março, a estatal brasileira lucrara US\$ 6,25 bilhões, dado que superou os lucros de gigantes globais, como Shell (US\$ 5,69 bilhões) e Exxon Mobil (US\$ 4,18 bilhões), conforme os dados levantados pela Elos Ayta. Assim, a petroleira brasileira assumiu a liderança em um ranking que reúne as maiores empresas de petróleo e gás listadas no Brasil e no exterior.

“O resultado chama atenção porque, em reais, o lucro líquido da Petrobras recuou de R\$ 35,2 bilhões no primeiro trimestre de 2025 para R\$ 32,6 bilhões no mesmo período de 2026. A liderança em dólares foi favorecida pela valorização do real frente à moeda norte-americana: o dólar Ptax médio caiu de R\$ 5,85, no primeiro trimestre, de 2025 para R\$ 5,26 no primeiro trimestre de 2026”, explicou o diretor e sócio fundador da Elos Ayta, Einar Rivero.

“Na prática, a apreciação cambial elevou o valor do lucro da companhia quando convertido para dólares, moeda utilizada como referência por investidores internacionais”, acrescentou o analista.

CONSUMO

Vendas do varejo registram alta de 0,5% em março, aponta IBGE

» RAFAELA GONÇALVES

O volume de vendas do comércio varejista cresceu 0,5% em março na comparação com fevereiro, já descontados os efeitos sazonais. Os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também mostram alta de 4,0% frente a março de 2025. No acumulado de 12 meses, o varejo registra alta de 1,8%. No acumulado do ano, o avanço é de 2,4%.

O desempenho do comércio varejista em março foi marcado pela predominância de resultados positivos, com avanço em cinco das oito atividades pesquisadas. O principal destaque ficou com o segmento de equipamentos e material para escritório, informática e comunicação, que registrou alta de 5,7%.

Também apresentaram crescimento os setores de combustíveis e lubrificantes, com avanço de 2,9%,

e de outros artigos de uso pessoal e doméstico, igualmente com expansão de 2,9%. Livros, jornais, revistas e papeleria tiveram elevação de 0,7%, enquanto artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria cresceram 0,1%.

Apesar do cenário de juros elevados e crédito mais caro, o consumo das famílias brasileiras segue mostrando resiliência, especialmente em segmentos ligados ao dia a dia. Para Roberto Jalonetsky, o comportamento do consumidor reflete uma mudança nas prioridades de compra. “O dado indica que o consumidor segue comprando, mas prioriza categorias ligadas a conveniência, bem-estar, saúde e rotina”, avalia.

Na outra ponta, duas atividades encerraram o mês em queda. O segmento de hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo recuou 1,4%, enquanto móveis e eletrodomésticos registraram retração de 0,9%. Já o setor de tecidos,

Flow



No resultado acumulado do ano, o avanço é de 2,4%

vestuário e calçados permaneceu estável na comparação com fevereiro.

“O varejo acima do esperado em março indica que a demanda segue mais resiliente do que o compatível

com o nível atual de juros, mantendo a economia aquecida e reduzindo o espaço para flexibilização monetária no curto prazo, ainda que já se observe deterioração marginal

nos segmentos mais dependentes de crédito, o que reforça a necessidade de maior seletividade em consumo e crédito”, avalia Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

Varejo ampliado

No comércio varejista ampliado, que engloba itens de maior valor agregado, o segmento de material de construção registrou alta de 1,6% em março, reforçando o desempenho positivo do setor. Em contrapartida, a atividade de veículos e motos, partes e peças apresentou retração de 0,6% na comparação com fevereiro.

Para Peterson Rizzo, gerente de R.I da Multiplike, o dado é positivo, mas não deve mascarar o pano de fundo. “O endividamento das famílias segue renovando máximas históricas e a inadimplência permanece em patamares elevados, evidenciando que o consumo atual se sustenta mais pelo comprometimento

da renda futura do que por ganhos reais de poder de compra”, afirmou.

Na avaliação de Rizzo, o cenário inflacionário ainda pressionado e as incertezas externas devem manter a taxa básica de juros em um nível elevado por mais tempo, mesmo com impactos crescentes sobre o consumo e o crédito. “Com a inflação acumulada pressionada por alimentos e combustíveis, agravada pelas tensões geopolíticas no Oriente Médio, a Selic em patamar restritivo segue necessária para ancorar as expectativas, porém já impõe custos significativos ao comércio e ao crédito, especialmente para micro e pequenas empresas e famílias de menor renda”, observou.

O cenário, segundo ele, exige cautela. “A desaceleração do varejo tende a se aprofundar nos próximos meses à medida que os efeitos defasados da política monetária restritiva se consolidem sobre a atividade”, acrescentou.

TAXA DAS BLUSINHAS

Nova MP gera onda de críticas

Fim do imposto de importação para compras de até US\$ 50 gera protestos e pedidos de equalização para indústria local

» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI

No primeiro dia em que a Medida Provisória (MP) que zerou a taxa das blusinhas entrou em vigor, as críticas só aumentaram. A extinção da cobrança de imposto de importação sobre compras de até US\$ 50 reacendeu críticas da indústria nacional ao governo federal. Representantes do setor afirmam que, apesar do apelo eleitoral, o fim da tributação sobre bens importados de baixo valor pode ampliar a concorrência com plataformas estrangeiras, afetar empregos e prejudicar a produção brasileira.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) criticou a medida e afirmou que a flexibilização das regras favorece produtos importados, especialmente asiáticos, em detrimento da produção brasileira. Segundo o presidente da entidade, Ricardo Alban, a isenção para produtos importados cria uma concorrência desigual com a produção brasileira.

“Permitir a entrada de importações de até US\$ 50 sem tributação é o mesmo que financiar a indústria de países como a China, principal exportador de produtos de baixo valor para o Brasil, especialmente no setor têxtil. O prejuízo é direto a quem fabrica e comercializa em território brasileiro”, afirmou a nota. A entidade argumentou que a decisão representa um retrocesso para a economia brasileira e afeta, principalmente, micro e pequenas empresas.

Para Alban, a medida enfraquece a competitividade da indústria nacional ao manter a carga tributária sobre produtos fabricados no país, enquanto itens estrangeiros ficam isentos. “Um sistema que penaliza a produção interna desestimula investimentos, reduz a competitividade e enfraquece a indústria. Em um cenário global marcado por disputas comerciais e por políticas de proteção econômica, é contraditório que o Brasil abra mão de instrumentos mínimos de equilíbrio concorrencial”, disse.

Wallison Breno/PR



Lula posa com equipe e parlamentares governistas após a assinatura, às pressas, da MP para zerar a taxa das blusinhas no Palácio do Planalto

A CNI destacou ainda que a taxa sobre compras internacionais de até US\$ 50 começou a ser implementada em 2023, com a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, e passou a incluir, em 2024, uma alíquota de 20% do imposto federal de importação para plataformas estrangeiras de comércio eletrônico em 10 estados. De acordo com a entidade, um estudo recente aponta que o imposto evitou a entrada de R\$ 4,5 bilhões em produtos importados no país, contribuindo para preservar mais de 135 mil empregos e quase R\$ 20 bilhões na economia brasileira.

“Fica claro que o objetivo dessa taxa quando criada não foi tributar o consumidor, mas proteger a economia. A medida anunciada vai na contramão do bom senso, pois tornar a indústria brasileira competitiva é primordial para

que possamos manter empregos e gerar renda. Não somos contra as importações. Elas são bem-vindas e aumentam a competitividade, mas é preciso que entrem no Brasil em condições de igualdade”, acrescentou Alban.

Outras entidades que representam o setor também se posicionaram contrárias à medida. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) destacou que a reversão da medida coloca em risco todo o avanço obtido com a taxa, além dos investimentos já comprometidos. Além disso, a entidade fluminense comentou que o governo decidiu “mudar as regras do jogo ao sabor do calendário eleitoral”.

“Não é aceitável que, enquanto as plataformas estrangeiras recebem benefícios do governo federal, as empresas brasileiras padecem sob o peso do Custo Brasil”, criticou a Firjan. Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(Fiesp) defendeu que o Congresso Nacional devolva a MP ao Executivo. “A medida, se mantida, gera uma concorrência desleal que destrói empregos no Brasil e sabota a economia nacional”, argumentou.

Aprovação popular

Apesar das reclamações do setor produtivo em relação ao fim da taxa das blusinhas, a criação da tributação foi amplamente criticada pela população desde quando foi implementada, em 2024, como revelam pesquisas relacionadas ao tema. Uma das mais recentes, divulgada pela Atlas Intel/Bloomberg, mostrou que 62% dos brasileiros veem a taxa como um erro, enquanto apenas 30% acreditam que a medida foi um acerto e 8% não souberam responder.

Por conta disso, o economista Charles Mendlowicz, sócio da Ticker Wealth, avaliou que o anúncio

ocorre em um momento estratégico para o presidente, faltando poucos meses para as eleições, e é visto pelo mercado como uma tentativa do governo de recuperar terreno junto às classes populares. “A medida é uma notória bomba fiscal e um movimento estratégico no tabuleiro político. Nesse xadrez das eleições, o governo pegou uma peça, moveu e assustou o adversário”, afirmou.

Enquanto o governo deve utilizar o fim da taxa para absorver mais apoio ao presidente, a oposição deve destacar a contradição do governo federal, que anteriormente atuou pela taxa das blusinhas em 2024, com apoio de nomes fortes à medida, como o vice-presidente Geraldo Alckmin e o então ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mesmo diante desse cenário, a consultora política e secretária-executiva de Frentes Parlamentares, Beatriz Nóbrega,

ressaltou que a figura de Lula pode não ser “abalada” com esse fim da taxa, já que desde quando o imposto foi implementado, ele se posicionava de forma contrária.

“Então, é preciso ver também essa questão de ‘dar a César o que é de César’ dentro da temática das blusinhas de até US\$ 50, até porque o presidente sempre foi contrário e se posicionou dessa maneira no início, no meio e no fim. Mas, ao mesmo tempo, precisamos trazer toda a questão que foi vista dentro do Congresso e quem que vinha levantando a própria liberdade de consumo e lembrar que essa pauta, hoje, pertence aos dois lados”, destacou Nóbrega.

Livre mercado

A revogação do imposto sobre as blusinhas levou o Instituto Livre Mercado (ILM) a cobrar do governo federal uma redução mais ampla da carga tributária sobre importações e sobre o setor produtivo. Em nota, a entidade classificou a cobrança de 20% de imposto sobre compras internacionais de até US\$ 50 como uma medida “equivocada, injusta e puramente arrecadatória”.

De acordo com o Instituto, a taxa penalizava consumidores e pequenos empreendedores ao elevar o custo das compras internacionais. A entidade defendeu que o debate tributário avance para uma redução mais ampla de impostos sobre importações, inclusive, acima de US\$ 50, para ampliar a competitividade e o acesso da população aos produtos estrangeiros.

“O governo apenas voltou atrás em uma medida errada que jamais deveria ter existido. O Brasil precisa parar de tratar o cidadão como fonte inesgotável de arrecadação. Defender menos impostos não pode ser exceção nem discurso eleitoral de última hora. Precisa ser compromisso permanente com quem produz, trabalha e empreende”, disse Rodrigo Marinho, principal executivo (CEO) do ILM.

Leia mais na página 16, em Capital S/A

» CB.PODER | SEBASTIÃO ABRITTA | PRESIDENTE DO SINDIVAREJISTA-DF

“Um balde de água fria para o setor produtivo”

» PEDRO JOSÉ*

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista-DF), Sebastião Abritta, classificou o fim do imposto de importação para as compras de até US\$ 50 como um “balde de água fria” para o setor produtivo, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

“Isso foi uma decisão que nos pegou de surpresa de forma negativa, como um balde de água fria para os geradores de emprego. A isenção trará um impacto muito grande para a economia de Brasília e de todo o Brasil. No período em que se cobrava esses 20%, a Confederação Nacional da Indústria divulgou que o país deixou de perder mais de 4,5 bilhões em faturamento para produtos importados e preservou mais de 135.000 empregos. O varejista já luta com IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), aluguel, altas taxas de juros e falta de mão de obra. De uma hora para outra, por meio de uma medida populista, o governo retira essa taxa, o que vai favorecer plataformas como Shopee, AliExpress e Shein, gerando uma concorrência desleal com os produtos nacionais. Estimamos que milhões de empregos irão para o ralo, sem contar o desânimo de todo o setor.

Representante de 40 mil lojas físicas na economia local, Abritta, que também é primeiro vice-presidente da Federação do Comércio do DF (Fecomércio-DF), destacou que a isenção da chamada taxa das blusinhas, pode afetar a competitividade do varejo brasileiro diante de empresas internacionais de e-commerce. Ele ainda defendeu um diálogo com o governo federal em busca de isonomia tributária e também faz alertas sobre outros fatores que corroem o consumo, como as apostas on-line (bets).

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O presidente Lula anunciou o fim da taxa de importação de compras de até US\$ 50, a chamada taxa das blusinhas. Como vocês avaliam o impacto e os prejuízos dessa medida ao comércio nacional?

Isso foi uma decisão que nos pegou de surpresa de forma negativa, como um balde de água fria para os geradores de emprego. A isenção trará um impacto muito grande para a economia de Brasília e de todo o Brasil. No período em que se cobrava esses 20%, a Confederação Nacional da Indústria divulgou que o país deixou de perder mais de 4,5 bilhões em faturamento para produtos importados e preservou mais de 135.000 empregos. O varejista já luta com IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), aluguel, altas taxas de juros e falta de mão de obra. De uma hora para outra, por meio de uma medida populista, o governo retira essa taxa, o que vai favorecer plataformas como Shopee, AliExpress e Shein, gerando uma concorrência desleal com os produtos nacionais. Estimamos que milhões de empregos irão para o ralo, sem contar o desânimo de todo o setor.

Como é a comunicação do setor com o governo? Vocês não

Ed Alves/CB/D.A Press



foram ouvidos antes da decisão tomada ontem?

Eu fiquei sabendo pela imprensa. Nós não fomos comunicados, não recebemos nenhum e-mail ou convocação do governo para falar sobre essa situação. Na foto publicada pela Presidência, não vi nenhuma liderança da CNI (Confederação Nacional da Indústria) ou da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), o que mostra que o governo não escuta o setor. Com uma simples canetada, que considero populista em época de eleição, não se agrega nada ao país e se tira a motivação das pessoas para investir no Brasil, pois fica impossível fazer um planejamento de custos. Cadê a isonomia? Se é para isentar, então, que o governo isente também compras de até R\$ 250 para o varejo nacional, que movimentam a economia e gera empregos no Brasil.

O que é possível fazer agora para reagir e amenizar esse impacto no comércio nacional?

Nós vamos entrar em contato com a nossa federação para que acione a CNC e a CNI que, com certeza, já estão atuando nisso. Esperamos que o presidente Lula repense, porque o impacto negativo na geração de emprego e renda é muito grande, e precisamos aumentar os postos de trabalho no país. Também esperamos que os senadores, que em 2024 ajudaram a aprovar a lei, e as frentes parlamentares do comércio tentem reagir. É o momento de todos os setores produtivos darem as mãos e pedirem uma audiência com Lula e com o ministro da Fazenda (Dario Durigan) para buscar condições justas de competição.

Além da concorrência internacional, dados mostram que bilhões de reais deixaram de ser gastos no comércio no último

ano por conta das apostas on-line (bets). Como o Sindivarejista avalia esse cenário?

É um absurdo total. Muitas vezes, motivadas por propagandas de influenciadores e pela ilusão de ganho fácil nas redes sociais, as pessoas pegam dinheiro emprestado ou gastam parte do salário jogando. O impacto é fortíssimo, e o varejo tem perdido um grande volume de vendas por conta dessas apostas. Eu espero que o governo faça campanhas de orientação alertando sobre os perigos e os impactos do vício, assim como é feito nas embalagens de cigarro. No fim das contas, a raiz desse problema está na falta de educação de base e de educação financeira da população.

O governo lançou novamente o programa Desenrola para a renegociação de dívidas das famílias. Isso vai ajudar a desafogar as pessoas para



Com uma simples canetada, que considero populista em época de eleição, não se agrega nada ao país e se tira a motivação das pessoas para investir no Brasil!

voltarem a consumir no comércio local?

Com certeza ajuda, pois as pessoas voltam a ter acesso ao crédito para comprar de novo. Mas isso acaba sendo apenas um paliativo e gera um ciclo vicioso se não houver a tal educação financeira que mencionei. Nós ficamos tristes com a incoerência: o governo faz o Desenrola para trazer mais pessoas ao consumo, mas na mesma hora retira a taxa das blusinhas, prejudicando justamente o varejo que se preparava para vender mais. O que afeta muito o brasileiro é a alta taxa de juros do cartão de crédito, que “come” a capacidade de compra do consumidor nas parcelas. A solução verdadeira seria o governo oferecer crédito mais barato, com juros subsidiados, para a compra de produtos essenciais no varejo.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

COMÉRCIO EXTERIOR

Brasil tenta voltar à lista da UE

Após bloco anunciar restrições sanitárias à carne brasileira, país terá 15 dias para prestar os esclarecimentos técnicos

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O Brasil terá 15 dias para responder a um questionário da União Europeia (UE), contendo informações adicionais sobre questões sanitárias envolvendo a exportação de produtos de origem animal, após o bloco ter retirado o país da lista de fornecedores de produtos animais a partir de 3 de setembro. As respostas brasileiras serão cruciais para evitar a suspensão das importações de carne pela UE.

"Estamos confiantes nessa questão com a União Europeia. Já teve uma reunião hoje cedo entre o embaixador Pedro da Costa e Silva, que é o nosso representante na Comissão Europeia. Em 15 dias os esclarecimentos vão ser dados, com todas as informações técnicas", comentou o vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), no Congresso da Associação Brasileira dos Produtores de Milho e Sorgo (Abdamilho), em Brasília.

A reunião a qual Alckmin se referiu ocorreu em Bruxelas, na Bélgica, na sede da União Europeia. No encontro, Pedro da Costa e Silva discutiu com autoridades europeias o teor de um documento divulgado na última terça-feira, que listava os países — com o Brasil de fora — autorizados a exportar carne para o bloco, dentro das novas regras de controle do uso de antibióticos na pecuária.

De acordo com o comunicado feito pela UE, o Brasil não apresentou garantias suficientes sobre o controle do uso de antimicrobianos na produção e exportação de carnes. Além da carne brasileira, a proibição aponta que produtos como ovos, peixes e animais vivos destinados à

Semadesc/Divulgação



Segundo o embaixador do Brasil na UE, opositores do acordo com o Mercosul disseminaram informações falsas sobre carne brasileira

alimentação poderão deixar de entrar no mercado europeu.

A lista foi validada pelos Estados-membros do bloco europeu e autoriza a entrada de produtos originados em países como Argentina, Colômbia e México, considerados em conformidade com as exigências sanitárias do bloco.

Presente no congresso da Abdamilho, o ministro da Agricultura e

Pecuária, André de Paula, pontuou que o Brasil vai tomar as medidas necessárias para se adequar às normas do bloco. Segundo ele, a reunião entre o embaixador brasileiro e os representantes da UE abrangeu questões sanitárias da produção da carne brasileira exportada ao bloco europeu.

"O embaixador do Brasil na União Europeia esteve numa

reunião importante, na primeira reunião com a autoridade sanitária da União Europeia, a DG Sante. E lá, foram dados alguns pontos, ainda incipientes: primeiro, de que nós vamos seguir tendo reuniões muito importantes; que nós vamos ter mais clareza sobre o que aconteceu; de que nós vamos tomar todas as medidas que o governo brasileiro e o

setor privado precisarem de tomar para nos adequarmos a essas exigências", garantiu o ministro da Agricultura e Pecuária.

Mercosul-UE

Após a reunião na União Europeia, em Bruxelas, o embaixador brasileiro afirmou que opositores do acordo entre Mercosul e UE

disseminaram informações falsas e sem fundamentos sobre a questão sanitária na produção de carne brasileira.

"O debate sobre este acordo nem sempre foi equilibrado. Algumas pessoas querem aplicar um parâmetro único ao Mercosul e pedir para nos envolvermos em um ciclo interminável de negociações", comentou o diplomata brasileiro, segundo informações do site EuroNews.

A publicação do documento que exclui o Brasil da lista de países que, segundo a UE, oferecem condições sanitárias à exportação de carne e outros produtos à União Europeia ocorreu cerca de duas semanas após a vigência provisória do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e o bloco europeu.

Na avaliação do economista do Banco ABC Brasil Francisco Lima Filho, a decisão de cortar a importação de carnes brasileiras a partir de setembro não deve gerar impactos comerciais imediatos ao agronegócio nacional.

"As exportações continuam normais até a entrada em vigor da medida, agendada para 3 de setembro. Atualmente, o bloco foi o quarto maior destino da carne bovina brasileira, sendo destino de cerca de 5% das exportações brasileiras de carne bovina, o que equivale a menos de US\$ 2 bilhões anuais", comentou o especialista.

Lima Filho acrescentou que, caso o bloqueio de fato entre em vigor, a expectativa é que o setor redirecione o "excedente de carne e derivados para outros países e bloco econômicos".

"Por enquanto, o principal vetor de pressão sobre os preços dos alimentos em 2026 será o conflito no Oriente Médio e seus respectivos desdobramentos no mercado de fertilizantes", finalizou.

MERCADO DE TRABALHO

Emprego próximo a 60 milhões

» CAETANO YAMAMOTO*

O número de empregos formais no país cresceu 5%, alcançando 59.970.945 vínculos ativos em 2025, considerando o setor público e privado. Houve 2.838.789 novos vínculos em relação a 2024, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgados, ontem, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

De acordo com o levantamento, a jornada de trabalho de 41 a 44 horas semanais é composta por 35,012 milhões de vínculos em 2025, um crescimento de 2,5% comparado a 2024, o que corresponde a 58% dos contratados no Brasil. As demais cargas horárias — de 12 horas até 40 horas — somam 22,399 milhões.

O relatório aponta que, além de um crescimento de contratados na carga semanal de 41 a 44 horas, houve uma redução salarial média para os vinculados. Em dezembro de 2025 eles receberam, em média, R\$3.362,45. O valor representa recuo de 0,4% em relação ao ano anterior (R\$3.374,52 em 2024) e é o segundo mais baixo entre as jornadas informadas pela Rais.

O documento revela que o número de estabelecimentos passou de 4,7 milhões para 4,8 milhões, um crescimento de 2,1%. O emprego formal nas empresas do setor privado chegou a 40.071.636 vínculos (66,8%), enquanto no setor público a 14.125.683 vínculos (23,6%). As organizações sem fins lucrativos representam 6,6% do total (3.959.493 vínculos) e os contratos com pessoas físicas e outras organizações 0,6% (374.420).

O ministro do Emprego e Trabalho, Luiz Marinho, comentou, ao detalhar os dados, que o país alcançou, recentemente, o menor índice de desemprego da história, e que, apesar dos juros altos, o governo está "caminhando na direção certa". O titular do Trabalho destacou o crescimento de celetistas, que teve acréscimo 5 milhões de vínculos no período, e também da administração pública.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Marinho citou que, apesar dos juros altos, emprego tem sido recorde

"Desde 2023, geramos mais 7,8 milhões de vagas formais no mercado de trabalho, com um crescimento importante no setor público, federal, estadual e municipal, pela realização de novos concursos públicos", salientou.

Todos os setores de atividade econômica apresentaram variação absoluta positiva, sendo maior no setor de Serviços (7,2%, um acréscimo de 2.411.696 vínculos, seguido pelos setores do Comércio (1,7% - 172.827 vínculos), Indústria (1,7% - 153.103 vínculos), Construção Civil (2,5% - 71.816 vínculos) e a Agropecuária (1,6% - 29.322 vínculos).

No setor de serviços, a Administração Pública mostrou um crescimento de 15,2% no número de empregos (1.483.555 vínculos), com a maior parte desse crescimento concentrada nos municípios (18,2% ou 1.182.629) e nos governos estaduais (10,3% ou 408.018 vínculos). Houve aumentos expressivos também na Educação (6,2% ou 212.611 vínculos) e de menor intensidade na saúde humana (4,2% ou 142.598 vínculos).

O setor de Serviços registrou o maior estoque de empregos do ano (35.694.977 vínculos), seguido pelo setor de Comércio (10.486.872 vínculos), pela Indústria (9.016.940 vínculos), Construção (2.956.623 vínculos) e agropecuária (1.812.263 vínculos).

Crescimento Regional

Os números da Rais mostram que, quando analisados por regiões, o crescimento relativo foi maior no Nordeste e no Norte, ambos com 10,1% de alta — com 1.076.603 e 354.753 vínculos criados, respectivamente —, seguido pelo Centro-Oeste com 5,7% (322.513 vínculos), completando as regiões que registraram variações relativas superiores.

No Sudeste, o crescimento chegou a 2,9% (807.240 vínculos), no Sul 2,9% (285.514 vínculos) que também tiveram aumentos absolutos expressivos. A distribuição do emprego formal permaneceu concentrada na região Sudeste (47,4%), seguida pela região Nordeste (19,5%) e pela região Sul (16,8%).

Considerando as Unidades da Federação, o maior crescimento percentual do estoque de empregos em comparação a 2024 foi registrado no Amapá (+20,5% - 31.396 vínculos), no Piauí (13,2% - 74.244), em Alagoas (13,0% - 81.633 vínculos) e na Paraíba (12,9% - 103.278 vínculos).

Em variação absoluta, os maiores crescimentos foram em São Paulo +2,3% (357.493 vínculos), na Bahia, com 9,7% (266.035 vínculos), em Minas Gerais, crescimento de 3,7% (224.876) e no Ceará, com aumento de 10,6% (195.462 vínculos).

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula





Leão Amigo

da Solidariedade

Transforme Vidas com seu Imposto de Renda!

No DF, uma parte do Imposto de Renda é destinada a instituições sem fins lucrativos, mas ainda não é suficiente para os desafios da nossa comunidade. Ao destinar 3% do seu IR para os projetos da Casa Azul, você ajudará a transformar vidas, combatendo a violência, a pobreza e o trabalho infantil, oferecendo dignidade e esperança a quem mais precisa.

A Casa Azul, uma das 100 Melhores ONGs do Brasil, atua há 36 anos no DF, promovendo mudanças reais. Seu apoio pode abrir portas para um futuro melhor.

como participar?

Depósito na conta do Fundo da Criança e do Adolescente do DF
CNPJ 15.558.339/0001-85, Banco BRB (070)
Agência 100, Conta Corrente 100044149-8

CHAVE PIX: CNPJ: 15.558.339/0001-85

Envie o comprovante para 61 99819-6160 e vincule sua doação aos projetos da Casa Azul.

Sua contribuição é o primeiro passo para um futuro mais justo. Conheça nosso trabalho e emocione-se com as histórias que estamos criando. **Escaneie o QR Code ao lado para saber mais.**



(61) 3359 2095 / (61) 3359 2098 - WWW.CASAZULFELIPEAUGUSTO.ORG.BR



ENCONTRO DE CÚPULA

Duelo estratégico em Pequim

Donald Trump é recebido com pompa na China para dois dias de visita de Estado e negociações de longo alcance com o colega Xi Jinping. Na pauta, comércio bilateral, big techs, Taiwan e a guerra no Oriente Médio

» SILVIO QUEIROZ

A presença nutrida dos executivos-chefes (CEOs) das principais empresas de tecnologia dos Estados Unidos deu o tom das expectativas do presidente Donald Trump na primeira visita à China em seu segundo mandato — a primeira de um presidente dos Estados Unidos ao grande rival desde que ele próprio desembarcou em Pequim em novembro de 2017, em seu primeiro período na Casa Branca. A agenda oficial, marcada pelo cerimonial pomposo, teve início com um encontro entre Trump e o colega chinês, Xi Jinping, no Grande Salão do Povo, na Praça da Paz Celestial, na manhã de hoje (noite de ontem em Brasília). Os líderes trocaram um aperto de mãos diante de altos funcionários e dezenas de crianças com bandeiras dos dois países.

No centro da pauta dessa e de outras reuniões previstas para os dois dias de compromissos, estão os principais nós das relações bilaterais — em especial, comércio e tecnologia de ponta —, com lugar destacado para a guerra dos EUA e Israel com o Irã, os impactos para as duas maiores economias do mundo e o apoio militar de Washington a Taiwan, que o regime comunista considera parte inalienável do país.

"A China está disposta a ampliar a cooperação e administrar as diferenças", afirmou o porta-voz da chancelaria chinesa, Guo Jiakun. Durante o voo, o visitante postou na própria plataforma, a Truth Social: "Pedirei ao presidente Xi, um líder de extraordinária distinção, que 'abra' a China para que as pessoas brilhantes possam fazer sua magia e ajudar a erguer a República Popular a um nível ainda mais elevado!"

Trump desembarcou acompanhado dos CEOs da Tesla, Elon Musk, da Nvidia, Jensen Huang, e de outros empresários que dão nomes e caras à ofensiva desenhada em Washington para confrontar a ascensão chinesa e terrenos críticos da tecnologia que baliza o desenvolvimento da economia no século 21, como inteligência artificial, computação quântica e a substituição dos combustíveis fósseis.

Pontos críticos

A atuação das big techs, especialmente na inteligência artificial, está

Brendan SMIALOWSKI/AFP



Trump é recebido por Xi na entrada do Grande Salão do Povo, na Praça da Paz Celestial: tapete vermelho, pompa e agenda densa pela frente



A China dá as boas-vindas ao presidente Trump e está disposta a ampliar a cooperação e administrar as diferenças"

Guo Jiakun, porta-voz da chancelaria chinesa

entre os pontos críticos das negociações entre os dois líderes, avalia a professora de relações internacionais Denilde Holzacker, da ESPM. "Deve ter aí algum acordo para criação de um grupo de trabalho, pelo menos um canal de comunicação nessa área", arrisca, em entrevista ao **Correio**. "O interesse americano é conseguir garantias de acesso aos produtos chineses, mas também há preocupação com a troca de tecnologia", explica. "Para os chineses, é importante que os EUA retirem todas as restrições à tecnologia deles."

O comércio bilateral se perfila também entre os temas nos quais se espera atenção concentrada das

equipes das duas potências, depois de um 2025 marcado por seguidos rounds na batalha iniciada pelo próprio Trump, no primeiro mandato (2017-2021), e retomada em seu retorno à Casa Branca, no ano passado. Depois de ameaçar Pequim com sobretaxas de até 100% nas importações, o presidente norte-americano por fim acertou uma tregua, em outubro, mas a disputa segue em aberto.

"O comércio vai ser uma questão central, é importante para ambos destravar isso, após uma série de atritos na escalada tarifária", observa a professora da ESPM. "Também a questão dos investimentos chineses nos EUA e da abertura para as

empresas americanas atuarem na China vão estar sobre a mesa", acrescenta. Igualmente, Trump deve insistir na suspensão das restrições impostas por Pequim à exportação, para os EUA das terras raras e outros minerais críticos para tecnologias de ponta — desde semicondutores, baterias de última geração e até radares e mísseis. "Isso tudo tem impacto na cadeia global de valores", observa a professora.

Irã e Taiwan

Trump deve aproveitar as ocasiões que terá para insistir com Xi sobre a



Pedirei ao presidente Xi que 'abra' a China para que possamos ajudar a erguer a República Popular a um nível ainda mais elevado"

Donald Trump, presidente dos EUA

importância de usar a influência de Pequim junto ao Irã, na busca de um acordo para encerrar a guerra iniciada pelos EUA, com Israel, nos bombardeios sobre a República Islâmica, em 28 de fevereiro. Embora congelado na prática desde um cessar-fogo em vigor desde 8 de abril, o conflito se mantém à base de um bloqueio naval recíproco no Estreito de Ormuz, via marítima obrigatória para 20% do petróleo negociado nos mercados globais.

A China, que importa 90% do óleo que consome, manifesta crescente inquietação, e o chanceler Wang Yi voltou a insistir com o aliado Paquistão para que intensifique sua intermediação diplomática. "Teremos

Steven Cheung/X



Rubio ostenta jaqueta usada por Maduro na captura

O diretor de comunicações da Casa Branca, Steven Cheung, publicou uma foto em que Marco Rubio, secretário de Estado dos EUA, aparece vestindo uma jaqueta semelhante à utilizada pelo ditador venezuelano, Nicolás Maduro, quando foi capturado por forças especiais, em 3 de janeiro passado. "O secretário Rubio arrasando com a (jaqueta) Nike Tech 'Venezuela' no Air Force One!", escreveu, pouco depois de o chefe da diplomacia de Washington embarcar para Pequim com Donald Trump e bilionários americanos.

uma longa conversa sobre isso", disse Trump à imprensa na partida de Washington.

Pelo lado chinês, Xi deve retomar as gestões para que Washington suspenda o fornecimento de armas a Taiwan, cuja reintegração efetiva à República Popular está entre as metas traçadas pela liderança de Pequim. Ainda em 2025, o governo Trump anunciou um pacote de US\$ 11 bilhões em material bélico para a ilha, mas o projeto segue em análise no Departamento de Estado. Formalmente, embora reafirme o compromisso histórico com a defesa de Taiwan, Trump mantém o reconhecimento do regime comunista como único representante da China.

REINO UNIDO

Starmer enfrenta rebelião e cargo está ameaçado

» RODRIGO CRAVEIRO

Há 597 dias no comando do Reino Unido, o primeiro-ministro Keir Starmer tenta sobreviver a uma rebelião dentro do Partido Trabalhista e manter-se no poder. A performance desastrosa dos governistas nas eleições locais de 7 de maio desatou uma crise histórica entre os trabalhistas — que perderam quase 1.500 cadeiras em conselhos municipais e assistiu a um desempenho significativo do ReformUK, o partido contrário à imigração. Com a derrota nas urnas, mais de 80 deputados trabalhistas colocaram em xeque a liderança do primeiro-ministro e cobraram sua renúncia.

A situação de Starmer acabou por ofuscar o tradicional discurso do rei Charles III, ontem, no qual o monarca apresenta sua agenda de governo ao Parlamento. Além do pedido de demissão feito pelos deputados,

quatro ministros adjuntos renunciaram, em clara demonstração de oposição ao chefe de governo. Entre as propostas anunciadas por Charles III, estão a ampliação das relações entre Londres e a União Europeia (UE), a redução da idade mínima para votar para 16 anos e a reforma do sistema de asilo para migrantes.

Na imprensa britânica, circula o nome do ministro da Saúde, Wes Streeting, 43 anos, como um potencial substituto de Starmer. O jornal *The Times* divulgou que Streeting pretendia deixar o cargo para focar-se na sucessão ao premiê. O líder trabalhista prometeu resistir a qualquer desafio. Uma disputa com Streeting pode ocorrer se o titular da Saúde obtiver o aval de 81 deputados do partido, 20% do grupo no Parlamento.

Para Anthony Glee, diretor do Centro para Estudos de Segurança e Inteligência da Universidade de Buckingham (Reino Unido), Starmer cometeu um erro não forçado

Toby Melville/AFP



Premiê Starmer na sessão da Câmara dos Comuns: futuro incerto

atrás do outro, praticamente desde o primeiro dia de seu mandato. "Ele chegou ao poder com menos de 34% do voto popular. Mas, por causa do sistema eleitoral britânico, de maioria simples, e da divisão na direita entre os Conservadores e o Partido Reformista, Starmer obteve uma vitória esmagadora, com 411 cadeiras no Parlamento", lembrou ao **Correio**. "Isso deveria ter garantido a ele dois mandatos, oito anos no poder. Em vez disso, depois de menos de dois, é muito provável que seja destituído do cargo pelo seu próprio partido."

Impopular

De acordo com Glee, Starmer não era popular quando tornou-se premiê. "Ele não é animal político, mas um tipo advogado administrativo, além de desprovido de charme. Acima de tudo, seu julgamento sobre as outras pessoas é péssimo.

Ele fez escolhas terríveis, sendo Peter Mandelson (ex-embaixador britânico nos EUA) apenas o exemplo mais recente. O primeiro ano de governo foi totalmente desperdiçado e, com Rachel Reeves como ministra da Fazenda, Starmer ganhou a reputação de ser um 'rabugento', algo que os britânicos não apreciam", comentou.

O estudioso de Buckingham afirmou que o premiê alterou políticas sociais impopulares, mas necessárias para agradar à ala esquerda do seu partido. "Starmer permitiu que o ministro das Finanças tributassem empregos, aumentando o fardo sobre os agricultores. Prometeu controlar as fronteiras contra a entrada de migrantes em barcos, mas o número aumentou no primeiro ano", disse Glee. Esses gestos, na opinião dele, demonstraram a fraqueza de Starmer, apesar da sua ampla maioria, o seu medo da esquerda nas fileiras trabalhistas.

VISÃO DO CORREIO

Há outras questões sanitárias que merecem atenção

Com grande repercussão nas redes, o vídeo de um homem que simula beber todo um frasco de detergente e termina fazendo um gesto obscuro aos "petistas" é o mais novo capítulo de como temas ligados à saúde chegam ao campo das disputas eleitorais da forma mais abjeta e perigosa possível. A gravação mobilizou anônimos e personalidades — incluindo políticas — para um campo de enfrentamento muito distante do que, de fato, ameaça o bem-estar da população. Enquanto diversionismo, negacionismo e vale-tudo eleitoral entram em cena, riscos reais à vida dos brasileiros ganham força, como doenças infecciosas já erradicadas.

A razão da nova onda de sandices é um episódio corriqueiro das instâncias regulatórias. Diante da constatação da venda de produtos Ypê cuja fabricação tem "falhas nos sistemas de garantia da qualidade, produção e controle de qualidade", a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou o recolhimento das mercadorias. Nos últimos dias, processo semelhante aconteceu com lotes de canela em pó (presença de pelo de roedores), fubá (origem desconhecida), protetores solares e repelentes (produzidos com fórmulas diferentes das autorizadas) e sardinha (presença da bactéria Salmonella). Até não especialistas reconhecem que as razões justificam as medidas adotadas, e nenhuma dessas decisões do órgão regulador viralizou.

No caso Ypê, a empresa classificou a decisão da Anvisa de "arbitrária e desproporcional" e apresentou a sua defesa pela reconsideração, o que também faz parte do rito regulatório. Foge à normalidade o discurso disseminado de que uma agência de Estado age conforme interesses do governo federal a partir de resultados de uma inspeção feita em parceria com um órgão estadual. Há de

se destacar que os dois Executivos em questão são de campos político-ideológicos distintos, o que torna as acusações ainda mais esdrúxulas.

Contaminar a pauta política/eleitoral com terrorismo sanitário é estratégia que ganha força no país desde a pandemia da covid-19. No auge da crise, o então presidente da República afirmou que não recomendava a vacina porque os imunizados desenvolveriam Aids — síndrome infecciosa que, nas décadas de 1980 e 1990, foi chamada de "peste do século" pela alta taxa de mortalidade e pela falta de conhecimento científico sobre a doença. Hoje, o arsenal para tratar a Aids é eficaz e está bem fundamentado que os imunizantes contra o coronavírus salvaram milhões de vidas — e seguem salvando. Da mesma forma, há pesquisas mostrando que o elevado número de mortos no Brasil — mais de 700 mil — tem o negacionismo como uma das razões principais e que o movimento antivacina foi impulsionado por declarações falaciosas de autoridades.

É real e deveria mobilizar eleitores o fato de que a baixa cobertura vacinal coloca o país na delicada condição de reintrodução da poliomielite. Que casos de coqueluche, sarampo e meningite aumentam em ritmo acelerado, sobretudo em crianças, pelo mesmo motivo. Que o Brasil enfrenta um ritmo acelerado de envelhecimento de sua população e precisa organizar um sistema de saúde que dê respostas a esse complexo fenômeno. E que esse mesmo país ainda perde crianças por enfermidades evitadas pela oferta de saneamento básico.

Não se pode lançar acusações levianas sobre um órgão dedicado a questões tão basilares para a vida em sociedade. As consequências de tamanha irresponsabilidade ultrapassam o calendário das disputas eleitorais.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Memória de uma pandemia

Mais de 700 mil vidas perdidas para a covid-19 é uma tragédia que não pode cair no esquecimento. A devastação causada pelo vírus, a dor e a angústia deixaram cicatrizes profundas em lares pelo país todo. Nesta semana, o presidente da República sancionou a lei que institui 12 de março como o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19. A data faz referência à primeira morte causada pela doença no Brasil.

No dia da sanção, houve um comente tributo às vítimas em vários pontos do país, como o Congresso Nacional e o Cristo Redentor. Foram projetadas imagens de pessoas que não resistiram à pandemia, inclusive profissionais de saúde, que estavam na linha de frente de combate ao vírus. Entre as fotos, frases como "lembrar é um ato de cuidado".

É preciso lembrar, também, que grande parte dessa mortandade poderia ter sido evitada se, à época, estivéssemos sob um governo responsável, que cumprisse sua obrigação de atuar pela saúde da população, como é de dever. Mas

o que se viu foram negacionismo em relação à letalidade do vírus, demora na compra de vacinas, ataques à ciência, tentativas reiteradas de demover as pessoas de se imunizar e insistentes campanhas contra o uso de máscaras e o distanciamento social.

Na gestão criminoso da pandemia, as mortes diárias eram contadas aos milhares, hospitais colapsaram. Lembremos as imagens de desespero em Manaus com a falta de oxigênio nas unidades de saúde. Lembremos os cemitérios com fileiras e mais fileiras de covas recentes ou sendo abertas.

Com um dia oficial para render homenagens às vítimas e o Memorial da Pandemia — inaugurado pelo Ministério da Saúde, no mês passado, no Rio de Janeiro —, além de outras iniciativas, a memória coletiva há de seguir rendendo tributo a quem sucumbiu à doença. Mas fica em nós a indignação de saber que grande parte desses milhares de vidas poderia ter sido salva. E ninguém pagou por isso. Os criminosos que levaram o Brasil a esse genocídio seguem impunes.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Nódulos do trânsito

Suponhamos que uma pessoa more na região do Jardim Botânico ou de São Sebastião e trabalhe na Asa Norte. De ônibus ou veículo particular, essa pessoa enfrenta diariamente os percalços do trânsito em Brasília. O primeiro nóculo viário é verificar se houve ou não acidente na Ponte JK. Quase toda semana tem um. Em havendo e não tendo vítimas, cabe orar para que os agentes de trânsito cumpram a lei, retirem os carros e liberem a pista com celeridade. Se o caminho passar pelo Altiplano Leste, há outro nóculo viário: torcer para que os agentes do posto policial da barragem não estejam fazendo blitz de inspeção às 8h de um dia de semana, o que gera mais atrasos no caminho. Em seguida, vem outro nóculo: o Eixo Monumental. Recomenda-se ao motorista olhar as redes sociais e aplicativos de trânsito, pois pode o Eixo estar fechado em razão de algum evento solene, manifestações de movimentos sociais ou ordem repentina de evacuar a Praça dos Três Poderes. Superado o percalço do Eixo Monumental, vem o da área central de Brasília: semáforos dessincronizados com o fluxo de carros, alguns de questionável necessidade, atrapalhando o trânsito mais do que ajudando a desafogá-lo, ônibus que invadem as outras faixas da W3 e motoristas trafegando devagar na faixa da esquerda. Quase uma hora depois, o pobre trabalhador conseguiu atravessar a cidade e chegar à sua labuta. Essa situação imaginária, porém muito real, mostra um grande problema no trânsito de Brasília: para além do contingente alto de veículos em horários de pico, muitos nós viários são causados pelas próprias autoridades de trânsito, seus agentes e "departamentos de transtornos" e de "estradas de desrodagem". Excesso de semáforos, excesso de burocracia, excesso de cones, falta de opções, falta de avisos prévios, falta de bom senso. Estamos longe de nos tornarmos São Paulo ou Rio no quesito tráfego da cidade, mas o caminho é logo ali.

» **Ricardo Santoro**

Lago Sul

Comissão de segurança?

Comissão de Segurança Pública aprova projeto de lei que permite o saque do FGTS para compra de armas. Quero destacar o nome da comissão — de segurança — mas, como aprovam a compra de armas, onde fica a segurança? Minha indignação não se restringe apenas a esse descalabro. Inimaginável um deputado que ganha uma baba, dinheiro retirado de trabalhadores, e que deveria operar em benefício desses trabalhadores apresentar projetos absurdos como esse do FGTS. Sempre elegemos um percentual de deputados muito fracos, mas nunca vi um percentual tão grande como desse time que está aí. Com os meus 78 anos, avalio que este é indiscutivelmente o pior Congresso que já vi. Brasileiros, "patriotas" ou não, por amor ao nosso país, vamos tentar melhorar o nível desse pessoal nas próximas eleições. Presidentes de partidos, dá pra dar uma filtrada dos candidatos para que não exponham a instituição a projetos vergonhosos e medíocres como esse?

» **Valter Eleutério da Silva**

Taguatinga

Drones de guerra

As guerras estão mudando mais rápido do que a nossa capacidade de compreendê-las. Os drones, que custam pouco, derrubam equipamentos milionários, atravessam fronteiras, invadem cidades e transformam qualquer lugar em alvo. A tecnologia avança; a humanidade, nem tanto.

» **Paccelli M. Zahler**

Sudoeste

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Áudio de Flávio Bolsonaro para Vorcaro: ficam jogando pedra no telhado alheio e se esquecem do próprio.

Dalva Batista Alvarenga — Brasília

Política não é pagode, mas tem gente usando produtos potencialmente contaminados por um biofilme bacteriano só pra contrariar. Brainrot que chama, né?"

Randerson Azevedo — Cruzeiro

Advogado abandona a defesa do Senador Ciro Nogueira antes que ele "kakaya" na prisão.."

Vital Ramos de Vasconcelos Júnior — Jardim Botânico

Sabe de nada inocente: os deputados distritais aprovaram a compra do Banco Master a toque de caixa e acharam que não seriam investigados?

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

O Parque Ecológico da Asa Sul tem uma bela natureza e boa pista de caminhada. Ainda está com poucos frequentadores. Estão construindo os banheiros. A expectativa é de que seja mais visitado.

Marcos Gomes Figueira — Sudoeste

Estratégia de caramujo

A abolição incompleta torna o Brasil um país marcado por contradições históricas, em que a liberdade formal não se traduziu plenamente em igualdade social, política e econômica. O racismo cotidiano tem amputado a democracia brasileira, restringindo sua plenitude e impedindo que os princípios de igualdade e justiça se realizem de forma efetiva. Machado de Assis (1839–1908), em crônica publicada em 14 de maio de 1893, mobiliza o que a crítica contemporânea denomina "estratégia de caramujo". Sobre Machado de Assis, o crítico e professor Eduardo de Assis Duarte ressalta a postura de um escritor afrodescendente que, ao se mover nas frestas e ambiguidades das relações sociais da oligarquia brasileira, torna visíveis suas contradições mais profundas e indecorosas. Personagens como Brás Cubas, Bentinho, Rubião e Quincas Borba exemplificam a crítica machadiana dirigida à imoralidade da classe senhorial. A "estratégia de caramujo" configura-se, portanto, como um recurso sofisticado da escrita machadiana, voltado à denúncia não apenas da decadência moral da ordem escravocrata, mas também da permanência estrutural do racismo na sociedade brasileira.

» **Marcos Fabrício**

Asa Norte

CORREIO BRAZILIENSE

*"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegará"*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342-1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empreiteira terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE — Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

A democracia sitiada: o abismo entre o código e a urna



» MARCELO SENISE
Sociólogo, presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da IA (Iria) e autor do livro *A delicada* (ou não) arte da desconstrução política

O cenário político brasileiro em 2026 acende um alerta grave sobre a integridade democrática. Em vez de reduzir distorções, a tecnologia tem ampliado vulnerabilidades em ritmo superior à capacidade de resposta das instituições. Dados do Observatório IA nas Eleições mostram uma realidade inquietante: dois em cada três conteúdos produzidos com inteligência artificial circulam nas redes sem qualquer sinalização de sua natureza sintética. Não se trata apenas de descumprimento das normas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O que está em curso é a abertura de um vazio regulatório, técnico e ético que favorece disputas judiciais em larga escala e corrói, de forma silenciosa, a confiança pública.

A transparência, que deveria ser princípio elementar da comunicação política, tornou-se exceção. Quando peças publicitárias, vídeos e postagens passam a ser disseminados sem identificação clara, o eleitor perde uma referência essencial para julgar o que vê. Esse ambiente embaralha as fronteiras entre autenticidade e simulação e compromete a soberania do voto consciente. Mais do que um desafio operacional para as plataformas

e para a Justiça Eleitoral, isso revela uma mudança preocupante: a política deixa de ser um espaço de encontro humano e passa a ser mediada por artefatos que imitam a realidade com precisão crescente, mas sem compromisso com a verdade.

Há ainda um efeito subjetivo profundo. O excesso de polimento, a ausência de falhas naturais e a perfeição artificial das mensagens empurram o cidadão para aquilo que a ciência descreve como "vale da estranheza". Quando tudo parece impecável demais, algo se rompe na percepção. A comunicação deixa de soar humana e passa a despertar desconfiança. O eleitor pode até não identificar tecnicamente a manipulação, mas percebe que há algo sem densidade, sem vida, sem convicção. É a política transformada em avatar: correta na superfície, vazia no conteúdo, calibrada por algoritmos para parecer aceitável, mas incapaz de transmitir verdade.

Nesse contexto, cresce a ilusão de que campanhas serão mais seguras quanto mais conseguirem sanitizar seus candidatos. É um erro. Ao remover hesitações, contradições e marcas pessoais, produz-se uma desumanização involuntária. A comunicação política perde presença, perde calor e perde vínculo. A inteligência artificial pode ser útil como instrumento de análise, monitoramento e organização estratégica. Pode apoiar diagnósticos, mapear tendências e ampliar a capacidade de reação. Mas não pode ocupar o lugar da voz humana. Quando a tecnologia deixa de ser suporte e se converte em rosto da comunicação, o debate público passa a operar sob uma lógica de laboratório, e não de representação.

O problema, por isso, não será resolvido apenas com a judicialização posterior das fraudes e mentiras. Quando a resposta chega, o dano simbólico muitas vezes já foi produzido. O enfrentamento dessa nova guerra informacional exige outra postura das campanhas, dos partidos e das instituições: menos fascínio pela performance sintética e mais compromisso com presença autêntica, coerência e responsabilidade pública. A blindagem real não nasce da fabricação de personagens perfeitos, mas da consistência entre discurso, trajetória e prática. Deepfakes podem imitar rostos, vozes e gestos; não conseguem sustentar, por muito tempo, uma relação real de confiança.

O risco de 2026 é permitir que a política seja reduzida a uma disputa entre códigos ocultos, simuladores de afeto e máquinas de persuasão. Se isso ocorrer, a representatividade será esvaziada por dentro. A democracia depende de mediações institucionais, mas depende também de reconhecimento humano. É preciso reafirmar um humanismo político capaz de recolocar a técnica em seu devido lugar: como ferramenta subordinada à ética, e não como poder autônomo sobre a percepção coletiva.

A inteligência artificial pode reproduzir fala, imagem e linguagem com impressionante eficiência, mas não substitui caráter, responsabilidade nem empatia. Se a política quiser sobreviver ao excesso de artifício, terá de reaprender a valorizar o que nenhuma máquina consegue simular por inteiro: a imperfeição humana como sinal de verdade.



Um pacto pela dívida pública



» BENITO SALOMÃO
Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia

No artigo de abril, propus uma reflexão sobre um tema que dificilmente ocupará o debate eleitoral de 2026, mas certamente ocupará a agenda do próximo governo: trata-se da dívida pública e a sua contínua expansão. O último dado da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) ultrapassa a casa dos 80% do PIB. Há aproximadamente um mês, quando escrevi o texto anterior, ele se encontrava em 79,4%. Em suma, a DBGG deve continuar se expandindo no horizonte próximo.

Duas perguntas devem ser levantadas sobre essa questão: primeiramente, quais as causas de uma trajetória de endividamento público tão insustentável? Em segundo lugar, como corrigir essa trajetória. Este artigo focará na primeira pergunta.

Alguns economistas vão dizer que a causa de o endividamento público crescer de forma tão contundente são os desequilíbrios fiscais. Será? Entre 2023 e 2025, o déficit primário da União diminuiu de 2,4% para 0,4% do PIB. Em três anos, um esforço fiscal de 2% do PIB foi verificado no Orçamento — esperava-se que isso influenciasse a trajetória de crescimento do endividamento público.

Uma explicação recorrente dada por economistas do mercado é que a piora fiscal não tem sido observada pelo lado do resultado primário, mas, sim, pela trajetória "insustentável" do gasto público. Mais uma vez, olhemos para os dados. De fato, a despesa pública saltou em termos reais de

R\$ 2,118 trilhões em janeiro de 2023 para R\$ 2,439 trilhões em janeiro deste ano. Uma expansão real de pouco mais de R\$ 300 bilhões. Entretanto, ao se comparar com o dado da despesa primária em proporção do PIB, a oscilação foi muito modesta — o gasto público saltou de 18,4% do PIB para 19,1% do PIB no período. Isso é, tem-se uma variação de pouco mais de meio por cento do PIB no triênio.

Sob qualquer perspectiva que se olhe, parece difícil sustentar a hipótese de que uma expansão de oito pontos percentuais do PIB em três anos esteja sendo explicada por um déficit que foi reduzido em dois pontos do PIB no período. Tão pouco pode-se creditar essa dinâmica ao fato de a despesa pública ter avançado meros 0,6% do PIB no mesmo período. Em suma, embora o problema fiscal exista no Brasil, ele tem sido sobredimensionado no debate público e, seguramente, não é a causa da trajetória recente de expansão do endividamento público.

Isso posto, voltemos à primeira pergunta: o que explica esse endividamento. Uma resposta definitiva sobre esse tema requer uma investigação mais aprofundada; mas, aparentemente, esse comportamento parece estar associado ao custo de rolagem da DBGG. Uma curiosidade observada nos dados é que a taxa implícita de juros média da DBGG entre 2023 e 2026 foi de 11%. A taxa implícita de juros é uma boa proxy do custo de rolagem da dívida, uma vez que condensa em um único número as despesas com juros e encargos com o saldo da dívida.

Como dito, a taxa implícita média no triênio iniciado em 2023 foi de 11%. Permaneceu nesse patamar mesmo durante aquele curto período entre agosto de 2023 e setembro de 2024, quando o Banco Central (BC) reduziu a Selic de 13,75% para 10,5%, indicando que o custo de rolagem da dívida pública praticamente não absorveu o

afrouxamento monetário experimentado no país naquele período. Isso lança incertezas adicionais sobre o problema; uma vez que o BC volta a implementar um ciclo de afrouxamento monetário, parece que isso não irá reverberar sobre o custo de financiamento do governo.

Em resumo, o custo implícito da dívida do governo manteve-se imutável em torno de 11% ao ano em termos nominais. Esse valor não cedeu à evidente melhora do resultado primário que foi citada acima, tão pouco respondeu a ciclos, ainda que curtos, de afrouxamento da política monetária. Ademais, nada garante que uma nova rodada de esforço fiscal que leve a economia de um déficit de 0,4% do PIB para um superávit de 2% do PIB (esforço fiscal de 2,4% no total) produza qualquer impacto relevante na relação dívida/PIB se o custo de rolagem da dívida não tem respondido ao fiscal.

Esse fenômeno merece uma investigação acadêmica de maior profundidade. No entanto, dado que esse custo de rolagem é um preço fixado a partir de um equilíbrio no mercado de títulos, em que o governo emite títulos de dívida e o mercado o compra, parece haver uma cobrança desproporcional dos detentores da dívida pública para demandar esses papéis. Isso pode estar relacionado com uma crença generalizada nesses segmentos, porém pouco respaldada em dados, de que a política fiscal em curso é insustentável.

Se essa hipótese tiver fundamento, solucionar o problema fiscal passa por uma reversão profunda dessa crença e uma revisão do estado de expectativas dos agentes, particularmente daqueles que adquirem a dívida do Tesouro. Em suma, solucionar o problema fiscal passará por um pacto pela dívida pública que vai exigir do governo um amplo esforço de reconstruir sua reputação e credibilidade nesse tema, mas também uma maior boa vontade do mercado que adquire essa dívida.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.dj@dabr.com.br

A era digital do euro ou o controle central

Há datas que dividem a história. 14 de maio de 2026 pode ser uma delas. Nesta quinta-feira, enquanto a grande mídia europeia permanece em silêncio ensurdecedor, ocupada com escândalos de celebridades e boletins climáticos, o Banco Central Europeu (BCE) consolida mais um passo decisivo rumo à implantação do euro digital: encerra-se o prazo oficial para que prestadores de serviços de pagamento de todo o continente manifestem interesse em participar do projeto-piloto da nova moeda.

De Frankfurt, a máquina tecnocrática que governa o dinheiro de 350 milhões de europeus avança silenciosamente. E o silêncio, nesse caso, não é inocente. O euro digital é apresentado ao público como uma inovação benigna: mais rapidez, mais segurança, mais inclusão financeira. O Banco Central Europeu (BCE) repete como mantra que a nova moeda "preservará a liberdade de escolha e a privacidade dos europeus". Mas há uma diferença fundamental entre o que os tecnocratas prometem e o que a arquitetura do sistema permite. E é exatamente nessa diferença que reside o perigo.

Diferentemente do dinheiro em papel ou mesmo dos saldos bancários digitais convencionais, que circulam entre bancos privados e têm certa opacidade operacional, o euro digital será emitido diretamente pelo BCE e poderá, em tese, ser rastreado transação por transação, programado para expirar, bloqueado por decreto e condicionado ao cumprimento de critérios definidos por uma burocracia supranacional sem mandato eleitoral. Trata-se de uma capacidade técnica inerente à Moeda Digital de Banco Central (CBDC, na sigla em inglês), reconhecida pelos próprios documentos internos das instituições que a desenvolvem.

Mas o que significa, concretamente, "respeitar padrões de privacidade" quando a infraestrutura técnica permite monitoramento total? Significa, na prática, que o Estado só exercerá o controle quando quiser, e quem decide quando quer é o próprio Estado. A promessa de privacidade de um sistema programável é, por natureza, revogável. Não é uma garantia: é uma concessão temporária.

Os grandes escritores do século 20 foram profetas inadvertidos. George Orwell, em *1984* (1949), imaginou um regime no qual o controle não se exercia apenas pela força bruta, mas pela manipulação do que as pessoas podiam pensar, dizer e crucialmente possuir. O protagonista Winston Smith vive num mundo em que até a memória é confiscável. A novidade do nosso tempo é que o confisco pode ocorrer sem prisões, sem policiais na porta: basta um algoritmo que bloqueie sua carteira digital.

Aldous Huxley, em *Admirável mundo novo* (1932), foi ainda mais perturbador: seu pesadelo não era o terror explícito, mas a domesticação alegre. Os cidadãos do Estado Mundial não eram torturados, eram seduzidos. O controle funcionava porque as pessoas o queriam. Substitua o "soma" de Huxley pela conveniência do pagamento por aproximação e pelo cashback do aplicativo do banco central, e você terá uma atualização perfeita do romance para o século 21.

Ayn Rand, em *Atlas Shrugged* (1957), obra que a academia raramente perdoa por seu rigor intransigente, descreveu, com precisão cirúrgica, o mecanismo pelo qual Estados em colapso se apropriam da produção privada por meio de regulações progressivamente sufocantes. "Quando o dinheiro deixa de ser o veículo de trocas entre homens e se torna o instrumento para controlar os homens", adverte um personagem, "prepare-se para uma sociedade de ladrões e escravos." "Não são os tiranos que destroem os países livres. São os cidadãos que trocam liberdade por segurança e terminam sem nenhuma das duas."

Philip K. Dick, em *A scanner darkly* (1977), e Margaret Atwood, em *O conto da aia* (1985), exploram variações do mesmo tema: sociedades em que o monitoramento total se disfarça de proteção.

O Estado que vê tudo justifica a vigilância pela ameaça de terrorismo, lavagem de dinheiro, evasão fiscal, pandemia, crise climática. Sempre haverá uma crise suficientemente grave para justificar mais um passo rumo ao controle absoluto. O euro digital nasce precisamente nesse caldo cultural: um continente assustado com desinformação, colapso bancário, criptomonedas "selvagens" e dependência do dólar americano. O medo é o melhor arquiteto da servidão voluntária.

Não por acaso, a China lidera o mundo na implementação de CBDCs com seu yuan digital (e-CNY), um sistema já integrado ao chamado "crédito social" em algumas regiões. A arquitetura do euro digital, claro, é apresentada como radicalmente diferente. Mas arquiteturas mudam quando os governos mudam. O código pode ser reescrito. As leis podem ser alteradas. O que não se reconstrói facilmente é a infraestrutura do controle, uma vez erguida.

Analistas independentes e economistas heterodoxos vêm apontando aquilo que os relatórios oficiais do BCE evitam nomear diretamente: a implantação massiva do euro digital representa, em essência, uma transferência histórica de poder dos cidadãos para a instituição emissora.

» A frase que foi pronunciada

"Você pode evitar a realidade, mas não pode evitar as consequências de evitá-la."

Ayn Rand

» História de Brasília

Um jornal, que não me lembro qual foi, publicou uma nota da inspeção das autoridades aos blocos da Asa Norte, e uma foto que mostrava o sr. Pery, presidente do IAPC, dizia, na legenda, que era o representante da Capua & Capua... (Publicada em 18/5/1962)

Imenso estudo mundial constata que a obesidade entrou em uma nova fase no planeta, com significativas diferenças socioeconômicas. Em países ricos, o problema começou a desacelerar, mas, em nações de rendas média ou baixa, segue em alta

O PESO da desigualdade

» PALOMA OLIVETO

Em um dos maiores estudos já realizados sobre obesidade no mundo, pesquisadores da coligação internacional Colaboração de Fatores de Risco de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (NCD-RisC) constataram que a epidemia global da doença entrou em uma nova fase, com expressivo recorte socioeconômico. Publicado na revista *Nature* com base em 4.050 levantamentos populacionais realizados entre 1980 e 2024, o artigo mostra que o avanço do problema começou a estabilizar e desacelerar em países ricos. Na maioria das nações de renda média ou baixa, porém, permanece em trajetória ascendente tanto entre adultos quanto entre crianças e jovens.

Na América Latina, o Brasil é apontado pelo artigo como exemplo de país que, embora já tenha atingido um pico elevado de obesidade — entre adultos, a prevalência ultrapassa 30% —, não dá sinais de estabilização. Ao contrário, ano a ano observam-se taxas cada vez maiores. No período avaliado, a maior variação foi observada entre mulheres adultas: em 1980, 9,3% delas estavam com índice de massa corporal (IMC) acima de 30, percentual que passou para 34,9% em 2024, um aumento de 25,6 pontos percentuais.

Com dados totais de 232 milhões de pessoas em 200 países e territórios, o estudo não mediu apenas a prevalência da obesidade, mas a velocidade da doença (aumento anual em pontos percentuais). O resultado revela um mundo dividido. Em vários países da Europa Ocidental, como França, Dinamarca, Espanha e Itália, o crescimento da doença desacelerou desde os anos 1990 entre crianças e adolescentes e, mais tarde, também entre adultos. Em alguns casos, os pesquisadores encontraram sinais discretos de queda nos índices.

Platô

Nos Estados Unidos, a obesidade alcançou um platô entre crianças e adolescentes, embora os níveis da doença no país ainda estejam entre os mais altos do mundo. A Itália também alcançou estabilidade e pode ter começado a observar um decréscimo em todos os grupos etários com uma prevalência de 14% e 15% (mulheres e homens, respectivamente). No Japão, os registros são baixos: em 45 anos de acompanhamento, por exemplo, a obesidade entre mulheres se manteve em 4%.

Já em países como Brasil, Chile, México, Arábia Saudita e diversas nações africanas e asiáticas, o movimento segue no sentido oposto: a obesidade continua aumentando rapidamente e sem sinais claros de estabilização. A tendência é para todas as faixas etárias, com velocidade acelerada entre crianças e adolescentes. Em 2024, 17% das brasileiras e 18,1% dos brasileiros com menos de 18 anos tinham IMC acima de 30. O crescimento, em relação a 1980, foi de 15,2 e 16,7 pontos percentuais, respectivamente.

“Chamar esse fenômeno globalmente de ‘epidemia’ acaba mascarando diferenças importantes e simplificando excessivamente um processo complexo e dinâmico”, afirma Alicia Matijasevich, professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e coautora do artigo da *Nature*. Para os pesquisadores, a desigualdade evidenciada pelos dados pode refletir transformações econômicas e sociais rápidas que não foram acompanhadas por políticas públicas robustas para combater os efeitos negativos das mudanças sobre a alimentação e o estilo de vida.

GENÉTICA

Edição de variante elimina epilepsia hereditária em ratos

Pela primeira vez no mundo, uma equipe de pesquisa da Universidade de Zurique, na Suíça, tratou com sucesso camundongos portadores de uma forma hereditária de epilepsia. Os cientistas utilizaram edição genética para corrigir o DNA defeituoso diretamente nas células cerebrais dos animais, o que reduziu as convulsões induzidas pela febre e melhorou significativamente as taxas de sobrevivência. Segundo os cientistas, a abordagem abre caminho para futuro tratamento da enfermidade, em vez de apenas controlar seus sintomas.

A epilepsia pode ter muitas causas. Quando é genética, o culpado pode ser uma mutação em um gene chamado SCN1A,

Ernesto Rosas/Pexels/Divulgação



Homem se alimenta em Arequipa, no Peru: na América Latina, obesidade está associada ao baixo acesso a opções saudáveis

Quatro perguntas para

CARLOS SCHIAVON, CIRURGIÃO BARIÁTRICO E COFUNDADOR DA ONG OBESIDADE BRASIL

O que explica a diferença de trajetória da obesidade entre países ricos e em desenvolvimento detectada no estudo?

Como a obesidade tem origem multifatorial, a resposta a essa questão é complexa. Podemos, contudo, elencar algumas possíveis causas: o acesso à alimentação saudável e a ambientes propícios para a prática de exercício físico é melhor em populações (ou países) com maior poder aquisitivo; também é possível que, em países desenvolvidos com altos índices de obesidade, como os Estados Unidos, a parte da população com propensão genética para desenvolver obesidade já se estabilizou, o que pode significar que a outra parte não desenvolverá obesidade; o estresse crônico e a falta de sono adequado, que possivelmente afetam populações menos favorecidas, contribuem também para maiores índices de obesidade.

Os autores apontam que, em vários países, a obesidade infantil segue

aumentando mesmo quando os índices entre adultos começam a desacelerar. Quais as consequências dessa tendência para o sistema de saúde?

Crianças com obesidade apresentam uma probabilidade significativamente maior de se tornarem adultos com obesidade. Além da condição em si, o tempo prolongado de exposição aos fatores de risco eleva as chances de desenvolverem doenças cardiovasculares na vida adulta, quando comparadas a crianças com peso adequado. Isso, com certeza, impactará negativamente o sistema de saúde no futuro. O artigo sugere que fatores sociais, econômicos e culturais influenciam fortemente a obesidade, incluindo renda, acesso a alimentos saudáveis e desigualdade social.

Quais medidas estruturais o Brasil ainda precisa adotar para enfrentar o problema de forma mais efetiva?

A famosa pergunta de 1 milhão (ou bilhão!) de dólares. Se eu tivesse que

Arquivo Pessoal



escolher uma medida, com certeza seria investir fortemente na alimentação infantil saudável nas escolas em tempo integral. E, se possível, ofereceria a mesma alimentação saudável para os adultos das regiões menos favorecidas. O chamado imposto do pecado é uma boa iniciativa se, concomitantemente, essas populações tenham acesso à alimentação saudável com preços acessíveis.

bariátrico Carlos Schiavon, cofundador da ONG Obesidade Brasil.

"Dupla carga"

Segundo o artigo publicado na revista *Nature*, em países de renda média prevalece a chamada “dupla carga” da nutrição. Enquanto parte da população continua convivendo com insegurança alimentar e carências nutricionais, outra enfrenta excesso de peso e doenças relacionadas à obesidade. “Muitos países em desenvolvimento concentraram seus esforços em combater a

Primária

Os pesquisadores adotaram uma nova abordagem. “Em vez de tratar as consequências da mutação, queríamos corrigir o erro diretamente na sequência do gene”, explica Kissling. Para isso, a equipe aplicou um método de edição genética chamado edição primária. Essa técnica se baseia na ferramenta CRISPR/Cas e permite

desnutrição, e houve pouca resposta regulatória ao avanço do marketing de produtos pouco saudáveis, como bebidas açucaradas”, observa Alicia Matijasevich. “O sistema alimentar continua favorecendo produtos baratos, altamente processados e densamente calóricos”, disse, em uma entrevista coletiva on-line, Majid Ezzati, professor da Escola de Saúde Pública do Imperial College London, que conduziu a análise.

Os autores do artigo também discutem o impacto potencial dos novos medicamentos contra obesidade, especialmente os agonistas de GLP-1, como semaglutida e

Cenário latino

Brasil

• O aumento da obesidade acelerou em ambos os sexos e faixas etárias, com prevalência de 17% e 18% para meninas e meninos e 35% e 27% para mulheres e homens.

México

• O aumento continuou de forma constante para mulheres e homens, com prevalência de 43% e 34%.

Colômbia

• O aumento acelerou para meninas (prevalência de 13%) e meninos (10%) e continuou de forma constante para mulheres e homens, com prevalência de 32% e 19%.

Argentina:

• O aumento da obesidade acelerou para meninas e meninos (ambos com prevalência de 22%) e continuou de forma constante para mulheres e homens, com prevalência de 39% e 37%.

Peru

• O aumento da obesidade acelerou em ambos os sexos e faixas etárias, com prevalência de 15% e 19% para meninas e meninos e 34% e 26% para mulheres e homens.

O estudo menciona que medicamentos para perda de peso, como os agonistas de GLP-1, podem influenciar as tendências futuras da obesidade. No contexto brasileiro, como equilibrar inovação terapêutica e acesso da população ao tratamento?

Oferecer acesso a estas medicações a toda população que necessita provavelmente é inviável pelos altos custos envolvidos, mas algo que já deveria ter sido feito e estamos atrasadas é a oferta dessas medicações a populações selecionadas de maior risco, como, por exemplo, pacientes com diabetes e obesidade ou obesidade e risco cardiovascular aumentado. Provavelmente, essa medida reduziria custos a médio e longo prazos. Além disso, deveríamos oferecer opções terapêuticas mais baratas com potencial para mitigar o quadro de obesidade na população. Tudo isso passa por outro grande desafio, que é treinamento e educação dos profissionais de saúde que estão na ponta, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) pelo Brasil. (PO)

tirzepatida. Embora, por enquanto, não seja possível avaliar se essas medicações têm relação com a desaceleração da doença nos países ricos, os pesquisadores reconhecem que são ferramentas importantes, embora tenham que o acesso desigual amplie ainda mais as disparidades observadas. “Nessa fase, provavelmente é muito cedo para dizer se os medicamentos GLP-1 tiveram um impacto direto em populações inteiras, embora sejam benéficos para os pacientes que os utilizam. O foco deve ser torná-los mais acessíveis a todos que precisam deles em todo o mundo”, comentou Ezzati.

Universidade de Zurique/Divulgação



Técnica de edição mira mutação em gene

JUSTIÇA

60% são soltos após a prisão em flagrante

Apesar de um levantamento do TJDFT mostrar o endurecimento do Judiciário em 2026, seis em cada 10 presos recebem liberdade provisória na audiência de custódia. Mesmo assim, especialistas contestam a ideia da impunidade no sistema penal

» CARLOS SILVA

A frase “a polícia prende e a Justiça solta”, frequentemente repetida em debates sobre segurança pública, resume de forma simplificada um processo jurídico mais complexo. Dados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) mostram que, embora uma parcela dos presos em flagrante obtenha liberdade provisória nas audiências de custódia, milhares de pessoas continuam presas por decisão judicial, quando há entendimento de que representam risco à investigação, à ordem pública ou à aplicação da lei penal.

Um levantamento do Núcleo Permanente de Audiência de Custódia (NAC) do TJDFT destaca que, entre janeiro e março de 2026, ocorreram 3.691 prisões em flagrante no DF. Desse total, quase 60%, ou seja, 2.211 pessoas, receberam liberdade provisória e outras 48 tiveram a prisão relaxada (quando o juiz identifica ilegalidades no flagrante, como ausência de requisitos formais ou violação de direitos). No mesmo período, 1.432 casos (38%) resultaram na conversão do flagrante em prisão preventiva, medida que mantém o investigado detido antes do julgamento.

Na prática, significa que aproximadamente seis em cada 10 presos em flagrante foram liberados para responder ao processo em liberdade no primeiro trimestre deste ano. A liberdade provisória, no entanto, não representa absolvição nem arquivamento do caso. Em muitos episódios, ela é acompanhada de medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica, comparecimento periódico ao juízo, proibição de contato com vítimas e restrição para deixar a comarca.

A questão, porém, não termina nos dados sobre soltura e manutenção da reclusão. Os números indicam uma mudança no perfil das decisões judiciais em relação ao ano anterior. No primeiro trimestre de 2025, o TJDFT registrou 3.808 prisões em flagrante, das quais 2.623 (68%) resultaram em liberdade provisória e 35 em relaxamento de prisão. No mesmo período, 1.126 flagrantes (29%) foram convertidos em prisão preventiva.

Na comparação entre os dois anos, o volume de prisões em flagrante caiu 3,07%, mas as concessões de liberdade provisória recuaram em ritmo mais intenso, com redução de 15,71%. Em sentido oposto, as conversões em prisão preventiva cresceram 25,72%, passando de 1.126 para 1.432 casos. O aumento sugere uma postura mais rigorosa do Judiciário em 2026, com maior proporção de investigados permanecendo presos após a audiência de custódia.

O crescimento foi especialmente expressivo em janeiro deste ano, quando as prisões preventivas saltaram de 337 para 508 casos, alta de 50,7% em relação ao mesmo mês de 2025. Em fevereiro, o aumento foi de 31,1%, enquanto março apresentou elevação mais discreta, de 3,5%.

Falso argumento

Entre juristas, a percepção geral é de que a frase “a polícia prende e a Justiça solta” não traduz adequadamente o funcionamento do sistema penal brasileiro. Segundo o advogado criminalista Fábio Souto, do escritório Nunes Souto Advogados, o debate público sobre segurança

Justiça em números			
2025		2026	Variação (%)
Prisões em flagrante	3.808	Prisões em flagrante	3.691
Liberdade provisória	2.623	Liberdade provisória	2.211
Prisão preventiva (mantidos presos)	1.126	Prisão preventiva (mantidos presos)	1.432
Relaxamento de prisão	35	Relaxamento de prisão	48
		Prisões em flagrante	+37,14%
		Liberdade provisória	-3,07%
		Prisão preventiva (mantidos presos)	-15,71%
		Relaxamento de prisão	+25,72%



Maurenison/CB



A polícia realiza a prisão em flagrante quando identifica uma situação aparentemente criminosa; o juiz deve controlar a legalidade dessa prisão.

Amaury Andrade
(professor e advogado criminalista)

tem sido marcado pelo chamado “populismo penal”, em que soluções mais severas são apresentadas como resposta imediata para problemas estruturais.

“Há uma compreensão equivocada de que punições mais severas, até mesmo a pena capital, seriam uma fórmula mágica para solucionar o grave problema da segurança pública no país”, afirma Souto. O advogado ressalta que os números do próprio sistema penitenciário contradizem a ideia de excessiva leniência do Judiciário. “O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, com aproximadamente 850 mil pessoas

Presos após mais de 80 passagens

Na última segunda-feira, a Polícia Civil (PCDF) cumpriu um mandato de prisão preventiva contra dois homens, de 48 e 47 anos, investigados por uma série de furtos nas regiões do Lago Norte e do Taquari. Juntos, os suspeitos acumulam mais de 80 passagens pela polícia, a maioria por crimes de furto. A ação foi realizada pela 9ª Delegacia de Polícia durante a Operação Cerco Contínuo. De acordo com a PCDF, os dois

havam deixado o sistema prisional recentemente e estavam em prisão domiciliar havia menos de um mês. Eles foram localizados no Varjão e tentaram fugir ao perceber a abordagem policial, mas acabaram interceptados pelos agentes. As investigações apontam que a dupla teria participado de pelo menos quatro furtos registrados no último mês e era conhecida pelos investigadores devido ao extenso histórico criminal.

a legalidade dessa prisão e verificar se há fundamento jurídico para manter a pessoa presa ou se ela deve responder ao processo em liberdade”, diz.

Aplicação legal

Fábio lembra que, no ordenamento jurídico brasileiro, a liberdade é a regra e a prisão cautelar constitui exceção. “Diante do princípio constitucional da presunção de inocência, ausentes os requisitos legais para a prisão preventiva, o investigado deve responder ao processo em liberdade”, afirma. Segundo ele, a concessão de



Há uma compreensão equivocada de que punições mais severas, até mesmo a pena capital, seriam uma fórmula mágica para solucionar o grave problema da segurança pública no país.

Fábio Souto
(advogado criminalista)

liberdade provisória não representa impunidade, mas sim a aplicação de uma garantia assegurada pela Constituição Federal de 1988.

Amaury também ressalta que a concessão de liberdade após a audiência de custódia não significa que a prisão tenha sido equivocada nem que o Judiciário esteja sendo leniente. “Quando alguém é solto após uma audiência de custódia, não significa que a prisão feita pela polícia foi errada nem que o Judiciário está ‘passando a mão na cabeça’ do investigado. Significa que, naquele momento, o juiz entendeu que a prisão cautelar não era juridicamente necessária

ou que outra medida menos gravosa seria suficiente”, afirma.

Na visão de Fábio Souto, o debate sobre segurança pública precisa ser conduzido com maior rigor técnico e menos apelo emocional. “O país precisa de uma discussão séria, fundada em aspectos legais, técnicos e científicos”, defende. Para ele, parte das discussões atuais é superficial e contribui para desinformar a população. “Palanques nem sempre esclarecem a verdade. É fundamental buscar informações em fontes seguras para compreender corretamente como funciona o sistema de Justiça.”

Para Amaury Andrade, parte da incompreensão sobre o tema decorre da falta de conhecimento técnico sobre o funcionamento do processo penal. “A sociedade, muitas vezes, interpreta a soltura como sinônimo de impunidade, quando, na verdade, pode se tratar apenas da correta aplicação da lei”, afirma. Em sua avaliação, “um sistema penal eficiente não é aquele que prende automaticamente, mas aquele que prende quando a lei permite, solta quando a lei exige e julga com responsabilidade”.

Caso a caso

Em nota, a Polícia Civil do Distrito Federal destacou que cabe aos magistrados avaliar, caso a caso, se o preso permanecerá detido, se responderá em liberdade ou se serão impostas medidas cautelares. “A Polícia Civil do Distrito Federal esclarece que as decisões proferidas em audiências de custódia são de competência exclusiva do Poder Judiciário, nos termos da legislação vigente e do sistema de Justiça criminal brasileiro”, informou a instituição.

A PCDF ressaltou que sua atuação se concentra na investigação dos fatos, na formalização dos procedimentos legais e na apresentação do preso à autoridade judicial, sempre com observância das garantias constitucionais e legais.

A corporação evitou comentar decisões específicas da Justiça. “Não cabe à instituição emitir juízo de valor sobre decisões judiciais individuais relacionadas à concessão de liberdade provisória, aplicação de medidas cautelares ou conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva”, declarou a PCDF.

Já o TJDFT afirmou que a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva ocorre apenas quando estão presentes os requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. O tribunal acrescentou que os magistrados analisam “a gravidade concreta do fato; o risco de reiteração criminosa, verificado a partir do histórico do autuado; e, nos casos de violência doméstica, o histórico entre as partes e os riscos à integridade da vítima, conforme a Lei Maria da Penha”.

De acordo com a Corte, a prisão preventiva não é uma consequência automática do flagrante, mas uma providência excepcional, adotada somente quando considerada indispensável para resguardar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal. O TJDFT também ressaltou que as decisões proferidas nas audiências de custódia seguem parâmetros estritamente legais e constitucionais, e não avaliações subjetivas dos juízes.

Procurada pela reportagem, a Polícia Militar (PMDF) não havia se manifestado até o fechamento desta edição.



ANA MARIA CAMPOS
camposanamarca5@gmail.com

Michelle de volta à cena presidencial

Os áudios de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pedindo dinheiro a Daniel Vorcaro para a produção do filme sobre o pai podem mexer também com as eleições no DF. Até mesmo aliados do filho 01 criticaram abertamente ou nos bastidores o momento que pode dar fôlego maior para a reeleição do presidente Lula. Começa assim a retomada a possibilidade de uma ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) assumir a candidatura à Presidência da República. A mudança de planos pode aliviar a disputa ao Senado no DF que está embolada.

Ed Alves/CB/DA.Press



Minervino Júnior/CB/DA.Press



Presente

O ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) voltou a transitar no mundo jurídico desde que reassumiu a carteira da OAB. Ele tem ido a todas as cerimônias nos tribunais e não poderia deixar de participar da posse do amigo Nunes Marques, que assumiu a presidência do TSE na última terça-feira.

Felipe Sampaio/SCO/STF



Minervino Júnior/CB/DA.Press



Antes e depois

Desde que assumiu o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Nunes Marques mudou bastante. O comentário de advogados que estiveram na solenidade e que não o viam há muito tempo foi como o magistrado está mais magro e com ar saudável. A toga da Suprema Corte fez bem.

Andressa Anholete/Agência Senado



Estranhamento

Profissionais de institutos de pesquisa estranharam os resultados divulgados ontem pela coluna do levantamento sobre intenções de votos do DF. A consulta foi encomendada pelo PL e registrada na Justiça Eleitoral, mas apresenta, segundo a avaliação desses pesquisadores, dados distantes da realidade do que vem sendo apurado em outros levantamentos, como a colocação do senador Izalci Lucas (PL-DF) como eventual candidato ao Palácio do Buriti. Ele aparece embolado entre os quatro primeiros colocados.

Resultado frustrado

Esses pesquisadores lembram que Izalci Lucas, candidato ao GDF em 2022, figurou numa das pesquisas na boca da eleição em situação de competitividade. Mas acabou com apenas 4,26%, atrás de Ibaneis Rocha (MDB), que se reelegeu no primeiro turno, com 50,3%; Leandro Grass, então no PV, com 26,25%; Paulo Octávio (PSD), com 7,47%; Coronel Moreno (PTB), com 5,68%; e Leila do Vôlei (PDT), com 4,26%.

Câmara aprova 30h para psicólogos

A luta das 30h para a psicologia foi concluída com vitória na Câmara dos Deputados. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa aprovou ontem, por unanimidade, o PL nº 1214/2019, de autoria das deputadas federais Erika Kokay (PT-DF) e Natália Bonavides (PT-RN). O texto estabelece a jornada de trabalho de até 30 horas semanais para a categoria em todo o país. A proposta agora segue diretamente para revisão no Senado Federal.



Ed Alves/CB/DA.Press

Pedido especial

No Dia de Nossa Senhora de Fátima, ontem, o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, esteve na Igreja, na 307/308 Sul. Muito religioso, ele vai à missa todos os domingos e, como devoto de Nossa Senhora, em todos os dias 13 de maio, faz uma homenagem. À coluna, Nelson contou que ontem fez um pedido especial. Mas não revelou. Qual será?



Marcelo Ferreira/CB/DA.Press

"Flávio Bolsonaro, ouvir você cobrando dinheiro do Vorcaro é imperdoável. É um tapa na cara dos brasileiros de bem. Não adianta nada criticar as práticas de Lula e do PT e fazer a mesma coisa"

Ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que chegou a ser cotado para ser vice de Flávio Bolsonaro

"Que fique muito clara uma coisa: é um financiamento de um filme do pai. Não é dinheiro público. É financiamento e que seria pago após com a bilheteria do filme"

Deputado federal Alberto Fraga (PL-DF)



Alexandre Guzanhe/EM/DA.Press



Kayo Magalhães/Câmara

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SEGURANÇA PÚBLICA / Segundo a PMDF, a medida foi adotada para que possam ser concluídas a análise e as respostas aos questionamentos e pedidos de impugnação da licitação. Equipamento será acoplado ao uniforme de policiais militares

Compra de câmeras é suspensa

» LUIZ FELLIPE ALVES

O departamento de logística e finanças da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) suspendeu a licitação que previa a compra de câmeras corporais. Os equipamentos seriam incorporados às fardas dos policiais que atuam nas ruas para registrar as operações.

A medida foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial (DODF)*. Por meio de nota, a PMDF afirmou que a licitação não foi cancelada, mas suspensa de forma temporária. "A suspensão ocorreu para que possa ser concluída a análise e resposta dos pedidos de impugnação e esclarecimentos apresentados pelas empresas interessadas", disse.

Conforme a PM, devido ao nível de complexidade técnica do dispositivo e da quantidade elevada de questionamentos recebidos pelo órgão, não foi possível finalizar as respostas dentro do prazo previsto inicialmente. A corporação informou que as solicitações de impugnação — o ato jurídico de contestar, refutar ou se opor a documentos, provas, argumentos ou decisões dentro de um processo — são previstas em lei (14.133/2021).

A licitação aberta prevê a contratação de uma empresa especializada no uso desse tipo de dispositivo. Entre os requisitos para a

contratação estão: banda de conexão de rede suficiente para upload dos arquivos gerados e liberação de licenças para uso do software que gerencia o Sistema de Controle e Gestão de Evidências (SCGE) capacidade de acionamento remoto, bem como possibilidade de transmissão *livestreaming* — ao vivo — por LTE (Long Term Evolution); mais o Armazenamento em Nuvem dos arquivos que serão enviados à PMDF.

Na nota, a PMDF lembrou que a primeira suspensão foi feita pelo Tribunal de Contas do DF (TCDF), visando a adequações nos procedimentos. "As demais suspensões decorreram da necessidade de análise técnica e resposta aos questionamentos e impugnações apresentados pelas empresas participantes, considerando a alta complexidade do objeto licitado", ressaltou.

Ainda não há uma data prevista para a reabertura do pregão. De acordo com a PMDF, o processo será retomado assim que a área técnica concluir as respostas aos licitantes.

Debate

Para o especialista em segurança pública Leonardo Sant'Anna, o uso de câmeras corporais é fundamental para tirar a abordagem policial de uma esfera de

Ed Alves/CB/DA.Press



A aquisição das câmeras corporais foi aprovada na CLDF em 2021, e o processo licitatório começou em 2023

possibilidades, deixando apenas no campo dos fatos. "Elas registram exatamente o que aconteceu, protegendo o cidadão e o próprio policial", avalia.

O analista internacional comenta que a proteção gerada pela medida é importante para o principal cliente, o cidadão. "Para um popular, é uma garantia de que a abordagem pode ser revista de uma forma mais clara e com menos achismo", explica.

A proteção se estende para o agente de segurança, uma vez que o equipamento mostra a visão do policial. "A câmera corporal não é inimiga do policial, ela é uma aliada do bom policial. Em uma ocorrência mais complexa, por exemplo, a ação do agente pode ser esclarecida pelas filmagens registradas", acrescenta Sant'Anna.

Já para Marcelo Almeida, advogado especialista em direito militar, aponta preocupações, como

eventuais vazamentos e exposição de estratégias operacionais. "Não existe filtro na gravação, ao passo que diversas operações da Polícia Militar são realizadas em conjunto com o serviço de inteligência", detalha.

Outro aspecto apontado pelo advogado é que a realização de gravação pode influenciar tomadas de decisão. "Pode afetar de forma severa não apenas aquelas consideradas de alta tensão, mas todas, de forma geral", opina. "É indiscutível

que a vontade de atuação irá reduzir, podendo, em alguns casos, refletir diretamente nas estatísticas da segurança pública", acrescenta.

Histórico

A compra das câmeras corporais na PMDF é uma pauta antiga. Em 2021, ocorreu a primeira tramitação na Câmara Legislativa (CLDF), por meio do Projeto de Lei nº 2336/2021, do deputado Fábio Felix (PSol), para instituir o uso obrigatório desse equipamento em fardas e viaturas. Em 2023, a PMDF iniciou o processo de licitação para a compra dos equipamentos, no valor R\$ 22 milhões. Entretanto, a própria corporação interrompeu o andamento em outubro daquele ano.

Entre outubro de 2023 e o início de 2024, o TCDF manteve a suspensão, solicitando ajustes no edital e apontando questões técnicas e orçamentárias. Em agosto do ano passado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da CLDF aprovou o PL que obriga o uso das câmeras, com foco em operações, buscas e resistência à prisão.

No fim de 2025, a licitação foi reaberta pela PMDF, desta vez, com valor reduzido para R\$ 15,7 milhões. A estimativa foi definida após a atualização de requisitos técnicos, como a proibição de reconhecimento facial.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Geografia sentimental

Climério Ferreira é um dos habitantes do silêncio de Brasília. Fez doutorado na Austrália, mas cultivava a simplicidade e o anonimato com unhas e dentes. Sempre vi os irmãos piauienses (Clodo, Climério e Clésio) na condição de índios yanomamis, índios da festa e da paz. No momento, Brasília oferece poucos motivos para a gente gostar dela, mas Climério mira a cidade com a devoção que só o olhar amoroso pode revelar. Em *Entre*

as manias que eu tenho, ele diz: “Eu não sei quando adquiri/Esta mania doente/De gostar da terra da gente.”

Ele sempre me mandava, por e-mail, versinhos e poemínimos, mas, em seguida, adotou o Facebook e fiquei meio perdido. Todos os dias, ele publica um poema no facebook. Não é pretensão; a sua língua é a do lirismo. Ele é do século 19, tenho a impressão de que conquistou todas as namoradas com um soneto. Se a gente traçar uma geopoética brasileira, o pedaço que cabe a Climério é a Asa Norte. Aparentemente distraído, ele é muito atento ao que acontece na cidade e, principalmente, em aldeia.

Em *Meados de novembro*, faz uma crônica dos dilúvios que costumam se abater sobre a cidade durante o período

das chuvas: “Carros anfíbios mergulham nas tesourinhas/Os passageiros dos ônibus nadam afoitos/Árvores são arrancadas das raízes/As quadras da Asa Norte naufragam/A arquitetura moderna sobreviverá ao mês/Mesmo que o arquiteto morra”.

Nas décadas de 1970 e 1980, a 312 Norte foi uma quadra de muitas agitações e conexões culturais. Os irmãos Ferreira moraram naquele território e estabeleceram parcerias muito ricas. Por lá, passaram Glauber Rocha, os compositores Fagner e Petrucio Maia; e o pintor pernambucano Vicente Rego Monteiro. É esse o tempo que Climério evoca em SQN 312: “Lembro-me de Glauber já doente sentado na escadaria do bloco/Eu, Clodo

e Zeca Bahia tramando futuras canções no F/Luiz Amorim sonhando um auge cultural/Gera de Castro armando um show coletivo/Clodo e Petrucio Maia compoem Cebola Cortada no Cavalo Negro/Fagner mostrando em primeira mão o arranjo de Hermeto pra Cebola/O som do pandeiro de Pernambuco percute no na quadra/Enquanto Vicente do Rego Monteiro pintava figuras godas/A 312 era o Vietnam do Norte”.

A 209 Norte é um dos temas de sua geografia sentimental brasileira, constituída a partir da que ele e seus amigos fazem da cidade: “Umas frutinhas no Oba/Leitura na quadra de esporte/Benê Fonteles caminhando/Paulo José Cunha no Sinhá Moça/Fausto e Manoel todo

sábado/Eu & Helô no Mineiro/ Sobre a mesa no Rappel/O traço de Lucio Costa não previa tudo isso”.

Mesmo quando está indignado, Climério prefere soprar uma ironia lírica delicada em vez de dar um berro. O comentário que ele faz sobre o excesso de zelo pelo silêncio nas Superquadras com bares que apresentam música, em *Banho de lua*, estabelece um contraponto divertido dos tempos românticos com os tempos pragmáticos em que vivemos: “Acredite, havia donzelas/E existiam rapazes desafiados/Que faziam serenatas nas janelas/ Cantando boleros apaixonados/Acredite, ninguém atirava/Nem chamava a polícia/Uma bacia d’água era derramada/Para aplacar no cantor a euforia”.

SAÚDE

Hantavírus tem alto risco de morte

Com três casos suspeitos na capital que apresentaram sintomas da doença em abril, epidemiologistas e autoridades da saúde alertam para os cuidados que devem ser tomados, mas reafirmam que o vírus não tem potencial de virar pandemia

» DARCIANNE DIOGO
» GABRIELA CIDADE*

Depois de três anos sem registros de hantavirose no Distrito Federal, a morte confirmada de um paciente pela doença em Minas Gerais — a primeira no Brasil em 2026 — recolocou em alerta epidemiologistas e autoridades de saúde. A Secretaria de Saúde (SES-DF) afirmou monitorar três casos suspeitos na capital. Até o fechamento desta edição, não havia confirmação oficial do diagnóstico.

Das três pessoas em observação, duas residem no DF e uma, em outra unidade da Federação. A pasta não informou qual e esclareceu que todos apresentaram sintomas em abril. “Os casos seguem em investigação clínica, epidemiológica e laboratorial, conforme os protocolos vigentes de vigilância em saúde”, garantiu.

Desde 2013, o Ministério da Saúde (MS) alimenta uma planilha da situação epidemiológica da hantavirose. De 2013 a 11 de maio de 2026, o Brasil registrou 860 casos e 341 óbitos. Neste ano, sete casos foram confirmados: um em Minas Gerais, um no Paraná, um em Santa Catarina e dois no Rio Grande do Sul. As outras duas confirmações estão em “branco”, ou seja, não se sabe a região. Uma morte ocorreu em Minas Gerais, em fevereiro.

Segundo o estudo, entre 2013 e 2026, vinte casos foram registrados no DF. No mesmo período, a capital contabilizou 14 mortes pela doença.

Sem exceção, todas as regiões registraram infecções por hantavírus. O Sul, Sudeste e Centro-Oeste

concentram, segundo o Ministério, maior percentual de notificações. De acordo com a pasta, as infecções ocorrem principalmente em áreas rurais, em situações ocupacionais relacionadas à agricultura, e acometem mais homens de 20 a 39 anos (76%). Quanto à taxa de letalidade, a média é de 46,5% e a maioria dos pacientes necessita de assistência hospitalar, frisa o MS.

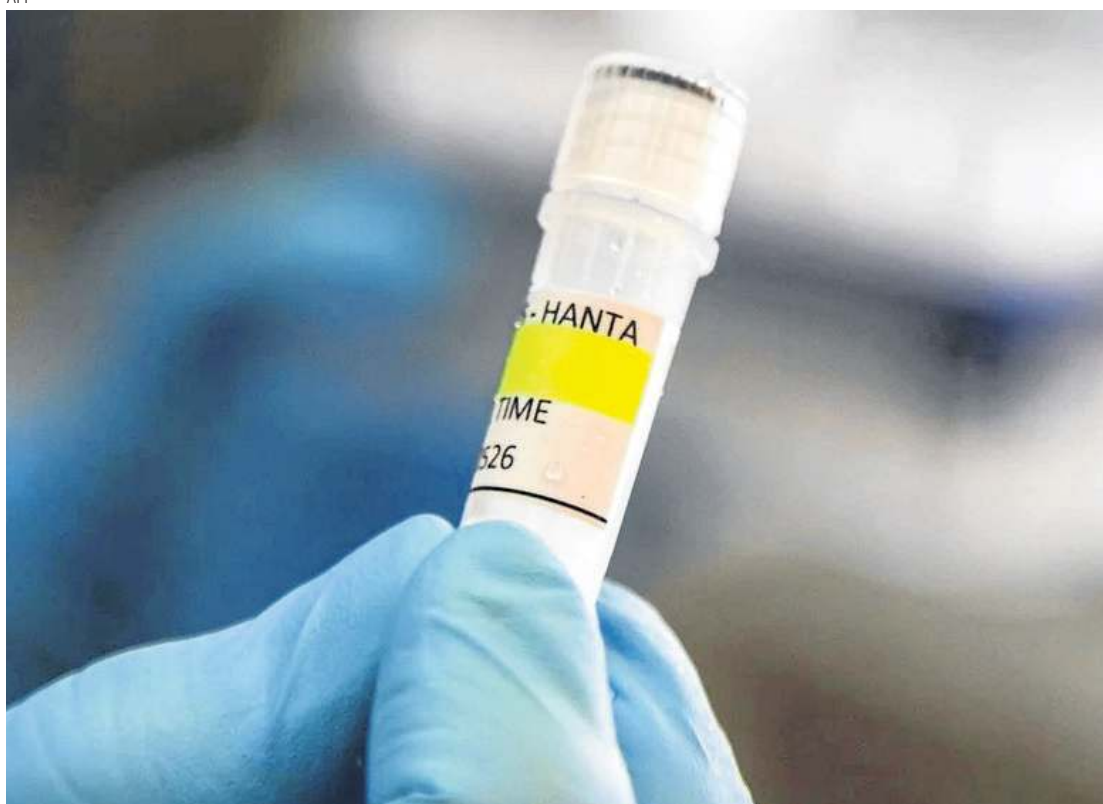
Infecção

O hantavírus é uma cepa de vírus transmitida por roedores silvestres. A contaminação humana ocorre pela variante Andes, a partir da inalação de partículas suspensas no ar provenientes de fezes secas dos animais. Apesar de rara, a doença tem alta taxa de letalidade, correspondendo a cerca de 20% a 40% na América do Sul, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em outro documento do Ministério da Saúde, são especificados os perfis dos casos confirmados no Brasil. Em 81% deles, as infecções ocorreram na zona rural. O fato de exposição de risco à limpeza de galpão ou depósito representa 53% da contração da doença. Contato direto com o roedor e desmatamento/aragem de terra ficam em 45%, respectivamente.

A secretaria alerta que a principal exposição está relacionada a atividades em áreas rurais, ambientes abertos ou locais com vegetação densa, além de espaços fechados e pouco ventilados, como galpões, depósitos, paióis e casas abandonadas. Situações como limpeza inadequada de ambientes

AFP



Entre 2013 e 2026, vinte casos da doença foram registrados no DF; 14 pacientes foram a óbito

fechados ou manipulação de terra e vegetação para abertura de novas áreas também podem potencializar o perigo.

Eveline Vale, infectologista e professora de medicina do Centro Universitário de Brasília (CEUB), explica que a doença pode começar de maneira leve e evoluir com velocidade, podendo se tornar uma insuficiência respiratória grave.

Os sintomas no quadro inicial não são específicos, e entre eles estão febre, dor no corpo, dor de cabeça, náuseas, vômitos

e mal-estar geral. No quadro avançado, os sintomas podem se manifestar em: taquicardia, queda da pressão, falta de ar, tosse, diminuição no volume da urina e sangramentos. Neste caso, pode se tornar necessária a internação em UTI e ventilação mecânica.

Até o momento, não há antiviral específico para o tratamento do vírus, nem vacina. As medidas de suporte para a cura são hidratação vigorosa, uso de antitérmicos, oxigênio, diálise precoce e o uso de ventiladores, se necessário. Para a

prevenção, a infectologista alerta para o armazenamento correto e seguro de alimentos, a manutenção de terrenos limpos e sem acúmulo de entulho e para evitar contato com fezes, urina e ninhos de roedores.

A Dra. Eliana Bicudo, infectologista do Hospital Santa Lúcia, acrescenta que o período de incubação do vírus pode ser de uma semana a até 2 meses. Por esse motivo, se há um caso confirmado em

um ambiente, como no navio MV Hondius, todos que frequentaram o espaço devem ficar em observação por pelo menos 2 meses.

Sem risco de pandemia

Especialistas afirmam que, diferentemente do coronavírus, não há possibilidade de pandemia do hantavírus, que não possui grande potencial de disseminação. O epidemiologista Wanderson Kleber de Oliveira explica: Um patógeno com potencial de causar uma pandemia precisa cumprir três condições simultâneas: transmissão sustentada pessoa-pessoa (ou seja, o vírus circula livremente entre a população); número básico de reprodução maior que 1 em populações suscetíveis (uma pessoa contaminada espalha o vírus para pelo menos mais uma, com crescimento exponencial); e a capacidade do vírus de ser transmitido por assintomáticos. “SARS-CoV-2 cumpriu todas. Hantavírus não cumpre nenhuma na epidemiologia brasileira”, contou o especialista.

Apesar do cenário otimista, Wanderson alerta: “O que preocupa e merece honestidade técnica é a letalidade individual elevada”, e complementa que as alterações no uso do solo e as mudanças climáticas afetam o risco de propagação da doença. O risco coletivo do hantavírus é baixo, mas o risco individual pode ser grave e fatal.

* Estagiária sob a supervisão de Márcia Machado

Obituário

Sepultamentos em 14/5/2026

» Campo da Esperança

Carta Anna Guarino Bile da Costa, 73 anos
Dácio Marques Rodrigues, 87 anos
Dirce Evilásia de Pina, 73 anos
Elenice Pereira de Maman, 56 anos
Ivete Nunes de Azevedo, 87 anos
Ivone dos Santos Alcântara, 82 anos
Jane Pereira Sousa, 76 anos
João José de Lima Neto, 66 anos
João Lopes do Lago, 52 anos
Jucélia Fonseca Costa, 77 anos
Lavinia Gabriely Silva de Lima, menos de 1 ano
Lidija Milovic, 71 anos
Maria Aparecida de Andrade, 76 anos
Maria Paixão Pinheiro Coelho, 87 anos
Nilton Oliveira de Miranda, 71 anos
Daniel do Nascimento, 70 anos
Taquatinga
Alique Augusta de Carvalho, 56 anos
Elci Pereira Miranda, 62 anos
Erisvaldo Mendanha, 76 anos
Gerseni Sampaio da Silva, 80 anos
João Dias Costa, 80 anos
Joaquim Antônio Caldas de Lima, 66 anos
Johnes Madureira de Jesus, 35 anos
Josimar Felinto dos Santos, 73 anos

Maria das Graças Costa Castro, 76 anos
Nair Paulo da Silva, 85 anos
Pedro Paz de Souza, 93 anos
Regislane Cândida da Silva Oliveira, 49 anos
Solange Regina Mendes, 47 anos
Valdemar Pires de Almeida, 90 anos
» **Gama**
José Francisco Ribeiro, 83 anos
Maria da Paixão, 99 anos
Maria Flor Marques Xavier, menos de 1 ano
Planaltina
Maria Natália Fernandes Costa, 72 anos
Nelma Cristiane Silva, 51 anos
» **Brazlândia**
Antônio Alves Ferreira, 76 anos
José Coelho Figueiro, 67 anos
Marcos Paulo Fernandes Campos, 23 anos
» **Sobradinho**
Edne de Souza Figueiredo, 48 anos
Gardene Imaculada Alves, 68 anos
José Justino Pereira Júnior, 41 anos
Mileina Pereira de Sousa, 0 anos
» **Jardim Metropolitano**
Maria da Conceição Sousa Nunes, 63 anos
Fátima Maria do Carmo Holanda Serejo, 60 anos
Jorge de Paula, 69 anos

GOVERNO DO
CAIXA Seguridade
MINISTÉRIO DA FAZENDA
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
NIRE 53.3.0001645-3

EXTRATO DA ATA Nº 242 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Realizada em 26 de Fevereiro 2026

I. **Data e horário:** Em trinta e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas e nove minutos, realizou-se a Reunião do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade” ou “Companhia”), no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, Brasília/DF, na sede da Companhia. II. **Convocação:** Os membros foram devidamente convocados para a reunião, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho. III. **Mesa:** Conselheiros: HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES, Presidente; FERNANDO ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO BEDA, ILANA TROMBKA, INÊS DA SILVA MAGALHÃES, KAROLINE BUSATTO, LUIZ FRANCISCO MONTEIRO DE BARROS NETO e WALDEMIR BARGIERI. Secretária designada: Rafaela do Nascimento Moura Cordeiro, Gerente Nacional, que contou com o apoio da Gerente Executiva Luciene Afonso de Oliveira Luoma, (...). Assessoramento Jurídico: Maria Eliza Nogueira da Silva, Advogada (...). IV. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) Demonstrações Contábeis, destinação de resultados e apreciação da execução orçamentária da Caixa Seguridade, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) Relatório da Administração da Caixa Seguridade referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iii) Relatório da Administração da Caixa Seguridade referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iv) **Deliberação:** Lidos, tratados e discutidos os assuntos constantes da ordem do dia, o Conselho de Administração se manifestou conforme segue: (i) **Demonstrações Contábeis, destinação de resultados e apreciação da execução orçamentária da Caixa Seguridade, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:** O Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 28, inciso XXVI, do Estatuto Social da Companhia, em observância ao disposto no Artigo 8º, inciso VI da Lei nº 13.303/2016, e no Artigo 13, inciso VI, do Decreto nº 8.945/2016, considerando a deliberação favorável da Diretoria, consignada na Ata nº 533, de 23/02/2026, e o parecer favorável do Comitê de Auditoria, consignado na Ata nº 440, de 25/02/2026, bem como a ausência de ressalvas na manifestação da auditoria independente, e nos termos do Relatório Executivo SURIF/DIRIF nº 037/2026, **aprova, por unanimidade,** as Demonstrações Contábeis Anuais (“Demonstrações Financeiras Padronizadas” ou “DFP”) da Caixa Seguridade Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como sua respectiva proposta de destinação de resultados. Ademais, o Conselho **tomou conhecimento** da execução orçamentária da Companhia relativa ao mesmo exercício. Registra-se que foi realizada reunião conjunta com o Conselho Fiscal da Caixa Seguridade para emissão de parecer sobre a referida matéria, em observância ao disposto no Artigo 46, inciso X, do Estatuto Social (ii) **Relatório da Administração da Caixa Seguridade referente ao exercício de 2025:** O Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 28, inciso XXVI, do Estatuto Social da Companhia, em observância ao disposto no Artigo 142, inciso V da Lei nº 6.404/76, considerando a deliberação favorável da Diretoria consignada na Ata nº 533, de 23/02/2026, a manifestação sem ressalvas do Comitê de Auditoria, consignada na Ata nº 440, de 25/02/2026, e nos termos do Relatório Executivo SURIF/DIRIF nº 035/2026, **aprova, por unanimidade,** o Relatório da Administração da Caixa Seguridade, referente ao exercício de 2025. O Relatório deve ser divulgado no site eletrônico da CVM e de Relações com Investidores da Companhia, e posteriormente deverá ser submetido à aprovação na Assembleia Geral da Caixa Seguridade Participações S.A. Por fim, registra-se que foi realizada reunião conjunta com o Conselho Fiscal da Caixa Seguridade para emissão de parecer sobre a referida matéria, em observância ao disposto no Artigo 46, inciso X, do Estatuto Social. (...). VI. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente Ata pela Secretária que, lida e achada conforme, é assinada por esta e pelos membros do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., Fernando Alcântara de Figueiredo Beda, Ilana Trombka, Inês da Silva Magalhães, Karoline Busatto, Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto, Waldemir Bargieri, Conselheiros, e Humberto José Teófilo Magalhães, Presidente, passando a constar do arquivo próprio. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 3029427 em 14/04/2026.

GOVERNO DO
CAIXA Seguridade
MINISTÉRIO DA FAZENDA
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 22.543.331/0001-00
NIRE 53.3.0001645-3

EXTRATO DA ATA Nº 241 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Realizada em 30 de Janeiro de 2026

I. **Data e horário:** Em trinta de janeiro de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade” ou “Companhia”), por meio eletrônico. II. **Convocação:** Os membros foram devidamente convocados para a reunião, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho. III. **Volantes:** Presidente: HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES, Conselheiros: FERNANDO ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO BEDA, ILANA TROMBKA, INÊS DA SILVA MAGALHÃES, KAROLINE BUSATTO, LUIZ FRANCISCO MONTEIRO DE BARROS NETO e WALDEMIR BARGIERI. Assessoramento: Secretária designada: Rafaela do Nascimento Moura Cordeiro (...). IV. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) Plano de Trabalho do Comitê de Auditoria 2026 da Caixa Seguridade e da Caixa Corretora; (ii) Relatório Anual Completo e Resumido do COAUD Caixa Seguridade, exercício de 2025; (iii) Informe sobre Planos Individuais de compra ou venda de ações da Caixa Seguridade e da Caixa Corretora, em observância ao disposto no Artigo 16, inciso XV do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e ao Artigo 34, parágrafo único, do Estatuto Social da Caixa Corretora, **aprova, por unanimidade,** os termos do Relatório Anual Resumido e Completo do Comitê de Auditoria referente ao exercício de 2025, elaborados em conformidade com o disposto no Artigo 31-D, inciso VI, da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, e com o Artigo 39, § 1º, inciso V, do Estatuto Social da Companhia. (...). (iii) **Relatório Anual Resumido do COAUD Caixa Corretora, exercício de 2025:** O Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., em observância ao disposto no Artigo 16, inciso XV do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e ao Artigo 34, parágrafo único, do Estatuto Social da Caixa Corretora, **aprova, por unanimidade,** os termos do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria da Caixa Corretora referente ao exercício de 2025. (...). (iv) **Informe sobre Planos Individuais de compra ou venda de ações da Caixa Seguridade por pessoas sujeitas à Política de Negociação, 2º semestre de 2025:** O Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., no uso de suas atribuições e na forma do artigo 16, § 4º, da Resolução CVM 44/21, **tomou conhecimento,** por meio do Relatório Executivo SURIF/DIRIF nº 001/2026, do Informe sobre Planos Individuais de compra ou venda de ações da Caixa Seguridade por pessoas sujeitas à Política de Negociação, referente ao segundo semestre de 2025, que trata de eventuais constituições de Plano Individual de compra ou venda de ações da Caixa Seguridade pelas pessoas sujeitas à Política de Negociação, e da aderência das negociações realizadas pelos seus participantes, no primeiro semestre de 2025. Registra-se que existem Planos Individuais de compra ou venda de ações da Caixa Seguridade vigentes, tampouco foram constituídos novos planos pelas pessoas sujeitas à Política de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes da Caixa Seguridade Participações S.A. (ZS003), no segundo semestre de 2025. (...). VI. **Encerramento:** Encerrada a votação em 06/02/2026, às 14h47min, foi lavrada a presente Ata pela Secretária que, lida e achada conforme, é assinada por esta e pelos membros do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., Fernando Alcântara de Figueiredo Beda, Ilana Trombka, Inês da Silva Magalhães, Karoline Busatto, Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto, Waldemir Bargieri, Conselheiros, e Humberto José Teófilo Magalhães, Presidente, passando a constar do arquivo próprio. **ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO.** A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 3022677 em 08/04/2026.



“O mais importante na comunicação é ouvir o que não foi dito.”

Peter Drucker



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Comércio e indústria nacional se sentem traídos por Lula

Pegos de surpresa e sem direito a preparação para a medida que acabou com a taxa das blusinhas. Assim o setor empresarial da indústria e do comércio reagiu à decisão do presidente Lula de zerar imposto federal sobre importação de produtos até 50 dólares, o equivalente a R\$ 250,00. Lula assinou a medida na tarde de terça-feira. Os representantes do setor produtivo afirmam que o impacto será nefasto para pequenas empresas que não conseguem concorrer com os produtos chineses em preços. Para o empresariado, Lula favoreceu à indústria chinesa. Sem aviso prévio, a medida foi considerada eleitoreira, desconsiderando os levantamentos das entidades empresariais sobre impacto social do aperto financeiro dos pequenos negócios. Com a taxa das blusinhas, o governo arrecadou R\$ 1,78 bilhão em 2026.

Voto vencido

Como ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin ajudou a articular a criação da taxa das blusinhas, atendendo aos apelos da CNC e da CNI. E era o interlocutor do setor produtivo com Lula. Acabou sendo voto vencido. E ficou sem o que dizer para as entidades.

Ricardo Stuckert



Desequilíbrio competitivo

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ressaltou que a taxa de importações representava instrumento necessário de compensação para o empresário brasileiro diante de um cenário marcado por desequilíbrios. “O Brasil corre o risco de ampliar a dependência externa e fragilizar cadeias produtivas locais, caso o debate seja conduzido apenas sob o prisma do consumo imediato. O tema precisa ser tratado sob a ótica da defesa do emprego, da competitividade e da soberania econômica.”

Fim da taxa das blusinhas causará perda de empregos e prejuízo à economia brasileira, avalia CNI

Pouco tempo depois do anúncio da medida pelo presidente Lula, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) já emitiu uma reação. Afirmou que representa uma vantagem concedida a indústrias estrangeiras em detrimento do setor produtivo nacional. A entidade enfatizou que a medida impactará, principalmente, micro e pequenas empresas e resultará na perda de empregos.

Dificuldade para o setor têxtil

“Permitir a entrada de importações de até 50 dólares sem tributação é o mesmo que financiar a indústria de países como a China, principal exportador de produtos de baixo valor para o Brasil, especialmente no setor têxtil. O prejuízo é direto a quem fabrica e comercializa em território brasileiro”, afirma o presidente da CNI, Ricardo Alban.



Ed Alves/CB/DA Press

Futuro da arena sem o BRB

Richard Dubois, presidente da Arena 360, concessionária do Complexo Arena Mané Garrincha, vai apresentar hoje as perspectivas do que chama de início de uma nova fase do empreendimento. Após o encerramento da parceria de naming rights com o BRB, a Arena inicia novo ciclo de posicionamento institucional, fortalecimento de marca e busca expansão de negócios. “O futuro das arenas não está apenas no esporte. Está na capacidade de gerar experiências, negócios e impacto econômico para as cidades”, afirma Dubois.

Paula Reis/Flamengo



Divulgação

Balanco da concessão (2022 a 2025):

- Mais de 700 eventos realizados
- Mais de 7 milhões de pessoas circulando pelo Complexo
- Mais de R\$ 3 bilhões movimentados na cadeia de turismo e serviços do DF em impostos e consumo em hotelaria, bares e mobilidade urbana
- Mais de 25 mil postos de trabalho credenciados para trabalhar nos eventos dentro do Complexo.

Telecoms debatem em Brasília operação com crescimento exponencial da IA

O setor de telecomunicações realiza o Painele Brasil Summit, nos dias 19 e 20 de maio, em Brasília. O evento reunirá autoridades, reguladores e CEOs das maiores operadoras em um momento considerado decisivo para a agenda digital do país. O encontro ocorre em meio a um novo ciclo de investimentos. Para o presidente-executivo da Conexis Brasil Digital e da Telebrasil, Marcos Ferrari, o momento exige mais do que expansão de rede. “A conectividade já não é mais apenas infraestrutura, ela é condição para produtividade, competitividade e inclusão. Com a chegada da inteligência artificial, esse papel se intensifica e exige uma agenda coordenada entre governo e setor privado”, destaca.

Em 2025, o setor investiu **R\$ 36,3 bilhões**.

A maior parte dos recursos foi aplicada na expansão do 5G e de fibra ótica

O número de antenas 5G no Brasil passou de **37,6 mil** para **52 mil**

Hoje o 5G já está disponível em mais de **1.500** cidades, com mais de **63 milhões** de usuários ativos.

Mariana Campos/CB/DA Press



No agro e na indústria

Em outros setores, as aplicações 5G também já podem ser vistas no campo, com automação de lavoura e controle de pragas, e na indústria, com controle de estoques e manutenção preventiva de equipamentos.

RELIGIÃO/ Fiéis se reuniram na Igrejinha para celebrar a santa que é uma das aparições de Nossa Senhora, mãe de Jesus

Devoção a Nossa Senhora de Fátima

» MANUELA SÁ*

Para celebrar Nossa Senhora de Fátima, fiéis reuniram-se, ontem, na Igrejinha que leva o nome da santa, na Asa Sul. Com missas solenes, confissões e bênçãos, brasilienses tiveram a oportunidade de homenagear a padroeira, que é uma das aparições de Nossa Senhora, mãe de Jesus, e conhecida pelas mensagens de paz, oração e penitência. O frei capuchinho Moacir Casagrande conta que a santa é sua madrinha. A devoção veio da família, mas ela prosperou no impacto da padroeira em sua vida. Ele lembra que, quando tinha sete anos, sua mãe teve uma infecção grave que a levou a ser hospitalizada. Pai e filho passaram a noite rezando diante da imagem de Nossa Senhora de Fátima. “Uma hora eu senti que a santa estava iluminando toda a sala. No dia seguinte, minha mãe acordou curada e sem sequelas”, diz. O frei, que passou o dia atendendo os fiéis, relata que muitos vieram agradecer pelo que a santa fez por eles. O religioso ressalta que, nessa data, é importante lembrar da mensagem de paz passada pela padroeira. “Hoje é um dia para pensarmos em acabar com essa beligerância e priorizarmos a paz”, afirma. A devoção de Júlia Paiva, 33, por Nossa Senhora de Fátima também

veio de família. Para ela, a padroeira é símbolo de fé. Ela conta que seu filho nasceu prematuro de 33 semanas com a síndrome de Prader-Willi, doença genética rara que leva a sintomas variados. Após passar 37 dias internado na UTI, foi no dia 13 de maio, há três anos, que o bebê recebeu alta. “Muitas graças foram derramadas na minha família”, comenta. Ontem, ela acompanhou todas as missas na companhia do esposo e do filho, Bento José. O pequeno também teve a oportunidade de coroar a santa. Júlia lembra do recado deixado pela padroeira. “Ela deixou para nós o recado de rezarmos todos os dias. É o que eu faço”, diz. A empresária Tatiane Araújo, 44, sempre foi devota de Nossa Senhora, mas a relação com a de Fátima é recente. Ela surgiu em 2020, quando Tatiane viajou com um grupo de casais de amigos para a cidade que leva o nome da santa. Ela relata que, ao chegar ao Santuário, com as paredes brancas e espaços arejados, sentiu uma espiritualidade diferente, de paz. Para marcar a data, Tatiane foi à missa na Igrejinha pela manhã. Ela conta que gosta de visitar o local, que carrega um pouco de Brasília e de contato com a natureza. Ela dedicou suas orações à virgem, considerada um colo e um exemplo. Tatiane é mãe de quatro filhos e gosta

de se mirar nas virtudes, como carinho e esperança, características da padroeira. Em sua última gravidez, a empresária teve vários sangramentos. É a Nossa Senhora de Fátima que ela atribui a graça do nascimento saudável de seu bebê: “Sei que ele é filho do querer dela”.

História

Durante a Primeira Guerra Mundial, a santa fez sua primeira aparição. Na Cova da Iria, próximo à aldeia de Fátima, em Portugal, ela apareceu para três pastores, Lúcia, Francisco e Jacinta. Nos dias que precederam esse primeiro contato, o Anjo de Portugal avisou às crianças para intensificarem as orações e as penitências pelos pecadores de modo a prepará-las para receber a mensagem da santa. Assim elas fizeram e, no dia 13 de maio de 1917, Nossa Senhora de Fátima apareceu vestida toda de branco e radiante de luz. Na ocasião, ela pediu para que os pastorinhos comparecessem no mesmo lugar durante seis meses seguidos. No primeiro encontro e nos que se seguiram, ela fez um apelo para que os três rezassem o terço, fizessem penitência e convertessem pecadores. O objetivo era alcançar a paz no mundo e encerrar a guerra. Na última aparição às crianças, ela realizou o Milagre do Sol, quando fez com que o sol tremesse e emitisse cores vibrantes. Dessa forma, a devoção foi ganhando o mundo, fazendo com que diversas pessoas rezem para que a santa espalhe suas graças. A devoção encontrou solo fértil em Brasília. É na Igrejinha de Fátima, cartão-postal da cidade, que fiéis podem se conectar com a santa. Inaugurada em 28 de junho de 1958, ela foi construída a pedido de Sarah Kubitschek, então primeira-dama, como forma de agradecimento pela cura da filha Mária, que tinha um problema na coluna. A sugestão da promessa veio

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Movimentação de católicos na Igrejinha dedicada à santa na 308 Sul



Devota toca na imagem durante missa

de Craveiro Lopes, presidente de Portugal à época. Pensada para ser um grande santuário, os planos tiveram que se adaptar à necessidade que surgiu de uma igreja para o casamento da filha de Israel Pinheiro, presidente da Novacap, companhia responsável pela construção de Brasília. Devido ao limite de tempo, o prédio teve que ganhar dimensões mais simples. Assim, surgiu o primeiro templo religioso de alvenaria construído na capital.

Símbolo do modernismo e da fé candanga, a igreja foi projetada por Oscar Niemeyer. O pintor Alfredo Volpi fez afrescos com bandeiras e anjos para o interior do templo. No entanto, em uma reforma de 1962, eles foram cobertos por tinta. Em 2009, Francisco Galeno, inspirado pela obra de Volpi, fez uma nova pintura. No exterior da



Júlia Paiva agradece pela vida do filho, Bento José

construção, é possível encontrar azulejos azuis, pretos e brancos de Athos Bulcão. Com a arquitetura em referência aos antigos chapéus de freiras, a Igrejinha foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2007 e é também tombada pela Unesco.

*Estagiária sob a supervisão de Tharsila Prates

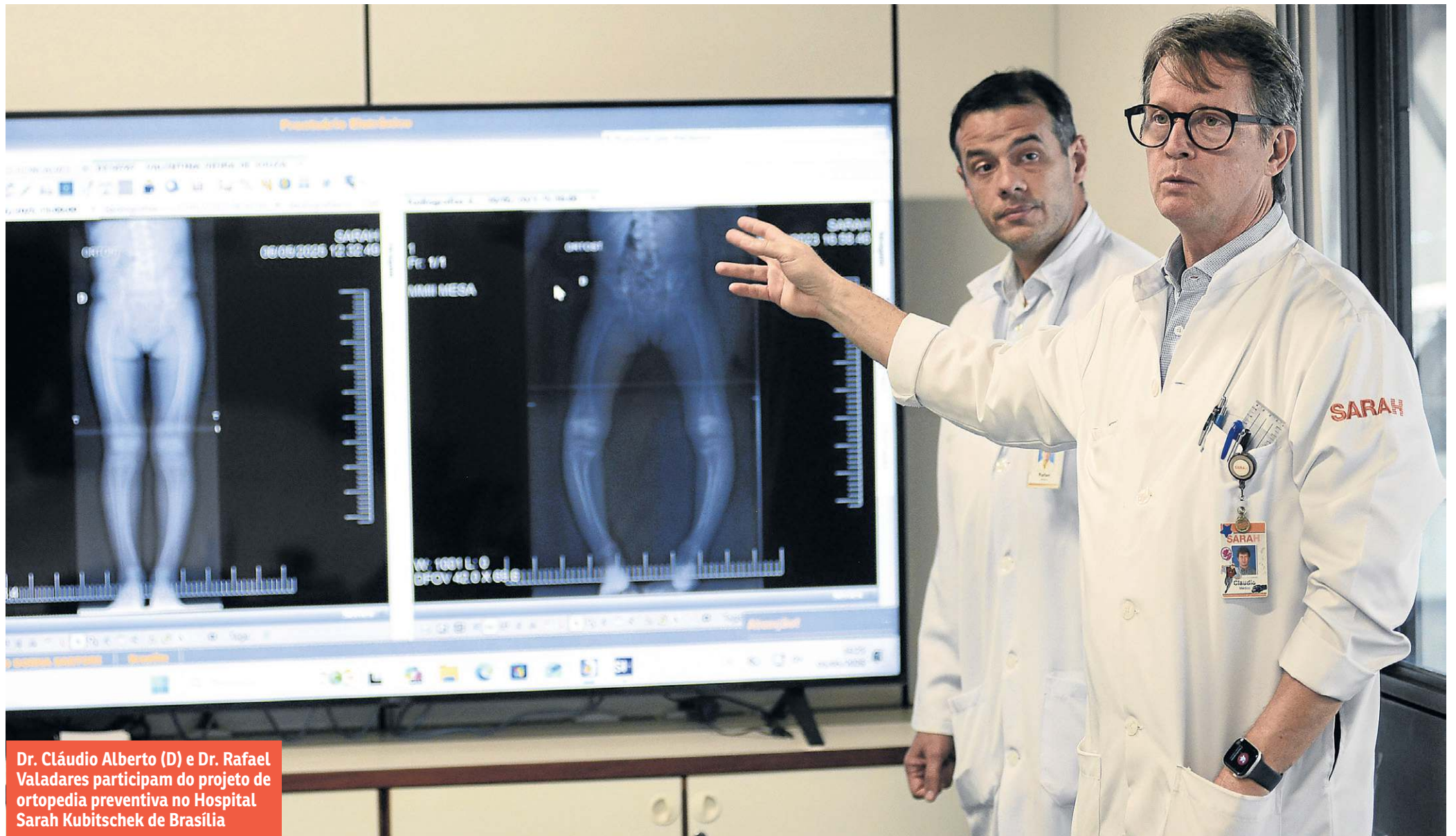
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, comunica a realização do Pregão Eletrônico nº 90002/2026 para contratação de serviços contínuos de copeiragem, com fornecimento de materiais e insumos, a serem executados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para a sede do Serviço Florestal Brasileiro. Será licitado apenas 1 item. Edital: 13/05/2026 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Endereço: Scen Av. L4 Norte Trecho L1.4 Bloco c, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/440075-5-90002-2026>. Entrega das Propostas: a partir de 13/05/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 27/05/2026 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Nº do Processo: 02209.000206/2026-76.

SILVANA CANUTO MEDEIROS
Diretora

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Dr. Cláudio Alberto (D) e Dr. Rafael Valadares participam do projeto de ortopedia preventiva no Hospital Sarah Kubitschek de Brasília

» CARLOS SILVA

A formação óssea é um processo crucial para o crescimento de qualquer criança. Porém, nem sempre essa etapa ocorre de forma adequada. Um jeito diferente de andar, quedas frequentes, comentários na escola, uma dúvida que cresce com o tempo. Pensando nessas histórias, um grupo de ortopedistas tem apostado no cuidado precoce de crianças e adolescentes com alterações nos membros inferiores, buscando evitar que pequenos sinais se transformem em problemas maiores no futuro.

À frente da iniciativa estão os médicos Cláudio Dorna e Rafael Valadares, do Hospital Sarah Kubitschek, que acompanham de perto casos de genu varo e genu valgo, conhecidos popularmente como “pernas tortas”. O genu varo e o genu valgo são alterações no alinhamento dos joelhos que fazem com que as pernas fiquem arqueadas para fora ou voltadas para dentro, respectivamente.

Embora possam fazer parte do desenvolvimento normal em determinadas fases da infância, quando persistem ou se acentuam, passam a exigir avaliação médica. Isso porque o desalinhamento pode provocar uma distribuição desigual do peso corporal sobre as articulações, gerando sobrecarga, desgaste precoce da cartilagem, dores ao caminhar e limitações funcionais.

Segundo o ortopedista Rafael Valadares, o acompanhamento das crianças começa ainda nos primeiros anos de vida, muitas vezes logo após o início da marcha. “Costumamos acompanhar desde bebê, a partir da idade de início de marcha, por volta de um ano, um ano e meio”, explica. Após a identificação da deformidade, o tratamento pode variar desde a simples observação clínica até intervenções cirúrgicas, conforme a evolução do quadro.

O médico destaca que, atualmente, o acompanhamento prioriza métodos menos agressivos e mais individualizados. “Não é comum usar aparelhos ortopédicos, alguns dispositivos, como antigamente se fazia. Hoje em dia preza-se por acompanhar a criança”, afirma. Segundo ele, espera-se que, por volta dos 2 anos de idade, os joelhos atinjam um alinhamento considerado neutro. Quando isso não acontece e há persistência do genu varo ou do genu valgo após os 5 anos, a cirurgia passa a ser indicada.

Rafael explica que os procedimentos utilizados são minimamente invasivos e utilizam a técnica de crescimento guiado. “São cirurgias mais simples, com colocação de implantes para guiar o crescimento desse membro inferior”, detalha. Os implantes são posicionados próximos à zona de crescimento dos joelhos para desacelerar o crescimento de uma das faces do membro e permitir a correção gradual do eixo das pernas ao longo dos meses.

Transformação

Para Tatiane Soares, 32 anos, moradora de Campo Novo do Parecis, em Mato Grosso, o tratamento da filha Aurora Vasconcelos, 4, representou uma mudança profunda na rotina da família. Diagnosticada ainda bebê (11 meses) com a doença de Blount, uma condição associada ao genu varo, a menina enfrentava dificuldades para caminhar, manter o equilíbrio e participar de atividades comuns da infância. “Foram várias idas ao pronto-socorro por causa das quedas”, relembra a mãe.

Segundo Tatiane, as limitações afetavam, também, a convivência com outras crianças. “Na escolinha, ela não podia brincar no pula-pula, porque a gente tinha muito medo de machucar mais ela. Era difícil para ela correr, subir escadas e participar das brincadeiras como os coleguinhas”, conta. Até tarefas simples, como calçar um tênis,

Especialistas da Rede Sarah apostam em técnicas minimamente invasivas para corrigir o desalinhamento de joelhos em crianças, prevenindo dores e desgastes graves na vida adulta

Mudando a rota da ortopedia

Rede Sarah/Divulgação



Tatiane Soares veio de Campo Novo do Parecis (MT) até Brasília para acompanhar o tratamento da filha Aurora Maria, de 4 anos

Rede Sarah/Divulgação



Nathália Dutra acompanha a filha Emilyly Gomes, de 2 anos, que está no tratamento para corrigir o genu varo

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Após a identificação do problema, o tratamento pode variar desde a simples observação clínica até intervenções cirúrgicas

eram um desafio. “Ela não conseguia usar sapato fechado, porque os pezinhos batiam um no outro.”

A indicação de cirurgia em uma criança tão pequena gerou apreensão. Aurora passou pela primeira cirurgia em 2025, com a colocação de pequenas placas para guiar o crescimento dos ossos. “Duas ou três horas depois da cirurgia, ela já estava andando normalmente” diz. Os resultados, segundo a mãe, são visíveis no dia a dia. “Hoje ela corre, sobe escadas, brinca normalmente com os amiguinhos. É realmente uma transformação na vida da criança.”

Diagnóstico

Para Nathália Dutra, 26, moradora de Valparaíso de Goiás, a esperança de ver a filha Emily Emanuely Santos Gomes, 2, crescer sem limitações é o que sustenta a rotina de consultas e acompanhamentos médicos. A mãe percebeu os primeiros sinais do genu varo ainda nos primeiros meses, logo depois que a menina começou a andar. “Eu senti que ela tinha dor e caía bastante”, relata.

Além das dificuldades físicas, Nathália conta que também precisou lidar com comentários e opiniões de pessoas ao redor. “As pessoas olham e dão palpites incertos, dizendo que conhecem crianças que tiveram as pernas assim e que melhoraram sozinhas, como se a situação fosse se resolver do dia para a noite”, afirma. Segundo ela, o acompanhamento médico tem sido importante não apenas para o tratamento, mas também para trazer segurança à família.

A principal orientação recebida pela mãe foi ter paciência e confiar no processo. “Me disseram para confiar no tempo, porque as pernas podem voltar ao normal sozinhas. Caso isso não aconteça, será feita a cirurgia”, explica. Mais do que a correção física, Nathália deseja poupar a filha de situações dolorosas no futuro. “Minha expectativa é a melhora do genu varo para que minha menina não precise passar por olhares maldosos e comentários inapropriados.”

Doença

O ortopedista Cláudio Dorna explica que as deformidades nos joelhos durante a infância são relativamente comuns, mas exigem atenção para evitar consequências graves ao longo da vida. “Quando tratadas da forma e na idade adequadas, essas crianças podem evitar problemas que eventualmente teriam lá pelos 40, 50, 60 anos”, afirma.

O especialista explica que o principal objetivo da iniciativa é conscientizar as famílias sobre a importância do diagnóstico precoce e do acompanhamento correto. O hospital realiza esse tipo de atendimento há anos, mas o projeto busca ampliar a conscientização da população sobre o tema. “A ideia é principalmente tentar alertar a população, orientar que temos disponibilidade de tratamento aqui no hospital e buscar justamente a prevenção”, diz.

A procura pelo atendimento, segundo Dorna, é espontânea e pode ser feita diretamente pela plataforma da Rede Sarah (<https://www.sarah.br>). “Todos podem fazer sua inscrição para atendimento, e o agendamento é realizado de acordo com a demanda”, explica. Atualmente, o especialista afirma atender cerca de 60 pacientes por semana, em um trabalho que envolve uma equipe de 15 profissionais da área. “Quando começa a atrapalhar o desenvolvimento e as atividades da criança, é sempre um sinal de que precisa buscar atendimento”, conclui.



Escaneie o QR Code para marcar a primeira consulta

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Produção musical

A Caixa Cultural Brasília oferece, de 19 a 22 de maio, o curso Técnicas Introdutórias em Produção Musical. Iniciantes e interessados podem explorar o universo da criação sonora digital de forma prática, acessível e descomplicada. A atividade propõe um primeiro contato com ferramentas tecnológicas de produção, aproximando os participantes das múltiplas possibilidades criativas do som na contemporaneidade. Os encontros ocorrem às 19h e a turma é única. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site caixacultural.gov.br.

Matemática antirracista

O Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (Avamec) oferece, em sua plataforma virtual, o curso Matemática Antirracista para Docentes. A formação busca provocar reflexões e oferecer subsídios teórico-práticos para que professores compreendam a matemática como uma construção social, histórica e cultural, rompendo com a ideia de neutralidade científica e reconhecendo seu papel nas dinâmicas sociais contemporâneas. Organizado em três módulos, o curso aborda o papel da matemática na superação de desigualdades, analisando como o conhecimento matemático se articula às dimensões sociais, econômicas e políticas, e como pode contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas à equidade. As inscrições podem ser feitas no site avamec.mec.gov.br.

OUTROS

Musicalização infantil

No próximo sábado, o Boulevard Shopping Brasília oferece um projeto gratuito de musicalização infantil com a banda Matrakaberta. Durante a tarde, das 14h às 16h, as crianças poderão experimentar cantigas de roda, brincadeiras musicais, jogos rítmicos, contação de histórias com Nyedja Gennari e momentos de criação coletiva. O repertório mistura músicas populares e releituras infantis da MPB, do rock e do pop, estimulando, de forma lúdica, a percepção auditiva, a coordenação motora, a memória e a criatividade. A programação será no piso 1 e a classificação indicativa é livre.

Exposição

Entre traços e tramas: na tessitura do tempo, exposição inaugu-

Desligamentos programados de energia

» SOBRADINHO

Horário: 10h às 16h
Local: DF 205, KM 05, KM 06 e KM 07
Serviço: poda de Árvores

» GAMA

Horário: 9h às 11h
Local: QI 05 e QI 06
Serviço: melhoria e modernização da rede elétrica

ral de Maurício Rolo, está aberta para visitação gratuita até 14 de junho, na Galeria Anexo do Museu Nacional da República. A mostra discute a percepção espaço-temporal, por meio de composições geométricas e abstratas, colagens, pinturas, desenhos e fotografias. São mais de 100 obras que revelam o olhar do artista e apuro técnico ao transitar por diferentes estilos de pinturas feitas com canetas fineliners e brush, guache e colagens em papel-cartão. De terça a domingo, das 9h às 18h30. Classificação livre.

Alceu Valença

O Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) apresenta, até 17 de maio, a exposição *Alceu 80 Girassóis*. A mostra faz parte do projeto homônimo que celebra as oito décadas de vida de Alceu Valença. Unindo registros fotográficos do artista desde a infância, projeções e bastidores da turnê 2026, a exposição propõe uma imersão no universo do menestrel de Pernambuco. A visitação é de terça a domingo, das 9h às 21h. Classificação indicativa livre. A entrada é gratuita e os ingressos devem ser retirados pelo site ccbb.com.br/brasil ou na bilheteria física.

Pintura e escultura

Em celebração ao centenário de nascimento do artista português-brasileiro Antônio Poteiro, a Caixa Cultural Brasília apresenta a exposição *Antônio Poteiro — A luz inaudita do cerrado*. São mais de 50 obras, entre pinturas e esculturas produzidas desde a década de 1970. A mostra revela o universo visual singular do artista, marcado por cores vibrantes, narrativas populares, religiosidade e cenas do cotidiano. Até 21 de junho, de terça a domingo, das 9h às 21h, com entrada gratuita.

Convenção tecnológica

Até 30 de maio, o Sesi Lab é a casa da 4ª Residência Artística Meu Lugar. O evento tem como objetivo democratizar o acesso à profissionalização, fomentar a inovação na cena local e criar pontes duradouras entre interessados em arte e tecnologia, como TI, vídeo 360°, realidade virtual, metaverso, IA e programação, além de linguagens e territórios. Para isso, o projeto fornece experiências em ferramentas como coreocinegrafia, dança 3D, audiovisual expandido e afrofuturismo como prática de resistência cultural. As atividades são gratuitas, com acessibilidade em Libras. Mais informações e inscrições em @nucleodepesquisadacena.

Atendimento psicológico

O Parque Bosque do Sudoeste oferece atendimento psicológico gratuito, reforçando a importância do cuidado com a saúde mental e do acolhimento comunitário. Os atendimentos ocorrem às quartas-feiras, das 9h às 12h, em um ambiente ao ar livre, tranquilo e integrado à natureza, e são realizados pelo psicólogo e psicanalista clínico Dr. Isinaldo. Para participar, é necessário agendar previamente pelo telefone (61) 99977-2255.

Fotografia

A fotógrafa Ana Lima está com a exposição *Faces* em cartaz no Museu dos Correios, até 14 de junho, das 9h às 17h, com entrada franca. São fotografias e relatos de pessoas que usam o único banheiro público do Setor Comercial Sul, espaço que atende pessoas em situação de vulnerabilidade, pessoas em situação de rua e trabalhadores ambulantes. A mostra dá voz aos 11 protagonistas escolhidos pela fotógrafa por meio de depoimentos em áudio acessíveis por QR Code.

Contação de histórias

Até 18 de maio, a Caravana de Histórias percorre o Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Guará e Taguatinga. O projeto gratuito, voltado a crianças de 4 a 11 anos, passa por unidades públicas de ensino, incluindo creches e escolas classe. Realizada pelo Instituto Latinoamerica, em parceria com o Ministério da Cultura, com produção da Deu Certo Produções e apoio da Associação Amigos da História, a programação envolve contação de histórias, cantigas de roda e brincadeiras.

Autorização para vaga especial

Divtran I - Plano Piloto
SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h
Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran
Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte
Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle
Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF

Isto é Brasília

Ed Alves/CB/D.A Press



Pirâmide

O Templo da Boa Vontade (TBV) é um dos monumentos mais visitados de Brasília. Erguido em formato de pirâmide, com sete faces, ostenta um cristal de aproximadamente 21kg. O quartzo filtra a luz do sol para o interior da Nave, que possui uma espiral com sete voltas, onde os visitantes caminham para meditar e renovar energias. A pedra foi encontrada em Cristalina (GO) e instalada poucos meses antes da inauguração do espaço ecumênico, em 21 de outubro de 1989. A Nave fica aberta 24 horas, todos os dias.

Poste sua foto com a hashtag #istoebrasiliacb e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos

#istoebrasiliacb

» Destaques

Artejovem

- Após passar por Sobradinho e Plano Piloto, o projeto EducArte na Praça chega a Brazlândia para o 4ª edição. Concebido e coordenado pela professora Cléria Costa, com realização da Casa de Cultura Telar, o EducArte na Praça transforma bibliotecas públicas e escolares-comunitárias em espaços vivos de encontro, escuta e criação artística, aproximando diferentes públicos do universo da leitura, da oralidade e da imaginação. De 19 a 21 de maio, a Biblioteca Escolar Comunitária Érico Veríssimo (Setor Sul, Área Especial 3/4 A) recebe uma programação gratuita que reúne cultura urbana, literatura, música e artes cênicas. Os espetáculos têm entrada franca e são abertos ao público.

Bienal

- A mostra itinerante da 36ª Bienal de São Paulo está em cartaz no Museu Nacional da República até 31 de maio. A exposição apresenta um recorte da edição realizada em São Paulo, cujo tema, *Nem todo viandante anda estradas — Da humanidade como prática*, propõe reflexões sobre convivência, diversidade e relações humanas. Visitação de quinta a domingo, das 9h às 18h30, com entrada gratuita.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

(61) 99256.3846

/correiobrasiliense

@correio.braziliense

@correio

@correio.braziliense

Quem quiser fazer sugestões ao Correio pode usar o canal de interação com a redação do jornal por meio do WhatsApp. Com o programa instalado em um smartphone, adicione o telefone à sua lista de contatos.

O tempo em Brasília

Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.

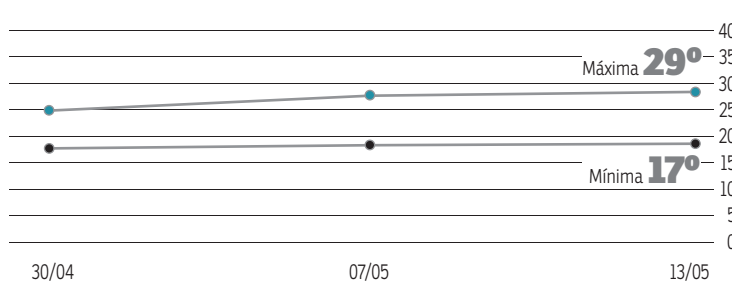


Umidade relativa

Máxima **89%**

Mínima **41%**

A temperatura



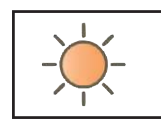
O sol

Nascente

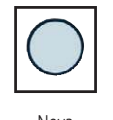
6h25

Poente

17h50



A lua



Cheia

31/5

Minguante

8/6

Nova

16/5

Crescente

23/5



grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

LAGO SUL

SOM ALTO

O morador do Lago Sul Victor Portugal reclama de som alto próximo à região do SHS QI 7, Conjunto 4. "Todo dia fazem uma festa diferente em horários muito inconvenientes. Como as casas são coladas, atrapalha a vida de todo mundo por perto. Sei que muitos moradores reclamam e precisam fazer algo, logo", afirma.

- » O Instituto Brasília Ambiental (Ibram-DF) informa que não há registro, no órgão, de reclamações no endereço apontado. O canal oficial para denúncias é o site ParticipaDF ou o telefone 162. O Ibram-DF afirma que serão feitas vistorias a fim de identificar a fonte emissora do barulho e se realmente se trata de poluição sonora.



PLANALTINA

FALTA DE SINALIZAÇÃO

Bira Assis, morador de Planaltina, queixa-se da falta de sinalização para os quebra-molas na quadra 6 do Buritis 1, perto da última ponte que dá acesso ao terminal rodoviário de Arapongas. "Eu me preocupo porque o fluxo de veículos leves e pesados tem aumentado na área, devido à abertura do trecho que liga a BR 020 à Vila Buritis", explica.

- » O Departamento de Trânsito do Distrito Federal informa que, para solicitar a implantação de sinalização viária, é necessário registrar pedido no setor de Protocolo do Detran-DF; nas unidades da 913 Sul ou de Taguatinga (Setor de Indústrias Gráficas de Taguatinga AE 02). As demandas também podem ser registradas diretamente na administração regional, que encaminhará a solicitação ao Detran-DF para avaliação, ou, ainda, pela Ouvidoria, por meio do telefone 162. Após a análise da área técnica, será emitido parecer sobre a viabilidade da solicitação. O acompanhamento do pedido pode ser feito junto ao Protocolo do Detran-DF ou pelo telefone 154.

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176



Como bom italiano inspirado por Baresi e Maldini, Carlo Ancelotti preza pela segurança e indica ter encontrado estabilidade após a Seleção Brasileira experimentar 12 zagueiros diferentes nas 35 partidas do ciclo para a Copa

A arte da defesa

VICTOR PARRINI

Carlo Michelangelo Ancelotti é um bon vivant. As experiências pelos principais clubes de Itália, Inglaterra, França, Espanha e Alemanha contribuíram para moldar preferências sofisticadas. Aprecia boa gastronomia, como a do restaurante Mocellin, no Rio. Escuta Elton John, especialmente *Rocket Man*. Quando possível, prende-se à telona para rever clássicos como *O Poderoso Chefão* e reserva tempo para admirar belas paisagens, entre elas a vista do Cristo Redentor e a da Montanha Grouse, em Vancouver. Claro, há também o apreço pelo futebol de alta classe.

Tantos anos no esporte fizeram o treinador da Seleção Brasileira criar um gosto refinado por zagueiros. Nos tempos de meio-campista, acostumou-se a ter ao lado dois gênios da posição, Franco Baresi e Paolo Maldini. Quando pendurou as chuteiras e se reinventou como treinador, transformou a obsessão em hábito e sempre fez questão de um xerifão de confiança, caso de Alessandro Nesta, John Terry, Sergio Ramos, Fabio Cannavaro e outros. Como bom italiano, entende que ataques encantam, mas taças frequentemente nascem da organização na retaguarda. É justamente esse equilíbrio que indica ter encontrado.

Do início da caminhada para a Copa do Mundo de 2026, em 25 de março de 2023, até a vitória no amistoso contra a Croácia na última Data Fifa, a Seleção utilizou 12 zagueiros — Alessandro Ribeiro, Bremer, Éder Militão, Fabrício Bruno, Gabriel Magalhães, Léo Ortiz, Léo Pereira, Lucas Beraldo, Marquinhos, Murillo, Nino e Roger Ibañez —, bancados por Ramon Menezes, Fernando Diniz e Dorival Júnior, antes de Ancelotti. É o segundo setor com mais jogadores experimentados após o fim melancólico em 2022. Eles formaram 12 duplas diferentes nos 35 jogos dos últimos três anos e permitiram 43 gols sofridos.

Ramon Menezes começou com Ibañez e Militão e repetiu duas vezes a dupla formada por Militão e Marquinhos. Diniz encontrou uma convicção que atravessou o ciclo e inspirou Ancelotti. Em todas as seis partidas à frente da Amarelinha, Diniz escalou Marquinhos e Gabriel Magalhães, hoje considerados os favoritos para iniciar a Copa e também a parceria mais utilizada do período, com 15 jogos juntos e 14 gols sofridos.

Ancelotti utilizou sete combinações diferentes em 10 partidas e transformou Marquinhos no eixo da linha de quatro. O capitão apareceu em metade das duplas testadas e consolidou Gabriel Magalhães como parceiro preferencial. Mas o técnico italiano ampliou o leque de alternativas



ao experimentar perfis distintos, como a imposição física de Bremer, a qualidade na saída de bola de Léo Pereira, a construção de Beraldo e a agressividade de Alessandro.

Marquinhos virou o principal rosto da defesa no ciclo. Esteve presente em 25 dos 35 jogos e acompanha uma lenta evolução defensiva da equipe. Em

2023, a meta brasileira foi vazada 14 vezes em nove partidas. No ano seguinte, sofreu 16 gols, mas em 14 jogos. Em 2025, foram 10 bolas na rede em 10 exibições. Nos amistosos de 2026, a Seleção sofreu mais três em duas exibições.

A zaga não tira o sono de Ancelotti. Marquinhos e Gabriel Magalhães estão garantidos. Ibañez agrada pela

possibilidade de atuar como lateral. Léo Pereira ganhou pontos. Bremer ainda sonha com espaço. Campeão sob o comando de Ancelotti no PSG e um dos afetos dos tempos de Milan, Thiago Silva segue no radar pela liderança e experiência.

A história das Copas remete a grandes defensores. Desde o

uruguaio José Nasazzi, em 1930, xerifões aparecem repetidamente entre os capitães campeões. Entraram para o Olimpo da bola os brasileiros Bellini (1958) e Mauro Ramos (1962), o inglês Bobby Moore (1966), o alemão Beckenbauer (1974), o argentino Passarella (1978) e o italiano Cannavaro (2006).

Cinco perguntas para...

RICARDO ROCHA, zagueiro de duas Copas do Mundo e tetracampeão em 1994

Doze zagueiros utilizados no ciclo é muito?

É como nas laterais. Sabe qual é o maior problema do Brasil? Os jogadores envelheceram. Thiago Silva e vários outros chegaram a uma idade em que a transição precisa acontecer, mas, independentemente de convocar 12 ou mais jogadores ao longo do ciclo, você precisa pensar na transição. O Ancelotti tem uma base formada. Marquinhos, Gabriel Magalhães, Bremer e Léo Pereira são nomes muito bem cotados para ir à Copa.

Talvez, exista espaço para uma surpresa, como levar um quinto zagueiro mais experiente, caso do Thiago Silva. Não sei o que passa pela cabeça dele, mas pode acontecer.

Pecamos em não testar sistema com três zagueiros?

Não acho que seja problema. Isso precisa ser trabalhado antes. Isso exige treino e convicção do treinador. Se ele não pretende usar, não faz sentido forçar.

O perfil do nosso zagueiro brigador mudou?

Mudou para o zagueiro, para o lateral e, principalmente, para o goleiro. Hoje, exige-se muito mais qualidade para sair jogando. O goleiro participa da construção com os pés, os zagueiros precisam iniciar jogadas. Isso mudou bastante no futebol mundial. Muito dessa transformação passa pelo Guardiola, que revolucionou essa saída de bola desde os tempos de Bayern de Munique.

Qual é a sua dupla titular?

Marquinhos e Gabriel Magalhães. Não significa que os outros não possam jogar, mas acho que ele deve começar com os dois. E Copa do Mundo muda muita coisa. Em 1994, a dupla titular era eu e Ricardo Gomes. O Ricardo se machucou uma semana antes da Copa. Depois, eu me machuquei no primeiro jogo. Entrou o Aldair e foi muito bem. O Brasil tem bons zagueiros.

Você citou Thiago Silva. Ele estaria na sua lista?

Eu o levaria. Na minha cabeça, eu também levaria o Neymar. E ainda chamaria um jogador que nem está na lista dos 55, que é o goleiro Fábio. Mas, entre os nomes que estão aí, eu levaria Thiago Silva e Neymar pela liderança e experiência.

Como foi o ciclo

Jogo 13

12/6/2024
Amistoso
Estados Unidos 1 x 1 Brasil
Gol: Rodrygo



Técnico: Dorival Júnior (4-3-3)

Jogo 14

24/6/2024
Copa América (fase de grupos)
Brasil 0 x 0 Costa Rica



Técnico: Dorival Júnior (4-3-3)

Jogo 15

28/6/2024
Copa América (fase de grupos)
Paraguai 1 x 4 Brasil
Gols: Lucas Paquetá, Vinicius Junior (duas vezes) e Savinho



Técnico: Dorival Júnior (4-3-3)

Jogo 16

2/7/2024
Copa América (fase de grupos)
Brasil 1 x 1 Colômbia
Gol: Raphinha



Técnico: Dorival Júnior (4-3-3)

Jogo 17

6/7/2024
Copa América (quartas de final)
Uruguai 0 (4) x 0 (2) Brasil



Técnico: Dorival Júnior (4-3-3)

Jogo 18

6/9/2024
Eliminatórias
Brasil 1 x 0 Equador
Gol: Rodrygo



Técnico: Dorival Júnior (4-3-3)

ESPORTES

BASQUETE

Flamengo derrota o Brasília por 96 x 88, frustra primeira tentativa do time do DF de volta à semi e adia sonho para amanhã

Clássico avança ao quinto jogo

LUCAS ALARCÃO*

O Flamengo venceu o Brasília Basquete ontem por 96 x 88 no Ginásio Nilson Nelson. A partida foi válida pelo jogo quatro das quartas de final do Novo Basquete Brasil (NBB). Com a vitória, os rubro-negros empataram a série em 2 x 2. O duelo decisivo será na capital federal, amanhã, às 20h30. O sobrevivente encara Franca ou Mogi nas semifinais. O confronto bateu recorde de público na temporada: 11.637 presentes em uma grande festa nas arquibancadas.

O cestinha da partida foi o ala-pívô do Flamengo Terrell Cummings com 20 pontos. Do lado do Brasília, quem mais marcou foi o ala-armador Kevin Crescenzi, com 18 anotados. "Acredito que perdemos esse jogo no primeiro tempo. No jogo três, a gente entrou no intervalo com 30 pontos de volume abaixo deles e você tem que ter um aproveitamento muito alto no segundo tempo para ganhar. Então, eu acho que o segredo é cuidar da bola", afirmou Crescenzi em entrevista ao **Correio Braziliense**.

A bola subiu para o jogo quatro das quartas de final do NBB e o

Minervino Junior/CB/D.A Press



Brunão enterra no Nilson Nelson no começo da partida de ontem: 11.637 empurraram os time em público recorde

Ginásio Nilson Nelson se transformou em um verdadeiro caldeirão. As arquibancadas ditaram o ritmo e as torcidas explodiram a cada cesta. Em busca da sonhada semifinal, os extraterrestres perderam o primeiro tempo por 49 x 42.

Após a volta do intervalo, o Brasília corrigiu falhas e buscou a virada, fazendo as arquibancadas

pulsarem. A proximidade no placar trouxe tensão ao jogo, mas o Flamengo respondia com precisão cirúrgica do perímetro. A expulsão de Negrete, armador dos rubro-negros, após a terceira falta técnica, parecia abrir caminho para o Brasília, especialmente com o brilho de Buiú no terceiro quarto. Contudo, a vantagem construída pelo

Flamengo se manteve sólida, garantindo o triunfo carioca na parcial por 74 x 69. No último, o Flamengo matou qualquer esperança do Brasília de vencer a partida. O jogo terminou com vitória dos do Flamengo por 96 x 88.

* Estagiário sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

COPA DO BRASIL

Últimas seis vagas em jogo para as oitavas

A quinta fase da Copa do Brasil termina hoje. Seis partidas definirão quem continua na briga pelo título mais democrático do País.

O Botafogo abre a jornada às 18h, visitando a Chapecoense na Arena Condá. Com o 1 x 0 conquistado no Rio, o time carioca joga pelo empate. O cenário se repete às 21h30 para o Flamengo, que encara o Vitória no Barradão após vencer por 2 x 1, no Rio.

O Grêmio desembarca em Aracaju confortável. Às 19h, o time gaúcho enfrenta o Confiança-SE no Batistão podendo perder por até um gol de diferença, graças ao triunfo por 2 x 0 em Porto Alegre. No mesmo horário, o Fortaleza tenta sustentar a vantagem de 2 x 1 contra o CRB, em Maceió.

O Corinthians recebe o Barra-SC às 19h30. Após vencer por 1 x 0 em Santa Catarina, o time paulista precisa apenas de um empate em Itaquera para avançar. Em Goiânia, o Atlético-GO receberá o Athletico-PR, às 19h. Houve empate no primeiro duelo.

VASCO

O Vasco sofreu mais do que imaginava, mas confirmou a classificação às oitavas de final da Copa do Brasil. Ontem, em São Januário, o time carioca empatou por 2 x 2 com o Paysandu e avançou graças à vitória por 2 x 0 na ida. Mesmo com uma equipe recheada de reservas, o cruzmaltino chegou a abrir dois gols de vantagem.

SÃO PAULO

O São Paulo escreveu, ontem, mais um capítulo dramático da temporada. No Estádio Alfredo Jaconi, em Caxias do Sul, o tricolor teve uma atuação contestável, limitada por uma expulsão relâmpago de Ferreirinha, e se despediu na quinta fase da Copa do Brasil, com uma derrota por 3 x 1. Roger Machado foi demitido.

SANTOS

A menos de uma semana da convocação para a Copa do Mundo, Neymar deu assistência na vitória do Santos contra o Coritiba, por 2 x 0, no Estádio Couto Pereira, em Curitiba, e se classificou às oitavas de final da Copa do Brasil. O próximo adversário santista será conhecido no sorteio da Confederação Brasileira de Futebol.

REMO

O Remo confirmou a classificação às oitavas de final da Copa do Brasil com mais uma vitória contra o Bahia. Ontem, no Mangueirão, o azulino evitou as tentativas de pressão do tricolor e ganhou por 2 x 1. Patrick e Picco marcaram para os donos da casa. Erick descontou. Na ida, a equipe paraense triunfou por 3 x 1.

ATLÉTICO-MG

O Atlético-MG sofreu, mas conquistou a classificação contra o Ceará. Com um a menos desde o primeiro tempo, o Galo perdeu no tempo regulamentar, por 2 x 1. Alex Silva e Everson (contra) marcaram para os cearenses. Aos 45, Kauã Pascini descontou. Antes vilão, Everson pegou dois pênaltis, guardou um e garantiu o 4 x 2.

PALMEIRAS

Sem sustos, o Palmeiras aplicou uma goleada na Jacuipense e se classificou às oitavas de final da Copa do Brasil. Ontem, o alviverde ganhou por 4 x 1, no Estádio do Café, em Londrina. Os gols foram de Maurício, Felipe Anderson, Belé, Luighi e Vicente. No Maião, o Mirassol avançou ao bater o Bragantino, por 2 x 1.

TAGUATINGA 68 ANOS

Taguatinga é o berço histórico, o coração pulsante e a força motriz que ajudou a construir a identidade do Distrito Federal.

Uma cidade que carrega tradição, pulsa com um comércio vibrante e abriga uma comunidade que valoriza suas raízes ao mesmo tempo em que se reinventa todos os dias.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília apresentam um projeto exclusivo para gerar uma conexão única entre as marcas e um público qualificado, dinâmico e em constante movimento



Entre em contato com nosso comercial!

Associe sua marca a um dos projetos mais estratégicos do DF.

Realização:
CORREIO BRAZILIENSE

Promoção:
CB Brands
ESTUDIO DE CONTEÚDO

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio em conjunção superior ao Sol. Dedicar algumas horas de hoje a te debruçar intelectualmente sobre esses problemas difíceis para os quais não encontraste solução, porque agora é provável que enxergues tudo com mais sabedoria e serenidade. Evita o temor de enfrentar teus problemas, porque nem sempre o medo é uma profecia de que algo errado aconteceria, ele também é a medida da intensidade de uma experiência em que tua alma se envolva. Por isso, não posso te garantir que não sentirás medo, o que posso te garantir é que, se não temes o medo e o deixas conversar um pouco com tua consciência, muito provavelmente te servirá para encontrar uma resposta sábia para teus problemas difíceis. Nada é simples na experiência humana, mas isso não significa que devamos sofrer o tempo inteiro, pois, há também alegria para desfrutar.



ÁRIES
21/03 a 20/04

Cuide bem de você, não apenas porque você é a única pessoa que conhece bem suas necessidades, como também para se preparar para tudo que vem vindo por aí e que vai precisar de você com saúde e muita boa vontade.



TOURO
21/04 a 20/05

Procure atuar com clareza, para que todas as pessoas entendam seus movimentos. Agora não é hora apropriada para fazer mistério nem tampouco guardar segredo sobre suas pretensões. Agora é hora de se expressar.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

Os sorrisos afáveis e a simpatia são boas condições que amenizam os relacionamentos, porém, você já deveria saber, por experiência, que em muitos casos há sorrisos e simpatias fingidas. Isso é algo para se tomar cuidado.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Essas pessoas que circulam pela sua vida agora, trazem informações que enriquecem a alma, mas que, ao mesmo tempo, produzem questionamentos, porque derrubam os convencimentos aos quais tinha se acostumado.



LEÃO
22/07 a 22/08

Fazendo o certo, seguindo pela linha da retidão, ainda que não seja possível garantir a vitória absoluta, pelo menos você terá dado o exemplo de que é possível administrar tudo com sabedoria. Esse é um patrimônio.



VIRGEM
23/08 a 22/09

As boas e as más pessoas circulam por aí misturadas, portanto, é melhor continuar socializando ciente disso e aproveitar para exercitar o discernimento, função mental capaz de distinguir umas e outras pessoas. É assim.



LIBRA
23/09 a 22/10

Acerte os riscos e aposte alto no seu futuro, porque mesmo que os resultados não venham a ser tão bons quanto imaginados, no mínimo você ganhará a experiência de se perceber jogando alto apesar do medo nas entranhas.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Faça a experiência de abrir mão de sua necessidade de controle e liderança, outorgando essas condições às pessoas com que você se relaciona e que representam aquilo que é desejável acontecer. Em frente com isso.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

As complicações não são necessariamente um sinal de que se deva corrigir o rumo das coisas, ao contrário. As complicações surgem justamente porque o caminho está correto, e tudo segue de acordo aos planos.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Você está no lugar certo, mesmo que não seja do seu total agrado. Por que é o lugar certo? Porque por esse circulam as pessoas com que você pode estabelecer laços de cooperação que vão facilitar muito a sua vida.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Quando a alma se sente segura e confortável no ambiente em que passa uma boa parte do tempo, tudo o mais tende a ser visto com bastante alegria. Procure, por isso, investir o tempo necessário para arrumar o ambiente.



PEIXES
20/02 a 20/03

Preserve a lucidez diante de tudo que anda acontecendo, porque se você se deixar levar pela ansiedade e o mau humor, as coisas que poderiam ser solucionadas com relativa facilidade se tornariam difíceis de administrar.

MÚSICA

Canções de outra era

Divulgação/Um Pra Filmes



Dillo, que iniciou carreira em Taguatinga, reflete sobre a digitalização das relações em novo álbum

» JOÃO PEDRO ALVES*

No novo disco do compositor taguatinguense Dillo, um mundo “quase paleolítico” ganha forma a partir da lembrança de práticas manuais, trocas de experiência e afetos. Para lançar luz nessas temáticas, o músico decidiu regravar canções de Chico Buarque, Edu Lobo, Nação Zumbi, Zé Ramalho, Sérgio Sampaio, Marisa Monte e Mutantes. O álbum *Desinteligência natural*, que também reúne faixas autorais, foi lançado nas plataformas digitais nesta quinta-feira e vai sair em vinil nos próximos meses.

A ideia, no início, era produzir um disco de interpretações com 15 músicas, mas parte do material selecionado por Dillo teve pendências de direitos autorais. A solução foi compor e assim surgiu, por exemplo, a faixa-título, feita em parceria com Curumin. “Eu não diria que é uma provocação ao estado atual das coisas, mas uma reflexão para onde estamos caminhando. A troca da experiência humana, que tem nossos sentidos como protagonistas das ações, estão sendo substituídos por biometria, leitura de QR code”, afirma Dillo.

Outras canções do disco refletem, de alguma forma, essa preocupação do resgate da humanidade comum. Entre elas, estão *Um sonho*, da Nação Zumbi, *Ode aos Ratos*, de Chico Buarque e Edu Lobo

e *Eu quero é botar meu bloco na rua*, de Sérgio Sampaio. “O critério usado para a escolha desse repertório foi detectar músicas que tivessem histórias desvinculadas de tecnologias recentes, que falassem de chuva, tempestade de areia, carpintaria”, comenta Dillo.

O sotaque musical nordestino é a marca dessas versões, com identidade sonora que mistura sanfona e guitarra. “Penso que essas interpretações carregam essas características do experimentalismo, da combinação de estéticas sonoras. É uma fusão entre Luiz Gonzaga e Jeff Beck”, completa o compositor taguatinguense.

O álbum foi gravado em Brasília e São Paulo, onde Dillo mora hoje. Foi ali que nasceu a parceria com Arnaldo Baptista na música *Balada para Alexa*, que encerra o disco. Apesar da distância, a capital do país permanece instalada nas propostas estéticas desenvolvidas por Dillo. “Brasília é a liga entre o que eu sou, de onde eu vim, e para onde eu vou.”

SERVIÇO

Álbum *Desinteligência natural*, de Dillo, disponível nas plataformas digitais.

*Estagiário sob supervisão de Severino Francisco

CRUZADAS

Serviço feito a distância	Soberba	(?) súbito, efeito de quadros de desidratação		Doença transmitida pelo carrapato	Stock (?), modalidade de automobilismo	Visão apreciada em mirantes
		Próprio de sonhos	Principal ingrediente do quindim			
				Que tem vínculo		
				Saldada a dívida		
Dispositivo conversor de energia solar		Prefixo de "impopular" (Gram.)		Forma de texto organizado em parágrafos		
					Duplicidade de sentido (Gram.)	(?) - moscada, tempero de purês
Pessoa tagarela (pop.)			Rio de rituais hindus			
Base das decisões do juiz			Motivam as ações do egoísta			
A hora decisiva		Árvore da extração da cânfora		A Região do Pará (Geog.)		
		Lírio				
				Maior conceito dado ao estudante		Viagem, em inglês
Lavrador emigrante			Decepção			"(?) Devoro", sucesso de Djavan
"Rico (?) à toa" (dito)			Dígrafo de "quina"			
Peça teatral de curta duração				Mentor espiritual de elevado conhecimento		
Ponto onde se coloca o cinto		A expressão típica do Seu Saraiva (TV)	Tronco; linhagem	(?) Mata Atlântica, ONG ambiental	Equivalência a 1.000 kg (símbolo)	Instância profunda da psique (Psican.)
			Nitrogênio (símbolo)			
Estirados; retesados				"(?) Uma Estrela", filme com Lady Gaga		Comunicação de Acidente de Trabalho (sigla)
			Dudu Nobre, sambista carioca	Espécie de peneira		
Rima usual para "amor"	Ideia, em inglês				Botão sintonizador de antigos rádios	
	Aspecto da água limpa					

BANCO 3/car — sin. 4/diál — idea — tífo — trip. 7/estripe — onríco. 11/amígnidade. 44

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

C	P	G	P
D	O	M	C
A	L	F	A
E	M	U	R
T	A	P	A
G	A	R	O
S	G	A	N
B	E	A	R
I	L	H	A
E	N	E	O
T	U	D	O
V	I	M	E
R	A	S	T
B	A	C	A

SUDOKU DE ONTEM

1	8	3	2	6	7	4	5	9
9	6	5	8	4	1	2	3	7
4	7	2	3	5	9	8	6	1
7	5	1	4	9	3	6	2	8
8	4	6	1	7	2	5	9	3
3	2	9	5	8	6	7	1	4
2	3	8	7	1	5	9	4	6
5	9	4	6	3	8	1	7	2
6	1	7	9	2	4	3	8	5

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Assine nosso site!

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

SEDE

a garganta seca no meio da noite como eterna ressaca, denuncia uma constante sede de mundo um clima estranho chegando em Brasília

às três da manhã, um negócio no peito urgente: realizar grandes feitos voar sumir escrever mil livros no instante de um gole d'água

Maira Valério

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

	3		9		5		7	
			2					
1	9			6				8
						1		
		2			7	4	6	
6				8				
5					3		2	
		3		4				5
		7						

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

Em filme que mescla ficção e documentário, **Fábio Meira** traz para a cena a arte circense em diálogo com o processos de fazer cinema no Brasil

» NAHIMA MACIEL

A ideia era escrever um roteiro sobre uma trupe de circo que viajava pelo país. recém-formado na Escola de Cinema de Cuba, para a qual foi levado por Ruy Guerra, o goiano Fábio Meira pensou que escrevia o primeiro filme naquele 2007 em que acabava de voltar ao Brasil. Era, na verdade, o terceiro. Foi preciso passar pela experiência de *As duas Irenes e Tia Virginia*, além da assistência de direção em *Veneno da madrugada*, de Guerra, para conseguir dar forma e vida a *Mambembe*, que estreia hoje no Cine Brasília.

O projeto nasceu ainda na escola cubana, mas foi em 2010 que Meira montou uma caravana com amigos estrangeiros que também passaram pela formação em Havana e saiu pelo Brasil para filmar as primeiras imagens. Convidou o ator Murilo Grossi para viver um dos protagonistas, um topógrafo que conhece três artistas de circo e se encanta com esse universo. Para o papel das personagens, Meira conseguiu trazer para o filme a potiguar *Madona Show* e a contorcionista e trapezista Índia Morena, grande dama do circo pernambucano e considerada Patrimônio Vivo do estado.

As imagens filmadas em 2010 ficaram guardadas e somente nos últimos anos o diretor conseguiu recursos para finalizar o longa, que mudou de forma e acabou por se tornar, segundo Meira, um misto de ficção e documentário sobre fazer cinema. "Fiquei tentando finalizar o filme durante anos, mas não consegui recursos e só agora finalizei. Mas eu não poderia voltar 10 anos depois e seguir a mesma história, porque as atrizes tinham mudado muito, eu também, e resolvi pegar aquela montagem de ficção e transformar em documentário", explica. "É um filme sobre um jovem cineasta tentando fazer um filme. Senti a necessidade de incluir o processo no filme. A vida das atrizes se mistura à vida das personagens e entra na minha própria vida, no meu próprio processo."

Na narrativa criada por Meira, o caminho de um topógrafo vivido pelo brasileiro Murilo Grossi cruza o itinerário de um circo no qual atuam Índia Morena, *Madona Show* e Jéssica, personagem vivida por Dandara Ohana. "É um filme extremamente lírico e belíssimo, um mergulho nesse universo circense através dessas três personagens femininas e um mergulho no universo do próprio diretor, do que foi tentar fazer um filme que não deu certo", explica Grossi. "E ele consegue um resultado de muitas camadas de reflexão sobre a arte, a cultura brasileira, o sertão, o universo circense, sobre nós brasileiros e o que é fazer cinema. O resultado é espetacular."

Para o ator, *Mambembe* também traz para a tela histórias de uma cultura que faz parte da formação da identidade brasileira, mas que pouco recebe atenção e é, muitas vezes, alvo de grande preconceito. Nascido em Brasília e de família mineira e goiana, Grossi tem o circo como parte da paisagem da infância e a cultura cigana, frequentemente berço da arte circense, como referência para a produção popular. "Esse universo cigano circense é um universo com o qual convivi. Quando eu ia para o interior de Goiás ou de Minas Gerais, convivia muito com aquela coisa do circo do interior. Essa presença cigana era muito forte e isso sempre me impressionou muito, primeiro por toda a mítica em torno do universo e depois, o enorme preconceito a respeito disso", conta. "Se a gente parar para pensar, a gênese da arte popular brasileira vem daí, porque a população cigana vem para o Brasil nos primórdios. E eles é que trazem a cultura popular, eles que faziam essa cultura popular de feira na Europa", lembra o ator.

O ambiente circense também sempre fascinou Fábio Meira. Quando criança, na Goiânia dos anos 1980, ele

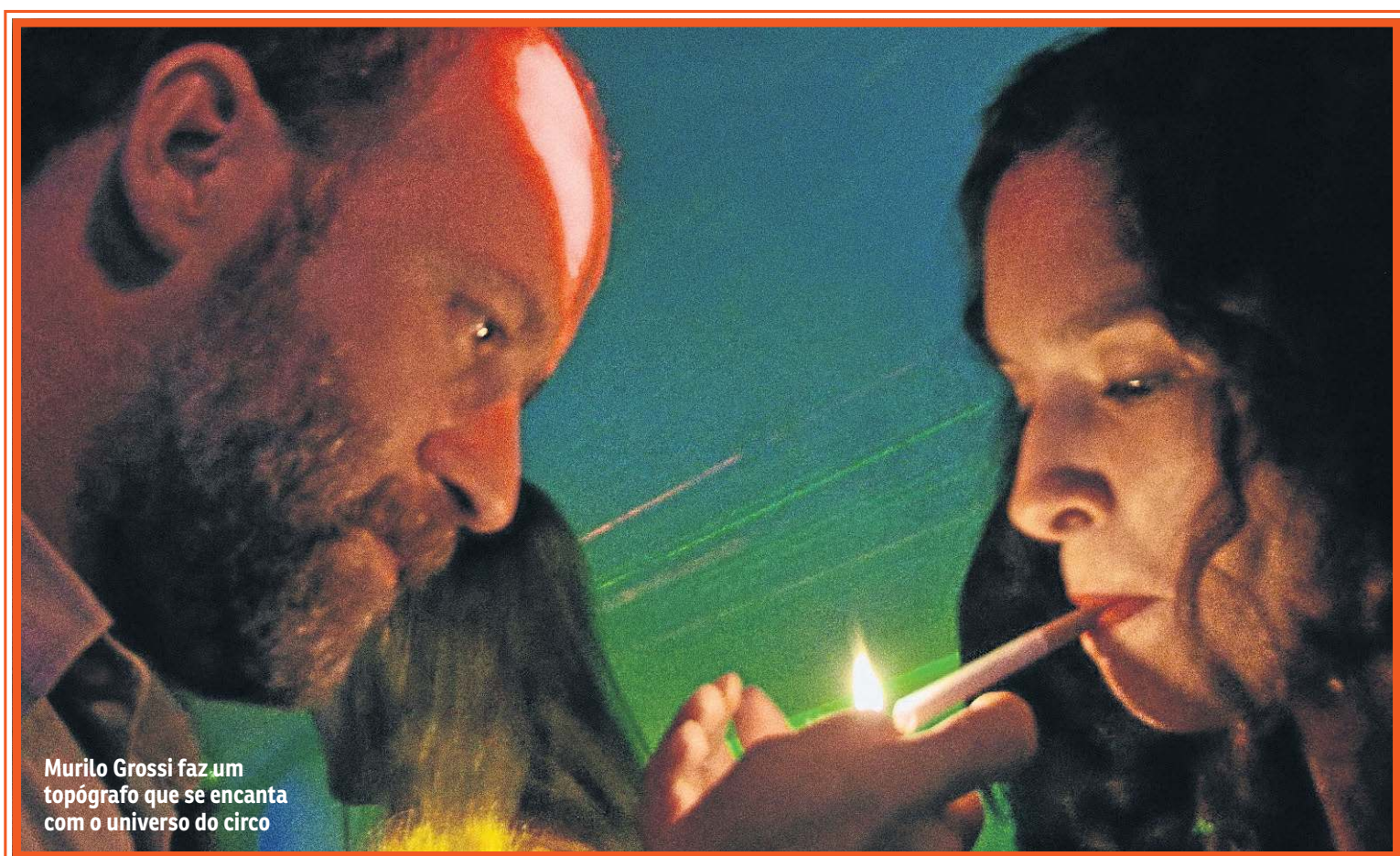
EQUILÍBRIO NO

NO FIO DO LIRISMO

Índia Morena é considerada a grande dama do circo de pernambuco



Fotos: Roseira Filmes 2



Murilo Grossi faz um topógrafo que se encanta com o universo do circo



Roteiro começou como ficção e acabou num misto de documentário e história ficcional



Mambembe conta a história de artistas que vivem da arte circense



Índia Morena, Dandara Ohana e Madona Show atuam no longa



Fábio Meira

gostava de observar as caravanas que se instalavam com a lona em terrenos baldios da cidade e imaginar como eram as vidas dos artistas mambembes, sempre a se deslocar Brasil a fora. "Esse filme tem muito a ver com minha infância em Goiânia. Nós, do Centro-Oeste, viemos de universos mais conservadores e o circo sempre me fascinou. Goiânia era aquela cidade pacata e um terreno baldio, de repente, era ocupado por um circo. Eu ficava observando a vida deles fora do espetáculo e aquilo me fascinava, porque era um lampejo de liberdade. Aquilo dava outra possibilidade de viver a vida, de existir no mundo", lembra o cineasta.

No primeiro roteiro do filme, escrito no início dos anos 2000, as personagens eram diferentes. Meira mudou o rumo da narrativa quando conheceu Índia Morena e Madona Show. "Elas eram tão grandiosas que eu mudei o roteiro inteiro para que elas pudessem caber nele. E me deparei com outro tipo de realidade", conta. "Murilo era único ator profissional daquela filmagem e tinha a função de ajudar a conduzir a história das atrizes, que são fantásticas. Índia Morena é registrada patrimônio vivo de Pernambuco, talvez a artista de circo mais importante do Brasil, e Madona é uma atriz trans de circo, fantástica. A tentativa de um jovem cineasta de fazer o primeiro filme, garante o diretor, tornou-se um filme sobre o artista brasileiro que, apesar de todas as dificuldades, consegue levantar o espetáculo. "Essa sina de ser artista no Brasil, que é muito parecido com o que é nossa vida em cinema e uma trupe de circo", garante Fábio Meira.

MAMBEMBE

Filme de Fábio Meira. Com Índia Morena, Madona Show, Dandara Ohana e Murilo Grossi. Hoje, às 19h, no Cine Brasília (EQS 106/107). Entrada gratuita



A cada 49 segundos, Justiça recebe novo processo de violência doméstica

Maria Eduarda Lavocat

Em 10 anos, a Justiça brasileira recebeu 6.473.967 processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. O número é de uma pesquisa da Predictus, empresa especializada em dados judiciais, que utilizou uma Plataforma de Inteligência Jurídica para analisar ações registradas em 68 tribunais do país, entre Tribunais de Justiça estaduais, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça Militar e Justiça Federal, no período de janeiro de 2016 a fevereiro de 2026.

O levantamento revela um retrato profundo da violência doméstica na Justiça brasileira. Em média, o sistema recebe um novo processo a cada 49,36 segundos. Isso equivale a cerca de 72,9 ações por hora, 1.749 por dia e 52.476 por mês.

Entre 2016 e 2025, o número anual de processos saltou de 475.525 para 780.158, um aumento de 64%. A série histórica revela uma realidade mais complexa do que uma simples explosão da violência. Os dados refletem, ao mesmo tempo, a persistência das agressões, o fortalecimento da capacidade institucional de registrar os casos e uma maior disposição das vítimas para denunciar.

Segundo a advogada doutoranda em direito penal, conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil (Seccional RJ) e voluntária do Grupo de Apoio à Mulher, Fabiana Kuele, políticas públicas implementadas nos últimos anos contribuíram diretamente para o aumento no número de processos. Entre elas, a criminalização de formas de violência antes menos visíveis, como a psicológica e a patrimonial.

Além disso, o investimento em campanhas de conscientização e divulgação em diferentes mídias também teve papel importante ao permitir que mais mulheres reconhecessem a gravidade das agressões e buscassem ajuda. “Muitas vezes, as mulheres que sofriam esse tipo de violência sequer sabiam que estavam em uma situação de violência”, afirma. Ela destaca, ainda, que a digitalização e a desburocratização dos serviços facilitaram o acesso à

Números da violência doméstica

Pesquisa revela mais de 6 milhões de processos em 10 anos e expõe desigualdades regionais, subnotificação e dificuldades para transformar denúncias em condenações

Total de processos (2016–2026)	6.473.967
Medidas protetivas de urgência	3.420.519 (52,8%)
Processos em tramitação	1.798.353 (27,8%)
Processos arquivados (todas as formas)	4.424.261 (68,3%)
Processos com vítima identificada	2.470.167 (38,2%)
Processos digitais	4.834.619 (74,7%)
Processos em segredo de Justiça	2.888.754 (44,6%)
Processos com justiça gratuita	256.984 (4,0%)
Processos com julgamento registrado	1.366.475
Agressores com advogado	607.037 (9,4%)
Valor total das causas	R\$ 2.633.966.117,32

Frequência de distribuição: **1 processo a cada 49,36 segundos**

STATUS DOS PROCESSOS ANALISADOS

Arquivamento definitivo	3.729.845 (57,6%)
Em tramitação	1.798.353 (27,8%)
Arquivamento	672.227 (10,4%)
Suspensão	235.215 (3,6%)
Arquivamento provisório	19.030 (0,3%)
Em grau de recurso	16.079 (0,2%)

denúncia, permitindo o registro de ocorrências por meios eletrônicos, como aplicativos e WhatsApp.

Para a especialista, o crescimento no número de processos indica que o silêncio está sendo rompido e que o Estado passou a intervir em situações historicamente tratadas como assuntos privados, marcados pela ideia de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. O desafio agora, ressalta, é garantir que o aumento das ações judiciais seja acompanhado por respostas rápidas da Justiça e, sobretudo, pela preservação da vida das vítimas.

O recorde registrado em 2025 — com 780.158 processos, o maior número de

toda a série histórica — também pode ser interpretado como um “efeito rebote” diante das transformações sociais recentes, segundo Fabiana. “À medida que as leis tornaram-se mais rígidas e as mulheres passaram a ocupar mais espaços de poder e autonomia, houve, também, uma reação violenta de grupos que se sentem ameaçados por esses avanços”, afirma.

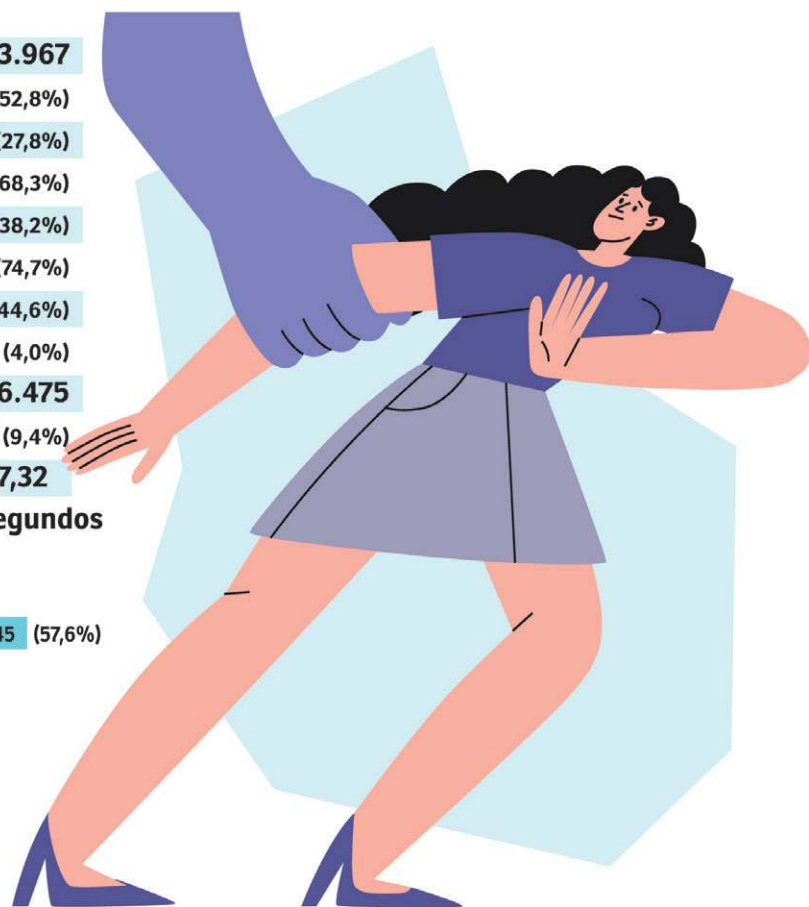
Nem sempre menos é menos

Outro dado que chama atenção é a disparidade entre as unidades da Federação. O Distrito Federal registra 11.957,5 processos por 100 mil habitantes, enquanto o Paraná aparece com 403,3, uma diferença de quase 30 vezes.

À primeira vista, os números podem sugerir que a violência doméstica é muito maior no DF. Mas, segundo a especialista, os dados revelam menos onde a violência acontece e mais onde ela consegue se transformar em boletim de ocorrência, medida protetiva, ação judicial e estatística oficial.

De acordo com Fabiana Kuele, seria “um erro grosseiro” concluir que o Distrito Federal é 30 vezes mais perigoso que o Paraná. Para ela, a discrepância diz mais sobre a eficiência da rede de atendimento e proteção às mulheres do que sobre o grau de violência da população.

Leia mais na página 2





Divulgação



“Se tivéssemos políticas públicas de base mais eficazes, essas mulheres chegariam ao sistema muito antes, ainda na fase da violência psicológica ou patrimonial, antes que a situação se transformasse em uma urgência de vida ou morte”

Fabiana Kuele, advogada e voluntária do Grupo de Apoio à Mulher

Criminalização de formas de violência

A criminalização da violência psicológica em 2021 gerou 28.139 processos. Antes, humilhação sistemática, manipulação e isolamento apareciam diluídos em outras rubricas. A perseguição (stalking), com 32.865 processos, também ganhou nome jurídico — ocupando a zona crítica entre a separação e o agravamento da violência.

Escalada da violência

O feminicídio não surge como assunto principal de forma proporcional à sua relevância. Por ser crime doloso contra a vida e de competência do Tribunal do Júri, ele segue outra lógica de classificação. Mas os dados mostram os degraus que antecedem a morte: 1,2 milhão de ameaças, 1,5 milhão de lesões, 41.158 descumprimentos de medidas protetivas.

registrados em 2025 representam, na verdade, o grito de mulheres que conseguiram superar todas essas barreiras e transformar a violência vivida em denúncia”, afirma.

Urgência

As medidas protetivas de urgência também se destacam na pesquisa. Ao todo, foram registradas 3.420.519 medidas, o equivalente a 52,8% de todos os processos analisados na base. Isso significa que mais da metade da engrenagem judicial mapeada gira em torno de um instrumento criado para interromper o risco antes que ele resulte em lesão grave ou feminicídio.

Fabiana Kuele afirma que o dado reflete a realidade observada diariamente no trabalho voluntário realizado junto ao Grupo

A advogada Fabiana Kuele explica que o DF possui uma das redes de proteção mais concentradas e estruturadas do país. Por ser uma unidade federativa pequena geograficamente e com alta densidade de equipamentos públicos, o acesso aos serviços é mais facilitado. “Quando o sistema funciona e a mulher confia nele, ela denuncia”, diz.

No Paraná, por outro lado, a realidade é diferente. O estado possui extensa área territorial, muitas regiões rurais e municípios pequenos, onde a estrutura de acolhimento é limitada. Em alguns casos, segundo a especialista, mulheres precisam percorrer dezenas de quilômetros para chegar a uma Delegacia da Mulher, o que acaba desestimulando a denúncia.

Outro fator relevante está relacionado à forma como os tribunais classificam os processos e alimentam os sistemas nacionais de dados. Se a violência de gênero não é corretamente tipificada no momento do registro, o caso deixa de aparecer nas estatísticas específicas.

Para Fabiana, o alto número registrado no Distrito Federal deveria, na verdade, representar o padrão esperado em todo o país caso a Lei Maria da Penha fosse aplicada com total capilaridade. “O perigo real não está onde os números são altos, mas onde eles são baixos demais para serem verdade, sem políticas preventivas que justifiquem essa redução”, afirma.

A especialista destaca, ainda, que, em um cenário ideal, taxas reduzidas seriam motivo de comemoração, porém, no contexto brasileiro atual, números baixos costumam indicar falhas estruturais no sistema de proteção. “Antes de concluir que um estado é mais seguro, é preciso cruzar diferentes indicadores”, explica.

Segundo ela, quando um município registra poucos processos, mas mantém altos índices de feminicídio ou grande volume de chamadas para o 190, o cenário é alarmante. “Isso mostra que a violência existe, o Estado é acionado na emergência, mas o sistema de Justiça falha em transformar esses casos em proteção efetiva e em processos judiciais”, conclui.

Essa limitação é ressaltada pelo próprio estudo. Segundo a pesquisa, levantamentos sobre violência de gênero apontam de forma recorrente que menos de 10% dos casos chegam efetivamente ao sistema de Justiça.

Nesse contexto, os 6,4 milhões de processos analisados revelam um retrato gigantesco da violência doméstica no Brasil, mas ainda distante da dimensão real do problema. Ficam de fora, por exemplo, os casos nunca denunciados por medo, dependência econômica ou emocional; situações que se perdem ainda na porta das delegacias; e episódios registrados em áreas rurais ou regiões sem acesso adequado à rede de proteção.

Para Fabiana Kuele, o fato de cerca de 90% dos casos permanecerem “no escuro” não é fruto do acaso, mas resultado de uma barreira invisível formada por fatores sociais, econômicos e psicológicos extremamente difíceis de romper. “Os 780 mil processos

que o Judiciário tem sido mais ágil e sensível na concessão das medidas protetivas, muitas vezes deferidas em menos de 48 horas.

Ao mesmo tempo, porém, os dados funcionam como um alerta sobre as falhas na prevenção. “Se tivéssemos políticas públicas de base mais eficazes, essas mulheres chegariam ao sistema muito antes, ainda na fase da violência psicológica ou patrimonial, antes que a situação se transformasse em uma urgência de vida ou morte”, conclui.

Desfecho

Um dos dados mais relevantes da pesquisa não está na porta de entrada do sistema, mas no que acontece depois. Segundo o levantamento da Predictus, 4.424.261 processos, o equivalente a 68,3% do total, aparecem em alguma modalidade de arquivamento.

À primeira vista, o dado pode ser interpretado apenas como sinônimo de impunidade. Na prática, porém, ele revela um cenário muito mais complexo.

Para a advogada, os números evidenciam menos eficiência e mais dificuldades estruturais do sistema de Justiça. “Grande parte desses arquivamentos ocorre porque o processo não consegue produzir provas além do relato da vítima, embora a própria jurisprudência reconheça a relevância e o peso jurídico desse depoimento”, afirma.

Ela destaca, ainda, outros fatores que contribuem para esse cenário, como a desistência da vítima — muitas vezes dependente financeira e emocionalmente do agressor — e o desgaste provocado pela lentidão e pela burocracia do Judiciário, que frequentemente revitimiza a mulher ao longo do processo.

“Também é importante esclarecer que o arquivamento não é uma decisão arbitrária do juiz, mas um ato formal que exige fundamentação legal”, acrescenta.

Nesse contexto, apenas 1.366.475 processos, o equivalente a 21,1% do total, tiveram julgamento registrado na base de dados. A sentença, portanto, aparece como um desfecho minoritário. Na avaliação da advogada, os números revelam um sistema de “Justiça de Interrupção”, e não de “Justiça de Resolução”.

“Para muitas mulheres, o processo judicial representa uma jornada de enfrentamento e superação do trauma. Quando essa mulher não vê um desfecho para a denúncia, a sensação é devastadora: ela entende que o Estado não acreditou em sua palavra ou que seu sofrimento não teve relevância jurídica”, afirma.

Segundo ela, o impacto vai além da vítima individualmente. “Isso gera descrédito no sistema de Justiça e, ao mesmo tempo, reforça no agressor a percepção de que o crime compensa”, diz.

O resultado, segundo a especialista, é uma reação em cadeia: mulheres deixam de denunciar, porque todo o esforço de procurar uma delegacia e expor sua vida íntima não resulta em resposta concreta, enquanto homens se sentem cada vez mais à vontade para reproduzir e fortalecer discursos machistas e misóginos.

de Apoio à Mulher. Segundo ela, o fato de a maioria das vítimas procurar o sistema de Justiça em busca de proteção urgente mostra que muitas mulheres não recorrem ao Judiciário apenas para “resolver um conflito”, mas para sobreviver.

A especialista explica que, antes de denunciar, a vítima, geralmente, já percorreu todo o ciclo da violência, marcado por ofensas, isolamento, controle, ameaças e agressões psicológicas. “Muitas só rompem o silêncio quando percebem que o risco de morte se tornou iminente”, afirma.

Para Fabiana, o processo judicial não representa o início da violência, mas o ápice de uma crise que, na maioria das vezes, já se arrasta há meses ou anos. Ela avalia que os números têm um aspecto positivo ao indicar

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



Jefferson Rudy/Agência Senado

Maior pena da história do STJ

Não é sempre que se vê um governador condenado, por mais que os casos de corrupção estejam espalhados pelo país. Por isso, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fez história ao fixar a maior pena de todos os tempos em ação penal originária, pela condenação do ex-governador do Acre Gladson Cameli (PP). Foram 25 anos e nove meses de reclusão, em regime inicial fechado. Ele foi denunciado pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro e fraudes em licitações.



Ed Alves CB/DA Press

"Nada sobre as mulheres sem as mulheres. Se não tem mulher falando, não tem que se falar sobre mulher"

Ministra Daniela Teixeira, presidente da 3ª Turma do STJ

Ed Alves CB/DA Press



Quatro ações questionam Lei da Dosimetria

Já são quatro ações que questionam no Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade da Lei da Dosimetria, promulgada pelo Congresso Nacional. Depois da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e federação formada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSol) e pela Rede Sustentabilidade, o STF recebeu duas novas ações que contestam a lei, apresentadas pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e pela federação formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Verde (PV). Os processos foram distribuídos ao ministro Alexandre de Moraes, que aguarda o julgamento do tema para aplicar as novas regras nos processos da tentativa de golpe. O magistrado não concedeu a liminar para julgar diretamente o mérito com mais agilidade. Aguarda manifestação do Congresso, da Presidência da República, da Advocacia-geral da União (AGU) e da Procuradoria-geral da República.

Tempo de decisão

O ministro Nunes Marques está em momento de destaque em sua trajetória. Assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em ano de disputa presidencial e foi sorteado relator da revisão criminal da condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro, que o indicou para o cargo.



Alejandro Zamborana/Secom/TSE

Acidentes de trabalho de pessoas jurídicas

A procuradora do Trabalho Carolina Mercante, especializada em meio ambiente do trabalho, chama atenção para um aumento expressivo no número de acidentes envolvendo trabalhadores contratados como pessoa jurídica. "Os casos de PJs acidentados tem aumentado muito nos últimos cinco anos, como podemos observar na nossa prática diária", afirma. De acordo com ela, a generalização da pejotização para todas as atividades tem acarretado a falta de controle das normas de saúde e segurança do trabalho em alguns setores, além de dificuldades na responsabilização. O Ministério do Trabalho e Emprego registrou 27.486 mortes de trabalhadores nos últimos 10 anos, sendo 3.644 em 2025 — recorde da série histórica.



Divulgação

Violência cara

A governadora do Pará, Hana Ghassan (MDB), enviou à Assembleia Legislativa do estado um projeto de lei que responsabiliza financeiramente agressores de mulheres pelo custeio das tornozeleiras eletrônicas utilizadas como medida protetiva. Com a proposta, o agressor passará a arcar com os custos do dispositivo de monitoramento imposto pelo Poder Judiciário.



Maurenilson Freire

Brasil contabiliza alta histórica no registro de testamentos

Segundo levantamento do Colégio Notarial do Brasil, o país registrou 38,7 mil testamentos em 2025, o maior volume da série histórica. O crescimento é cerca de 21% maior nos últimos cinco anos, indicando uma tendência de alta. Para o advogado Jaylton Lopes Jr., especialista em direito das sucessões, o movimento revela maior maturidade jurídica e preocupação com a prevenção de conflitos. Jaylton destaca que o documento permite organizar a chamada parte disponível do patrimônio, que corresponde a até 50% dos bens. "A lei protege os herdeiros necessários, mas o testamento possibilita ao titular direcionar parte dos seus bens conforme sua vontade, seja beneficiando pessoas específicas, seja apoiando instituições", explica.



Divulgação

Sem pressão

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) divulgou nota pública alertando para os riscos de assédio eleitoral no ambiente de trabalho diante da tramitação do PL 4.322/2024, que autoriza manifestações político-partidárias em empresas privadas. Segundo o Movimento, a proposta pode comprometer a liberdade do voto e favorecer situações de pressão e constrangimento sobre trabalhadoras e trabalhadores. "Em relações marcadas por hierarquia e dependência econômica, a autorização ampla para manifestações político-partidárias pode resultar em pressão, constrangimento e influência indevida sobre a liberdade de voto dos trabalhadores", afirma o MCCE.

Podcast Direito&Justiça • PRISCILA PAMELA, advogada e presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa

“Controle não é impunidade”, diz presidente do IDDD sobre julgamento do Coaf no STF

Maria Eduarda Lavocat

Na última edição do Podcast Direito&Justiça, a jornalista e editora do caderno *Direito&Justiça* do *Correio*, Ana Maria Campos, ao lado da advogada criminalista Rita Machado, recebeu a advogada e presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Priscila Pamela.

O principal tema da conversa foi o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que discute regras mais rigorosas para o compartilhamento de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), produzidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O caso é analisado em meio a preocupações sobre o uso indiscriminado de dados financeiros em investigações criminais. O IDDD participa do processo como *amicus curiae*.

No início da entrevista, Priscila Pamela explicou que o instituto é uma organização da sociedade civil voltada à defesa das garantias constitucionais e do direito de defesa. “O direito de defesa é inerente ao próprio ser humano e é isso que o IDDD tenta promover o tempo todo”, afirmou.

Segundo a advogada, o debate não questiona a existência dos RIFs — utilizados há anos em investigações financeiras —, mas sim a ausência de controle judicial no compartilhamento dessas informações. Para ela, a advocacia criminal alerta há muito tempo para o uso excessivo e desmedido desses relatórios.

“O que defendemos não é impunidade, mas a observância das regras constitucionais”, destacou. Priscila argumenta que investigações e processos penais precisam ser conduzidos com provas válidas e obtidas de forma lícita, garantindo segurança jurídica tanto para condenações quanto para absolvições.

Ela explicou que os relatórios do Coaf reúnem informações sensíveis, protegidas pelos direitos constitucionais à privacidade e à intimidade. Bancos e instituições financeiras são obrigados por lei a comunicar movimentações consideradas atípicas, como valores incompatíveis com a renda declarada de um cliente.

Essas informações são analisadas pelo Coaf, que pode produzir relatórios espontaneamente ou mediante solicitação de órgãos de investigação, como polícia e Ministério Público. O problema, segundo a presidente do IDDD, surge quando esses pedidos

Jhoalerson Dias



“Não se pode utilizar um órgão tão importante como o Coaf para perseguições ou investigações seletivas sem elementos concretos”

Priscila Pamela



Assista ao Podcast completo no Youtube

são feitos sem fundamentação adequada e sem supervisão judicial.

Priscila defende que o compartilhamento dos RIFs seja submetido previamente ao Judiciário. Na avaliação dela, cabe ao juiz analisar se há elementos mínimos que justifiquem a quebra de privacidade e o acesso às informações financeiras.

“Não se pode utilizar um órgão tão importante como o Coaf para perseguições ou investigações seletivas sem elementos concretos”, afirmou. Para ela, o controle

jurisdicional é o mecanismo capaz de impedir abusos e evitar investigações baseadas apenas na tentativa de encontrar eventuais irregularidades sem indícios prévios.

A advogada ressaltou ainda que o acesso aos relatórios deve ocorrer apenas quando não houver outros meios menos invasivos para obtenção das provas. “O controle judicial é imprescindível para garantir que a produção dessas provas respeite os direitos e garantias fundamentais”, concluiu.

Em relação aos relatórios produzidos espontaneamente pelo Coaf, Priscila Pamela também defendeu regras mais claras sobre quais informações podem ser compartilhadas com os órgãos de investigação. Segundo ela, é necessário estabelecer critérios objetivos para evitar o envio excessivo de dados pessoais e financeiros sem relação direta com os fatos investigados.

Como exemplo, a advogada citou o chamado “Caso Master”, no qual, segundo ela, informações da vida privada do principal investigado e de sua noiva acabaram expostas sem pertinência com o objeto da investigação. Na avaliação da presidente do IDDD, esse tipo de divulgação não possui relevância processual e configura compartilhamento indevido de dados sensíveis.

Priscila também mencionou a Operação Bazar, realizada em São Paulo, como exemplo dos riscos do uso irregular dos Relatórios de Inteligência Financeira. Segundo ela, a investigação revelou que policiais solicitavam relatórios diretamente ao Coaf e utilizavam as informações de forma ilegal para obtenção de vantagens indevidas e cobrança de propinas. “Esse caso demonstrou como a ausência de controle pode desvirtuar a finalidade dos relatórios financeiros, que deveriam servir exclusivamente para investigações legítimas e fundamentadas”, afirmou.

A advogada destacou que pedidos de acesso aos relatórios precisam estar vinculados a fatos determinados e a investigações formalmente instauradas. “O que não se pode fazer é solicitar relatórios para procurar possíveis irregularidades e, só depois, iniciar uma investigação”, explicou. Segundo Priscila, dados da Operação Bazar apontaram que mais de R\$ 33 milhões teriam sido obtidos por meio de propinas relacionadas ao acesso indevido a informações financeiras de pessoas físicas e jurídicas.

Ao comentar a expectativa para o julgamento no STF, a presidente do IDDD afirmou esperar que a Corte enfrente o tema de maneira ampla e definitiva. Ela destacou que o debate sobre os relatórios do Coaf não é recente e vem sendo discutido há mais de uma década no Judiciário. Na avaliação da advogada, até hoje as decisões trataram apenas de pontos isolados da questão, sem estabelecer uma regulamentação abrangente sobre o compartilhamento de informações sigilosas.

Priscila defendeu que o Supremo estabeleça regras claras não apenas para o Coaf, mas também para outros órgãos públicos, como a Receita Federal, que compartilham dados sensíveis com autoridades de investigação. “Esses mecanismos precisam ser regulamentados de forma integrada, sempre com observância às garantias constitucionais e ao controle judicial”, concluiu.

Visão do Direito



Donne Pisco

Advogado especialista em direito do trabalho

PEC 8/2025: boas intenções, riscos reais para o trabalho

A Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2025, ao pretender reduzir a jornada semanal máxima de trabalho para 36 horas, com concentração em quatro dias por semana, insere-se legitimamente no campo da política legislativa e social. O Congresso Nacional tem competência para discutir e redefinir parâmetros constitucionais da proteção ao trabalho. O problema, contudo, não está na legitimidade do debate, mas na forma como a proposta foi estruturada e nos efeitos sistêmicos que tende a produzir.

É preciso reconhecer que o tema da jornada de trabalho toca diretamente a qualidade de vida do trabalhador, a saúde física e mental e a conciliação entre vida profissional e pessoal. Esses são objetivos sociais relevantes e constitucionalmente protegidos. O erro da PEC 8/2025 está em presumir que a simples redução do limite semanal, de maneira uniforme e obrigatória, seja capaz de produzir esses efeitos sem gerar distorções graves no mercado de trabalho e na atividade econômica.

Alterações estruturais no regime constitucional do trabalho não podem prescindir de uma análise econômica responsável. A Constituição de 1988 consagrou, de forma equilibrada, a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa como fundamentos da ordem econômica. Não se trata de princípios

antagônicos, mas complementares. O emprego só existe onde há atividade econômica viável, e a proteção ao trabalhador depende da sustentabilidade das empresas.

Reduzir a jornada semanal sem redução proporcional de salários implica, na prática, aumento do custo do trabalho. Esse efeito é inescapável. Em um país com produtividade historicamente baixa, elevada carga tributária e forte assimetria entre grandes corporações e pequenos negócios, a medida tende a produzir impactos desiguais e regressivos.

Se o objetivo central é combater jornadas extenuantes e melhorar a qualidade de vida do trabalhador, há caminhos mais adequados e menos disruptivos. A jornada 6x1, amplamente difundida em setores como comércio e serviços, é notoriamente desgastante e socialmente questionável. A sua restrição ou mesmo proibição, por via infraconstitucional, poderia atender à demanda social sem impor a redução abrupta do teto semanal de 44 horas.

Essa alternativa permitiria uma reorganização mais equilibrada da jornada, preservando a flexibilidade necessária a setores que operam em regime contínuo ou por escalas, sem gerar aumento automático de custos e sem comprometer a capacidade produtiva das empresas.

Outro equívoco recorrente na justificativa da PEC 8/2025 é a visão abstrata do

empregador. O Brasil não é formado majoritariamente por grandes empresas com ampla margem de absorção de custos. A base do emprego formal está nas micro e pequenas empresas, que operam com margens estreitas, enfrentam dificuldades de crédito e têm baixa capacidade de repasse de custos ao consumidor. Para essas empresas, a redução da jornada semanal pode significar a necessidade de contratar mais trabalhadores ou pagar horas extras para manter o mesmo nível de produção. Em muitos casos, nenhuma dessas opções será economicamente viável. O risco é claro: fechamento de postos de trabalho, retração da atividade ou migração para a informalidade.

Medidas malcalibradas no campo trabalhista frequentemente produzem o efeito inverso ao pretendido. Ao encarecer o trabalho formal, a PEC 8/2025 pode incentivar práticas ilícitas ou atípicas, como a informalidade, a fraude no controle de jornada e a pejetização irregular. O resultado é a erosão da proteção social, a redução da arrecadação previdenciária e a ampliação da insegurança jurídica nas relações de trabalho.

A história recente do direito do trabalho brasileiro mostra que a rigidez excessiva, quando desconectada da realidade econômica, não protege o trabalhador; ao contrário, afasta-o do mercado formal. Há, ainda, um aspecto frequentemente ignorado no debate: a competitividade

internacional do Brasil. Setores como agronegócio, mineração, logística, indústria de base e serviços vinculados ao comércio exterior operam em mercados globais altamente competitivos, com preços definidos internacionalmente. A elevação do custo do trabalho nesses segmentos não pode ser facilmente repassada e tende a comprometer a capacidade exportadora do país.

Menor competitividade significa menos exportações, menos divisas, menos investimento e, ao final, menos empregos. A proteção ao trabalhador brasileiro não pode ser pensada à margem da inserção do país na economia global. A PEC 8/2025 parte de uma preocupação social legítima, mas incorre em um erro clássico de política pública: confunde intenção com resultado. Ao propor a redução constitucional da jornada semanal de forma generalizada, desconsidera a diversidade do setor produtivo, a realidade das pequenas empresas e os efeitos sistêmicos sobre informalidade, preços e competitividade.

Modernizar as relações de trabalho é necessário, mas isso exige equilíbrio, diálogo social e soluções graduais. Medidas como o enfrentamento da jornada 6x1, o fortalecimento da negociação coletiva e políticas de estímulo à produtividade são caminhos mais eficazes e responsáveis. Sem esse cuidado, corre-se o risco de enfraquecer a economia e, paradoxalmente, prejudicar exatamente aqueles que se pretende proteger.

Visão do Direito



Erika Costa

Advogada do escritório Leal Nogueira Advogados

A “Lei Felca”, adultização e um debate que deve apenas se intensificar

O conceito de “adultização” esteve entre os temas de maior engajamento nas redes sociais e no debate público brasileiro no último ano. Um indicativo claro disso é que a discussão culminou na sanção da Lei 15.211/2025 — conhecida como ECA Digital ou, popularmente, Lei Felca, em referência ao influenciador que impulsionou o tema.

A nova legislação estabelece diretrizes voltadas ao reforço da proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. Ainda assim, o debate está longe de se encerrar — ao contrário, tende a se intensificar nos próximos meses.

Recentemente, a defesa do influenciador Hytalo Santos, preso após a repercussão de vídeos envolvendo menores, passou a invocar a própria lei como fundamento para pleitear a anulação de sua condenação por exploração sexual de adolescentes. O movimento chama

a atenção e exige uma análise mais cuidadosa.

Entre os principais avanços da norma, destacam-se a previsão de mecanismos para remoção de conteúdos relacionados à exploração infantil, a exigência de verificação de idade, a implementação de ferramentas de controle parental e a obrigatoriedade de comunicação às autoridades em casos suspeitos. A legislação também abrange conteúdos que incentivem violência, automutilação e outras práticas prejudiciais ao desenvolvimento de menores.

Trata-se, em essência, de um complemento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de estender a proteção integral ao ambiente digital, equiparando, na medida do possível, a tutela existente no mundo físico.

Nesse contexto, observa-se um ponto central: a Lei Felca sinaliza um deslocamento relevante de responsabilidade. Se antes o controle recaía predominantemente sobre a família,

agora se impõem deveres mais concretos às plataformas digitais, que passam a assumir papel ativo na prevenção de danos.

Sob a perspectiva técnico-jurídica, contudo, a exigência de verificação efetiva de idade desponta como um dos aspectos mais sensíveis da norma. Mais do que a criação de mecanismos, será indispensável garantir sua efetividade — o que inevitavelmente tensiona outro direito fundamental: a proteção de dados pessoais, já disciplinada pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

É justamente nesse ponto que se revela a complexidade do tema. Nenhuma legislação nasce plenamente acabada. É natural que, após sua entrada em vigor, surjam interpretações divergentes, lacunas e efeitos colaterais não previstos — cenário que, no curto prazo, pode gerar insegurança jurídica.

Nesse ambiente, estratégias defensivas como a adotada no caso de Hytalo Santos

passam a explorar possíveis brechas interpretativas, sustentando que o foco da nova legislação recai sobre a responsabilização das plataformas e a proteção ativa dos menores no ambiente digital. A questão que se coloca é: haveria espaço para, com base nessa lógica, mitigar a responsabilidade individual por conteúdos que envolvam menores?

Caberá ao sistema de justiça enfrentar essas teses. É previsível o ajuizamento de ações que questionem a constitucionalidade, o alcance e a proporcionalidade dos dispositivos legais, à medida que os tribunais forem chamados a consolidar entendimento sobre o tema.

Ao final, mais do que uma discussão estritamente jurídica, trata-se de uma escolha social: definir se a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital será efetivamente implementada — ou se permanecerá, em grande medida, apenas no plano normativo.



Visão do Direito



Carlos Frederico de Oliveira Pereira

Membro do Ministério Público Militar, professor associado da Faculdade de Direito da UnB

Direito Penal Intertemporal

A sucessão de leis no nosso país segue a regra básica de que novas legislações não afetam fatos passados (art. 6º Decreto-Lei 4.657/1942 e art. 5º, XXXVI, CF). Em direito penal, é diferente. Tratando-se de lei penal mais benéfica, não apenas retroage, como aplica-se aos casos pendentes e projeta a sua vigência para o futuro (art. 5º, XL, CF; art. 2º § único CP). Benéfica é a lei que de qualquer forma melhora a situação do réu, como a que reduz a pena, p. ex, a recente lei da dosimetria da pena (Lei 15.402/2026) ou descriminaliza a conduta, como a que revogou o crime de adultério, Lei 11.106/2005.

Este é um postulado que nasceu da grande vitória do ser humano contra a tirania. É um imperativo de índole constitucional do mundo civilizado. A sua violação sem possibilidade de retorno é sinal de estado de exceção. De forma semelhante, o artigo 106 do CTN consagra a retroatividade da lei tributária que beneficie o contribuinte. Não é coincidência, além das guerras,

grande parte do sofrimento do ser humano tem origem na opressão e perseguição, nos porões das ditaduras e em face da extorsão tributária.

Mesmo uma lei considerada inconstitucional, mas que beneficie o réu no direito penal, tese por si só inusitada, ainda que assim declarada pelo STF, deve retroagir e ser aplicada aos casos definitivamente julgados, quando ainda possa surtir efeitos favoráveis ao réu, bem como aplicada aos processos em andamento ou na execução da pena. A modulação (art. 27 da Lei 9.868/99; art. 927, § 3º do CPC) jamais pode importar em efeito ex-tunc ignorando os efeitos da *lex mellius* no direito penal.

Isso seria retornar ao dia anterior da revolução francesa. Um bom exemplo foi a indagação se uma medida provisória com disposições de direito penal, que beneficiem o réu, pode retroagir. Trata-se de inconstitucionalidade inequívoca, por ato do executivo federal, que ataca diretamente o princípio da legalidade, pois só a lei em sentido

estrito, oriunda das Casas do Congresso, pode ser fonte de criação de crimes e dispor sobre penas e punibilidade. Quem disse isso foi o próprio STF, em face da MP 1571-6/97, que permitia a extinção de punibilidade em crimes previdenciários se o pagamento integral dos débitos respectivos ocorresse até 20/11/1997, RE 254818/PR — DJ 19-12-2002 PP-00123 EMENT VOL-02096-07 PP-01480. Tem mais precedentes.

Outra inconstitucionalidade gritante foi a alteração da matéria proibitiva de norma penal em branco em dezembro de 2000 pela Anvisa, quando foi retirado o cloreto de etila (lança-perfume) da lista de substâncias entorpecentes para fins de controle industrial. Ou seja, o executivo federal, no lugar do legislativo, acabou descriminalizando o porte ilegal de lança-perfume. O equívoco durou 8 dias e foi consertado com outra resolução do Ministério da Saúde.

O STF, também corretamente, considerou que se operou neste caso abolição criminis temporária: HC 94397/BA - Bahia

Habeas Corpus DJe-071 DIVULG 22-04-2010 PUBLIC 23- 04-2010 EMENT VOL-02398-02 PP-00237. Um terceiro exemplo interessante foi em 2007 quando o mesmo STF considerou inaplicável aos processos pendentes o artigo 90 da Lei 9.099/95.

Um segundo que seja de vigência da lei penal mais benéfica aos réus e condenados na esfera criminal deve haver a sua aplicação imediata ou retroativa, a não ser que na situação concreta não se vislumbrem mais esses efeitos. Aliás, durante a *vacatio legis* de lei penal benéfica deve ser aplicada aos casos pendentes ou retroagir, TJDF, Acórdão 281362, Processo:20050150076277APR, DJU: 10/10/2007, P. 141. A discussão de constitucionalidade, que deve antes de mais nada observar a forma, pois também se estende aos ritos, de maneira alguma pode afetar a retroatividade ou ultratividade da lei penal benéfica, corolário do princípio da legalidade penal. Espera-se que o STF siga a sua própria jurisprudência com a chamada lei da Dosimetria da Pena.

Visão do Direito



Fábio Monteiro

Especialista em direito trabalhista e sócio fundador do Pellegrina e Monteiro advogados

Etarismo: o preconceito silencioso que o direito ainda aprende a enxergar

Diferentemente de outras formas de discriminação, o etarismo — entendido como a discriminação fundada na idade — tende a se manifestar de forma indireta e pouco documentada. Ele se revela em anúncios que exigem “perfil jovem”, em decisões justificadas por “falta de fitcultural” e em desligamentos cujas motivações reais raramente são explicitadas.

Esse fenômeno ocorre em um contexto demográfico relevante. O Brasil envelhece em ritmo acelerado: segundo o IBGE, a população com 60 anos ou mais passou de 15,2 milhões para 33 milhões entre 2000 e 2023, com projeção de atingir 28% da população até 2046.

Em contrapartida, o mercado de trabalho não acompanha essa transformação. Pesquisa da Catho indicou que 70% dos trabalhadores com 50 anos ou mais estavam desempregados em 2024, enquanto o estudo Talent Trends 2025, da consultoria Michael Page, apontou que 41% dos

profissionais brasileiros já sofreram discriminação por idade — percentual superior à média global.

Não se trata apenas de um desafio de gestão de pessoas, mas de um problema jurídico relevante. Na prática trabalhista, a discriminação etária raramente se apresenta de forma explícita, exigindo do operador do direito uma análise contextual baseada em indícios, padrões de comportamento e prova testemunhal.

A prática diária envolve examinar a faixa etária dos trabalhadores atingidos em reestruturações, identificar substituições por profissionais sensivelmente mais jovens em funções equivalentes e perquirir, em comunicações internas e descrições de vagas, expressões reveladoras de viés — como “perfil jovem” ou “energia nova” — capazes de sustentar a tese de discriminação.

A Constituição Federal de 1988 estabelece como fundamentos a dignidade da

pessoa humana e a igualdade, vedando qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos fundamentais.

No plano infraconstitucional, a Lei 9.029/1995 proíbe práticas discriminatórias para acesso e manutenção da relação de trabalho, incluindo expressamente a idade. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) reforça essa proteção ao prever sanções específicas para condutas discriminatórias.

No âmbito jurisprudencial, o Tribunal Superior do Trabalho consolidou a presunção de dispensa discriminatória em casos de doenças graves estigmatizantes (Súmula 443). No entanto, a construção de parâmetros específicos para o etarismo ainda se encontra em desenvolvimento.

Tribunais têm reconhecido o direito à indenização por danos morais e, em determinadas situações, à reintegração, quando demonstrado que a idade foi fator determinante para o desligamento.

Do ponto de vista probatório, o enfrentamento desse tipo de discriminação exige abordagem técnica: comunicações internas, padrões estatísticos de demissão, prova testemunhal e análise do contexto organizacional são frequentemente determinantes para a comprovação da prática ilícita.

A superação do etarismo demanda, ainda, transformação cultural. Políticas de contratação orientadas por competência, a valorização de equipes intergeracionais e a revisão de práticas justificadas sob o argumento de “renovação de quadros” são medidas necessárias para alinhar o ambiente de trabalho aos princípios constitucionais.

Combater a discriminação por idade não se limita à proteção de um grupo específico. Trata-se de reconhecer que o envelhecimento é um fenômeno coletivo e inevitável, e que a garantia de dignidade ao longo de todas as fases da vida constitui um dos desafios centrais do direito do trabalho contemporâneo.

Visão do Direito



Márcio Nogueira

Advogado, presidente da OAB Rondônia e pesquisador em inovação e tecnologia na Justiça

A escrita matou a Justiça, e a IA pode fazê-la renascer

O Poder Judiciário brasileiro encerrou 2023 com cerca de 83,8 milhões de processos em tramitação, segundo o Conselho Nacional de Justiça. O dado impressiona, mas o que realmente deveria inquietar é a trajetória histórica. Na primeira edição da série, em 2009, o estoque girava em torno de 60 milhões. Quinze anos depois, mesmo com recordes sucessivos de produtividade, informatização massiva e aumento do número de decisões proferidas, o volume total permanece estruturalmente elevado e tende a se recompor. A cada ciclo de eficiência, novos litígios surgem.

Esse padrão não é apenas estatístico. É estrutural. Revela que o sistema de Justiça brasileiro se tornou essencialmente de produção e circulação de textos. É nesse ponto que uma antiga advertência filosófica ganha inesperada atualidade. Em *Fedro*, Platão coloca na boca de Sócrates uma crítica à escrita. Ela não produz conhecimento verdadeiro, mas sua aparência. O texto não dialoga, não responde perguntas, não se defende. Ele apenas permanece. A escrita pode substituir o exercício vivo da reflexão.

Durante séculos, essa advertência soou excessiva para o mundo jurídico. O direito é inseparável da escrita. Leis, contratos, sentenças, precedentes e garantias institucionais dependem do registro formal. A escrita viabilizou a estabilidade normativa e a previsibilidade das

decisões. O problema nunca foi a escrita como instrumento. Começou quando a escrita deixou de registrar o debate e passou a substituí-lo.

A Justiça nasceu como palavra viva. O contraditório era presença. Argumentos eram formulados e imediatamente tensionados. O julgador escutava, perguntava, reagia. A decisão emergia do encontro entre razões conflitantes. A escrita preservava aquilo que havia sido discutido.

Com a massificação do acesso ao Judiciário e a ampliação exponencial da litigiosidade, essa lógica foi sendo invertida. O debate deixou de ser o centro do processo. O registro passou a ser o centro. O contraditório tornou-se sequência de manifestações escritas em tempos distintos. Cada parte fala sozinha. A outra responde sozinha. O juiz decide sozinho, após leitura solitária de um conjunto volumoso de documentos.

Num sistema que administra mais de 80 milhões de processos simultaneamente, o modelo operacional não pode ser o do diálogo contínuo. É, necessariamente, o da gestão documental. O desempenho institucional passa a ser medido por metas de produtividade, tempo médio de tramitação e volume de decisões. O processo transforma-se em fluxo.

O paradoxo é evidente. Quanto mais eficiente se torna a engrenagem documental, mais litigiosidade ela absorve e também estimula. Isso sugere que o problema não é apenas

volume. É modelo. Quando o processo se organiza como máquina de textos, a Justiça passa a ser confundida com produção documental. Fundamentações extensas substituem o enfrentamento qualificado dos argumentos centrais. Citações em série substituem o diálogo efetivo. O contraditório formal é preservado. O contraditório substancial se enfraquece.

Justiça não é soma de documentos. É construção de sentido compartilhado. E sentido não nasce da mera circulação de textos, mas do confronto argumentativo real, da escuta e da possibilidade de revisão diante do outro. É nesse ambiente que surge a inteligência artificial. Ferramentas capazes de redigir petições, organizar precedentes, sugerir fundamentações e auxiliar na triagem processual já integram a rotina jurídica. Em alguns fluxos, textos gerados por sistemas automatizados são respondidos por outros sistemas automatizados. A tecnologia não cria o caráter textual do processo. Ela apenas o leva ao limite.

Se o processo pode ser automatizado em larga escala, é porque ele já havia sido reduzido a fluxo padronizável de linguagem escrita. A pergunta estratégica não é se a IA ameaça a Justiça. A pergunta é se ela aprofundará a substituição do debate pela escrita ou se poderá, paradoxalmente, reabrir espaço para o debate que a escrita sufocou. Se a IA assumir tarefas repetitivas, como organização de dados, identificação

de precedentes relevantes, triagem de casos e consolidação de informações, ela pode liberar tempo e energia para aquilo que não é automatizável. A ponderação crítica, o enfrentamento qualificado dos argumentos essenciais e a revalorização da audiência como espaço efetivo de contraditório.

A escrita matou a Justiça quando passou a ocupar o lugar do debate. A IA pode ajudar a restaurá-la se for orientada a reduzir a burocracia textual e a recolocar o diálogo no centro do processo. Platão temia que a escrita criasse a ilusão de sabedoria. O risco contemporâneo é produzir a ilusão de Justiça por meio da multiplicação de decisões formalmente fundamentadas, mas pouco debatidas. O Judiciário brasileiro já demonstrou capacidade de adaptação tecnológica. A questão, agora, é mais profunda. Utilizará a IA para aprofundar a lógica industrial da produção de decisões ou para reequilibrar o sistema em favor do contraditório substancial?

Num ambiente com dezenas de milhões de processos em tramitação, a discussão não é meramente tecnológica. É estrutural. Trata-se de decidir se aceitaremos definitivamente a Justiça como máquina de textos ou se usaremos a tecnologia para recuperar aquilo que lhe deu origem. O encontro entre razões, a escuta responsável e a construção compartilhada do sentido jurídico. A escolha não é filosófica. É institucional.

Visão do Direito



Giovanna Michelleto

Advogada especializada em reestruturação empresarial e operações estruturadas, fundadora do MIT Advogados

Guerra no Irã pressiona indústria do plástico

A escalada das tensões envolvendo o Irã vem pressionando a indústria brasileira de plásticos. A razão é direta: o setor depende da cadeia petroquímica, ligada ao petróleo e ao gás natural, cuja oferta global passa pelo Oriente Médio. O risco de interrupções em rotas estratégicas, como vem acontecendo com o Estreito de Ormuz, afeta a produção e o transporte de resinas plásticas, elevando custos e reduzindo a disponibilidade de matéria-prima.

Os efeitos já são visíveis. O setor enfrenta alta de preços, restrição de oferta, postergação de pedidos, revisão unilateral de contratos e redução de volumes disponíveis. Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Plástico, o custo das resinas chegou a subir até 60% desde o início das tensões no Oriente Médio. Como cerca de 35% da

demanda brasileira depende de importações, a indústria nacional se torna especialmente exposta a choques externos.

O cenário difere do observado durante a pandemia. Naquele momento, a pressão vinha da demanda, permitindo repasses de preços e recomposição de margens. Agora, o problema está na possível dificuldade de acesso à matéria-prima. Em muitos casos, clientes aceitam reajustes, mas fornecedores não conseguem garantir entregas por falta de insumos.

Esse contexto pressiona contratos e obrigações financeiras. Renegociações, revisões de preços e riscos de inadimplência passam a integrar a rotina das empresas do setor de plástico, especialmente aquelas que não têm fácil acesso a créditos. A experiência recente mostra que o Judiciário tende a admitir

flexibilizações quando há comprovação concreta do impacto econômico de eventos externos, configurando o chamado “evento de força maior”.

A situação atual exige o mesmo tipo de demonstração. Não basta apontar genericamente o conflito internacional, é essencial comprovar aumento de custos, interrupções de fornecimento, redução de estoque e impactos diretos na operação.

Em março de 2026, a Vara de Cotia (SP) concedeu liminar suspendendo, por seis meses, o pagamento de dívidas bancárias de uma empresa de embalagens plásticas afetada pelo fechamento do Estreito de Ormuz. O juiz reconheceu que a interrupção da rota marítima comprometeu o fluxo de caixa da companhia e criou risco efetivo de insolvência.

A pressão também alcança a operação industrial. Empresas já adotam redução de turnos, férias coletivas e reprogramação da produção. Distribuidoras e companhias com menor capital de giro enfrentam dificuldade adicional para absorver aumentos abruptos de custo na aquisição de matéria-prima.

Nesse ambiente, instrumentos de reestruturação precisam ser estudados, sejam eles judiciais ou extrajudiciais, exigindo muita cautela: antecipar demais a renegociação pode gerar distorções; agir tarde demais reduz a capacidade de negociação com credores.

A crise expõe a dependência das cadeias globais e a vulnerabilidade da indústria a choques geopolíticos. Para o setor de plásticos, a questão já não é prever se haverá impacto, mas administrar seus efeitos sobre contratos, produção e estrutura financeira.



Visão do Direito



Fernando Capano, advogado

Doutor em direito do Estado e justiça social, professor universitário de direito constitucional e penal, presidente da Associação Paulista da Advocacia Militarista (Apamil) e sócio-fundador da Capano e Passafaro Advogados

O custo institucional do STF nos bastidores da política

Há uma distinção que a República exige preservar com rigor quase que ritualístico: a diferença entre a Política — aquela exercida sob o crivo do voto, do dissenso aberto e da responsabilidade democrática — e a política de bastidores, de articulação informal, que, quando praticada por quem deveria apenas julgar, compromete a própria lógica do sistema constitucional. É nesse ponto que narrativas recentes de interlocuções entre membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e atores dos demais Poderes acendem um sinal de alerta que não pode ser naturalizado.

Enquanto Corte Constitucional, o Supremo não é, tão somente, mais um ator institucional no jogo político. Ele é, antes de mais nada, o árbitro das regras desta partida. Sua autoridade não deriva da força, tampouco da capacidade de articulação, mas, sim, de um ativo intangível e decisivo: o capital reputacional. E é este valor agregado que sustenta a legitimidade das decisões da Alta Corte, sobretudo quando estas contrariam maiorias ocasionais ou interesses

poderosos e de poderosos.

Quando ministros do STF se deixam perceber como partícipes de negociações políticas — com “p” minúsculo, vale frisar —, há uma erosão silenciosa, porém profunda, deste capital. O Supremo deixa de ser visto como instância de contenção e passa a ser interpretado como agente de influência. O problema não reside apenas na eventual existência de diálogo institucional, inerente a uma Democracia madura, mas na natureza e na opacidade de tais interações, sobretudo quando parecem orientadas a resultados políticos concretos.

Neste contexto, ganha relevo o episódio envolvendo a indicação de Jorge Messias à mais Alta Corte. A rejeição por parte do Senado Federal, há poucos dias, teria sido, segundo bastidores amplamente noticiados, influenciada por articulações que extrapolariam o espaço político-parlamentar tradicional, alcançando, inclusive, setores do próprio STF. Independentemente da veracidade integral dessas narrativas

— que, por si só, já sinalizam ambiente institucional turvo —, o simples fato de serem plausíveis aos olhos da opinião pública já produz dano reputacional. A percepção de que ministros possam atuar, ainda que indiretamente, na formação de maiorias políticas para definir a composição do próprio Tribunal tensiona as fronteiras do desenho constitucional e compromete a ideia de imparcialidade estrutural.

Em minha pesquisa de doutorado em direito constitucional, sustentei que, o Supremo brasileiro, ao longo das últimas décadas, assumiu um protagonismo que retesa continuamente o equilíbrio entre os Poderes. Esta centralidade, embora, por vezes, inevitável, exige contrapesos internos, principalmente de natureza ética e procedimental. A ausência de balizas claras para a atuação extraprocessual dos ministros cria espaço perigoso de ambiguidade: aquilo que deveria ser exceção se transforma em prática tolerada.

O resultado é um duplo efeito deletério. De um lado, se enfraquece a autoridade da

Alta Corte perante à sociedade, que passa a enxergá-la sob lentes políticas — e, o pior, em meio a uma polarização viceral presente, ao menos, nos últimos oito anos. De outro, alimenta-se a desconfiança dos próprios Poderes, que deixam de ver o STF como árbitro imparcial e passam a tratá-lo como adversário ou aliado circunstancial.

Não se trata de ingenuidade institucional, tampouco de exigir isolamento absoluto. Trata-se de reconhecer que há um ethos próprio da jurisdição constitucional, que não se compatibiliza com a lógica da negociação política informal. O Supremo não pode, sob pena de auto-deslegitimação, nivelar-se às práticas que deveria, em última instância, controlar.

A República não colapsa por rupturas abruptas, mas por erosões graduais. E, neste cenário, cada gesto importa. Quando a Corte desce ao palanque — ainda que nos bastidores —, não apenas compromete sua posição; ela reconfigura, perigosamente, o próprio equilíbrio institucional que lhe cabe proteger.

Visão do Direito



Danilo Henrique Zanichelli

Advogado especialista em Economia Brasileira para Negócios, no Abe Advogados, atua na área empresarial, com foco na área societária, fusões, aquisições e venture capital

Regime Fácil aumenta acesso de pequenas e médias empresas ao mercado de capitais

Em 3 de julho de 2025 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou a Resolução CVM 232, que instituiu o chamado “Regime Fácil”. A norma entrou em vigor em 16 de março de 2026, data em que a autarquia celebrou acordos de cooperação técnica com a B3 S.A. — Brasil Bolsa Balcão (B3) e a BEE4 S.A. — Balcão Organizado de Empresas Emergentes (BEE4).

O Regime Fácil representa uma importante porta de entrada ao mercado de capitais para empresas com receita bruta anual inferior a R\$ 500.000.000,00 (“Empresas de Menor Porte”). A RCVM 232 introduziu

simplificações regulatórias relevantes para o mercado de capitais, incluindo: (i) a possibilidade de captação de até R\$ 300.000.000,00 por ano sem a necessidade de contratação de coordenador líder; (ii) a adoção do Formulário Fácil em substituição ao Formulário de Referência; e (iii) a divulgação semestral de resultados financeiros.

Foi nesse contexto que, em 17 de março de 2026, a Mais Mu Comércio de Alimentos e Bebidas S.A. realizou emissão pública de R\$ 2.000.000,00 em notas comerciais. O movimento pioneiro, realizado logo após a entrada em vigor do Regime Fácil, tende a servir como

referência para outras empresas interessadas em acessar o mercado de capitais em condições potencialmente mais competitivas.

Apesar do êxito inicial da emissão da Mais Mu, é provável que a consolidação do Regime Fácil ocorra de forma gradual. Isso porque a flexibilização regulatória, isoladamente, não parece suficiente para superar fatores estruturais do mercado brasileiro, especialmente o atual patamar da taxa básica de juros. Além disso, recentes fraudes contábeis envolvendo companhias listadas no Novo Mercado da B3 ampliaram a cautela dos investidores quanto à confiabilidade

de demonstrações financeiras e auditorias.

Caso seja superada a barreira estrutural, o equilíbrio entre simplificação regulatória e preservação da confiança do investidor tende a ser um dos principais desafios para a consolidação do Regime Fácil. Embora a flexibilização das exigências busque reduzir custos, a diminuição de obrigações de governança e transparência pode elevar a percepção de risco. Assim, a credibilidade do regime dependerá da capacidade de empresas, plataformas de negociação e da própria CVM de assegurar níveis adequados de transparência e segurança.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 14 de maio de 2026

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS
4 CASA
& SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES

6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

1.2 ÁGUAS CLARAS

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

COMPRO URGENTE
PARACLIENTES Cadastros Apt Asa Sul/Nte Sudoeste e Noroeste (61) 99842-6366 c3594

ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SR. IMÓVEIS
216 SUL 5 andar, vazio do 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.2 ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su cites) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 NOROESTE

NOROESTE

3 QUARTOS

Paulo Octavio
Corretor Associado

105 NOROESTE Lançamento! 03 suítes + varanda. Projeto Encantador! Neg. imperdível. Tr: 61 99202-8350 c10.089

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

RIACHO FUNDO

QUITINETES

VENDA POR R\$ 140 MIL
KIT NO RIACHO FUNDO
CLS 04 com 40,39 metros, andar 1, c/varanda em L, alugada até julho 2026. Local muito bom com bancos, feira permanente e perto do Fórum. Habite-se em andamento no SEDUH. Interessados falar somente pelo Whats 61 99124-5560.

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QRSW 07 2qts vazado 2 andar reformad 64m2 desocupado Ac. financiamento Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento Jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

1.3 CRUZEIRO

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

SMPW CONJ 12 Setor de mansões, condomínio fechado, excelente imóvel a venda, alto padrão, desocupada, com 3 quartos sendo 2 suítes com armários, uma suíte com hidromassagem e closet, lavabo, piscina, dependência completa, área de serviços coberta, banheiro de serviço, varandas, garagem coberta 4 vagas, porcelanato terreno 2.500m2 área construída 325m2 com Habite se aceito financiamento, valor R\$ 2.980.000,00. rea total, 608,92 área averbada 320,25 com habite-se. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento Jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

QNL 17 vendo ótima casa colonial, toda com laje, 3 quartos sendo uma suíte, sala, cozinha planejada, banheiro social, área de serviço o coberta, varanda coberta, garagem para 3 carros, cerâmica, terrai o na parte superior, com bela vista, imóvel bem conservado, portão eletrônico, quitado e escriturado, aceita financiamento, terreno 120m2 área construída 117m2, valor R\$ 550 mil. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

OS MELHORES
REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!


(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA
EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis
para quem quer
comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO
JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.



CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

1.4 ÁGUAS CLARAS

1.4 LOJAS E SALAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala
área 173m2 c/ 5 vagas
4 banhs, próx estação
metrô 3032-7700 98313-
0206 cj5179

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo
Brasil 21 Asa Sul vendo
vaga de garagem 12m2
área comercial 3344-
4112

GAMA

ST CENTRAL vendo sa-
las no Gama 99976-
4334.

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS
E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à ven-
da no Bairro Asa Norte,
2.500m2 área 99418-
8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote co-
mercial, 400m2. Podem-
do construir 3 vezes.
Aceito 100% em imó-
veis 99109-6160 Sr Imó-
veis cj9417

JARDIM BOTÂNICO

COND PRIVÊ Morada
Sul Etapa A Lt único
esquina 1.000m². Exce-
lente 61 99977-4191

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote
Bairro Taquari
742m2, quitado, esqui-
na, ótima localização CJ
5211 3322-3443

1.5 TAGUATINGA

TAGUATINGA

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O mel-
hor Negócio! Vendem-
os, Alugamos Casas e
aptos, Serviços com rela-
tos. Fazemos inventári-
os, despachante, Depart-
amento jurídico. Atendimen-
to com qualidade. Esta-
mos no mercado desde
1996. Aqui cuidamos do
seu imóvel. Plantão. Li-
gue: 3352-0064 / 99974-
5385 cj30876 www.
geraldovieira.com.br

1.7 SERVIÇOS E CRÉDITO
IMOBILIÁRIO

CONSÓRCIO

CARTAS CONTEMPLADAS
CONSORCIO ITA+ Cart-
as Para Imóveis e Auto-
móveis 61 99330-9049

2

IMÓVEIS
ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel
- 2.2 Apartamentos
- 2.3 Casas
- 2.4 Lojas e Salas
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6 Quartos e Pensões
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

QUITINETES

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

911 Norte Condominio
Garden Park Alugo kit
mobiiliada e decorada ,
portaria 24 horas , com
garagem Tr. 99109-
6160 SR Imóveis cj9417

1 QUARTO

SCRN 712/713 1 qto, sa-
la, coz, banheiro, elev.
Tr: 98134-0001 c18606

SCRN 712/713 1 qto, sa-
la, coz, banheiro, elev.
Tr: 98134-0001 c18606

2 QUARTOS

216 BL J Excelente,
2qtos, reformado,
2banh, 2varandas fecha-
das, garagem, nascent-
te, andar alto, pronto p/
ar . F: (61) 99988-8988

216 BL J Excelente,
2qtos, reformado,
2banh, 2varandas fecha-
das, garagem, nascent-
te, andar alto, pronto p/
ar . F: (61) 99988-8988

2.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz á99112-3703 /
3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz á99112-3703 /
3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.
BR Os melhores imó-
veis de Brasília você
encontra aqui!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO l alugo ap-
to 3 qtos 110m2 1
su cite Tr: 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO l alugo ap-
to 3 qtos 110m2 1
su cite Tr: 3344-4112

2.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos
120m2. 99112-3703 /
3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja
de frente W3 com térreo
e subsolo, 120 metros.
Tratar: 3042-9200 ou
99109-6160 Sr Imóveis
cj9417

ASA SUL

SCLS 114 Loja 3 pav.
100m². Excel. Localiz.
Tr: 98134-0001 c18606

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 400
metros, sendo 200 me-
tros de térreo e 200 de
subsolo, de frente W3
Sul Tr. 3042-9200/
99109-6160 Sr Imóveis
cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2
para alugar Tr: 3386-
9000 cj22002

GAMA

ALUGO PRÉDIO comer-
cial, de 6 pavimentos c/
elevador 99976-4334.

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2
no C. Clínico Sul 5211
3322-3443

2.5 LOTES, ÁREAS
E GALPÕES

PLANO PILOTO

ALUGO GALPÃO 500M²
SOF NORTE Localiza-
ção Estratégica 500m²
de área construída, pé
direito 8m, piso industri-
al, cobertura telha iso-
térmica, facilidade de
manobra para carreta-
s, ideal para logísti-
ca e indústria. Direto
com o proprietário
(61) 3465-2015

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi
flex S-tronic revisada
ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5
16V Turbo flex aut
31.200 km 99288-9231

CHEVROLET

CELTA/09 inteiro Vendo
ou Troco Tr: (61) 99969-
9595

MITSUBISHI

ECLIPSE 22/23
CROSS HPE-S 1.5,
16V, 165 CV, aut.
tração, 4x2, cor bran-
ca perolizada, revis-
ões realizadas.
26.000 km, com upgra-
de de subwoofer ao sis-
tema de som, Original.
Valor R\$ 140.000.
Tr: 61 98175-5202

ECLIPSE 22/23
CROSS HPE-S 1.5,
16V, 165 CV, aut.
tração, 4x2, cor bran-
ca perolizada, revis-
ões realizadas.
26.000 km, com upgra-
de de subwoofer ao sis-
tema de som, Original.
Valor R\$ 140.000.
Tr: 61 98175-5202

VOLKS

AUTOCRED

VRUM.COM.BR Aces-
se nosso pátio e confi-
ra as melhores ofertas
disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport
1.8 branco 4x2 Flex
16V Autom. câmera de
ré excel. 99288-9231

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

CLÍNICA Especialista no seu bem estar 100% Massag. - Elen Terapeuta 7:30 às 21:30h Asa Nte 3347-5464 ou 98214-4880

CLÍNICA Especialista no seu bem estar 100% Massag. - Elen Terapeuta 7:30 às 21:30h Asa Nte 3347-5464 ou 98214-4880

4.7 DIVERSOS

MÓVEIS E ESTOFADOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISIVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

VENDO MOBILIA de Apto. Mot. Mudança Tok Stok e móveis de mercearia tradicional, geladeira, TV, fogão, cama, eletros Tr. Zap 98523-2410

VENDO MOBILIA de Apto. Mot. Mudança Tok Stok e móveis de mercearia tradicional, geladeira, TV, fogão, cama, eletros Tr. Zap 98523-2410

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Informática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

A EMPRESA SWISSPORT BRASIL LTDA S/A
CNPJ: 01.886.441-0003-67 Convoca Jonathan Tacki Maass Ribeiro CTPS 0660003 Série 5110, ausente desde o dia 28/02/2026 a comparecer na sede da empresa, no prazo de 24 horas da publicação deste, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

A EMPRESA SWISSPORT BRASIL LTDA S/A
CNPJ: 01.886.441-0003-67 Convoca Leandro Rodrigues Mascarenhas CTPS 0606978 Série 4103, ausente desde o dia 01/12/2025 a comparecer na sede da empresa, no prazo de 24 horas da publicação deste, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

LIA DELICIOSA LOIRA APERTADINHA gostosa até o final Atend Aguas Lindas e videochamada (61) 99639-3199

5.7 ACOMPANHANTE

RENATO ATIVÃO MACHAO, SÉRIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

LUANA LINDA LOIRA ALTA e MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

RUIVA GATA ESTILO CAPA De Revista! Branquinha mulherão 1.65 alt 22a Ex Miss Goiás (61) 99906-7716

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

MASSAGEM PROSTÁTICA INVERSA De papéis s/ frescura, nova equipe 6133267752/992004541

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE PRODUÇÃO
CONTRATAMOS PARA trabalhar em Indústria de alimentos em Samambaia. Diversas vagas. Enviar CV para: rh@germana.com.br

2º OFÍCIO
 DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

F. A. Z. S. A. B. E. R. aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A, na qualidade de CREDOR FIDUCIÁRIO, pelos requerimentos de 10/10/2025 e 07/11/2025, requereu a este Serviço Registral as intimações de **HASLAN MARCIO SILVA LOPES**, brasileiro, advogado, CPF nº 015.577.091-81, casado com **LUIZA CRISTINA FRANCO SILVA LOPES**, CPF nº 001.953.371-31, residente e domiciliado, nos seguintes endereços: a) Lote nº 01, da Rua das Acácias - Módulo I, destinado ao uso Residencial Unifamiliar, do loteamento denominado "SANTA BÁRBARA" - Quadra A2 - (SHTO); b) Apartamento nº 102, do Bloco "G", da Quadra - SQNW 107; e, c) Apartamento nº 1404, Bloco "A", Rua das Pitangueiras, Águas Claras, na qualidade de DEVEDOR FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R\$206.285,22 (duzentos e seis mil e duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos), atualizada até o dia 12/05/2026, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação fiduciária do Lote nº 01, da Rua das Acácias - Módulo I, destinado ao uso Residencial Unifamiliar, do loteamento denominado "SANTA BÁRBARA" - Quadra A2 - (SHTO), nesta cidade, registrada sob os nºs R4 e R5, na matrícula nº 168.843. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, ficam o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO, para que satisfaçam o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 01, da Rua das Acácias - Módulo I, destinado ao uso Residencial Unifamiliar, do loteamento denominado "SANTA BÁRBARA" - Quadra A2 - (SHTO), desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

6.1 NÍVEL BÁSICO

CASEIRO PARA Serviços Gerais, para morar. Casal 99903-0605.

CONTRATA - SE COZINHEIRO(A), CHAPEIRO e Garçom. Interessados entrarem contato: (11) 98526-6843 / 61 99513-9179

DOMÉSTICA-NOROESTE Seg à Sext. c/ exper de doméstica na CTPS e c/ referências CV p/ vaga2026df@gmail.com

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

ÓTIMOS GANHOS!! MASSAGISTAS PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp ótimos ganhos Asa S (61)98225-6648
MASSAGISTA PRECISO Maiores informações (61) 99633-3245
TRABALHADOR p/ fazenda em Sobradinho. Exper. e referência. Enviar informações apenas Zap (61) 99825-0252

ÓTIMOS GANHOS!! MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp ótimos ganhos Asa S (61)98225-6648

CONTRATA - SE COZINHEIRO(A), CHAPEIRO e Garçom. Interessados entrarem contato: (11) 98526-6843 / 61 99513-9179

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

6.1 NÍVEL BÁSICO

CONTRATA CASEIRO CHACARA em Sobradinho. Salário + benef. Tr: 99973-5005

CONTRATA CASEIRO CHACARA em Sobradinho. Salário + benef. Tr: 99973-5005

NÍVEL MÉDIO

AJUDANTE DE INSTALAÇÃO vidro. currículo p/ dprecur@gmail.com

AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CONTRATAMOS PARA trabalhar em indústrias de alimentos em Samambaia com experiência em sistemas de gestão. Enviar CV para: rh@germana.com.br

AUXILIAR de Logística CNH D. Experiência e Refer. Região Paranoá/ Sobradinho Enviar informações apenas Zap (61) 99825-0252

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

AUXILIAR DE REGISTRO (02 vagas). Salário compatível com o mercado + benefícios. Carga horária: 44h semanais, de segunda a sexta-feira. Requisitos: Superior Completo ou Cursando, boa digitação, Pacote Office. Interessados enviar currículo através do e-mail: processosseletivo@4ridf.com.br.

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
 Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01, ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
 CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da URBANIZADORA PARANOAZINHO S/A, com sede nesta Capital, CNPJ nº 09.615.218/0001-25, intimar MAGDA LUCIA DUMONT, brasileira, divorciada, servidora pública, RG nº 1.262.519 SSP-DF, CPF nº 404.343.976-87, residente e domiciliada nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas a Escritura lavrada em 09 de dezembro de 2016 às fls. 89/103 do Livro nº 876-E do 2º Ofício de Notas de Sobradinho-DF, registrado sob os nº R.3 na matrícula nº 18.859 desta Serventia, referente ao Lote nº 08 da Quadra 06 do loteamento urbano "Morada dos Nobres - Etapa 01", situado no Setor Habitacional Boa Vista, Região Administrativa de Sobradinho-DF. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 241.024,81, posição de 13/02/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da URBANIZADORA PARANOAZINHO S/A, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente,

Ricardo Rodrigues Alves dos Santos
 Oficial de Registro.

6.1 NÍVEL MÉDIO

COMUNICAÇÃO VISUAL
CONTRATA Impressor experiente e Design Gráfico experiente em corel. Para trabalhar Recanto das Emas. Enviar currículo: bervan.sucesso@gmail.com

RESTAURANTE
CONTRATA
GARÇOM / CUMIM / Atendente de mesa. Favor enviar Currículo: Whats (61) 99674-0505

EMPRESA DE ENGENHARIA
CONTRATA
ORÇAMENTISTA com experiência comprovada em execução de obras de reformas e instalações na área de engenharia. Enviar CV c/ pretensão salarial p/ avantebrasil44@gmail.com

A EMPRESA Gran Service Facilities Manutenção e Serviços Ltda Oferece vagas p/ Pessoa com deficiência (PCD) p/ contratação imediata p/ funções: Auxiliar de serviços gerais, Administrato e recepcionista. Enviar currículo para o email: rhgranservicedf.com.br

RESTAURANTE
CONTRATA
GARÇOM / CUMIM / Atendente de mesa. Favor enviar Currículo: Whats (61) 99674-0505

6.1 NÍVEL MÉDIO

TAGUASUL CONTRATA
SERRALHEIRO
CARTEIRA ASSINADA café de manhã, almoço, c/ exper. comunicação visual Zap 99661-4212

ARTSOL CONTRATA
VENDEDOR c/ ou sem exper. Enviar currículo: artsol@artsol.com.br

MAQ CENTER CONTRATA
VENDEDOR EXTERNO c/ formação Téc. Engenharia Civil p/ trabalhar De Segunda a Sexta. Oferece VT + VA + Plano de Saúde c/desc 50%. Enviar CV: rh@maqcenter.com.br

CONTRATA-SE
VENDEDOR(A) E AJUDANTE De Instalação com experiência. p/ vidros temperados. Enviar CV: (61) 99658-7445

VENDEDORES (AS) Estamos procurando para trabalhar de terça a domingo de 09h às 18h. Feira dos Importados - SIA. Enviar currículo para: leecellkelly@gmail.com Ou 61 98278-9999

PRECISO 2 MASSAGISTAS DOU TREINAMENTO por 3 dias, remunerado. Pagamento por dia. Preciso de serenidade e compromisso c/ horários e dias. Terça Quinta e Domingo 7:30 às 20:30h. Ótimos ganhos se tem compromisso aos dias (61) 98214-4880 Elen

ARTSOL CONTRATA
VENDEDOR c/ ou sem exper. Enviar currículo: artsol@artsol.com.br

6.1 NÍVEL SUPERIOR

MAQCENTER CONTRATA
ANALISTA DE MARKETING Digital p/ trabalhar De Segunda a Sexta. Oferece VT + VA + Plano de Saúde c/desc 50%. Enviar CV: rh@maqcenter.com.br

EMPRESA ENGENHARIA
CIVIL
CONTRATA
ESTAGIARIO CURSO Engenharia Civil do 7 ao 9 Semestre c/ habilitação. CV p/ novasamente3@gmail.com

PROFESSORES de Matemática, Português (Eng. Fis. Quim. ou Estag.) contrato. Jardim Botânico. guas Claras CV: cursoprep.colegiomilitar@gmail.com

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

PERSONAL CHEFE Faço diárias preparando suas refeições da semana ou mesmo para eventos exclusivos aos sábado, domingo e feriados Tel: (61) 99391-2159 Luzia chefe de cozinha

NÍVEL MÉDIO

MOTORISTA Particular Falo inglês. Of. meus serviços Tr: 61 99670-0900

MOTORISTA Particular Falo inglês. Of. meus serviços Tr: 61 99670-0900

TJDF PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

2ª Vara de Família de Brasília
 SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, -, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906 Telefone: (61) 3103-1838 / 3103-1842; Fax: (61) 3103-0314 Email:02vfamilia.bsb@tjdft.jus.br;

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERDIÇÃO

Processo Nº 0808395-54.2025.8.07.0016
 Ação: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
 REQUERENTE: MARIA ELISA SANTANNA RESENDE, IGOR SANT ANNA RESENDE
 REQUERIDO: ITALO SANTANNA RESENDE

A Dra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA BARRETO, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0808395-54.2025.8.07.0016, ajuizada por REQUERENTES: MARIA ELISA SANTANNA RESENDE e IGOR SANT ANNA RESENDE em desfavor de REQUERIDO: ITALO SANTANNA RESENDE, foi DECRETADA, mediante sentença proferida em 24/03/2026, devidamente transitada em julgado em 24/04/2026, a INTERDIÇÃO DE REQUERIDO: ITALO SANTANNA RESENDE. Brasileiro, Solteiro, RG nº 983783-SSP-DF, CPF/MF nº 584.211.731-20, tendo sido declarado(a) incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a) REQUERENTES: MARIA ELISA SANTANNA RESENDE, Brasileira, Viúva, Professora Aposentada, RG nº 19. 2411 SSP/DF, CPF/MF nº 023.248.731-88 e IGOR SANTANNA RESENDE, Brasileiro, Casado, Diplomata, RG nº 13.360/MRE, CPF/MF nº 606.615.771-04, para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015).

Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 7 de maio de 2026. Eu, Aline Maria Assis Varandas, Diretora de Secretaria, conferi e assino digitalmente.

Aline Maria Assis Varandas
 Diretora de Secretaria

Este documento foi gerado pelo usuário 816.***-00 em 12/05/2026 16:13:21
 Número do processo: 0808395-54.2025.8.07.0016
 Número do documento: 2626111733400000024625812 | Tipo de documento: Edital
 https://pje.tjdft.jus.br/44359e/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=262611173340000000024625812
 Assinado eletronicamente por ALINE MARIA ASSIS VARANDAS - 11/05/2026 17:13:35
 Perfil: Diretor de Secretaria Num. 273334666 - Pág. 1

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Braziliense**.

Pequenos anúncios

(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

E-mail:

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 BI 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



@classificadoscb



@classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE